

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

EXEMPLAR ÚNICO

MESA
Presidente
Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente
Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente
Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário
Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário
Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário
Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário
Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1ª – Emília Fernandes – PTB – RS

2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE

4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
Corregedor
(Eleito em 16-3-95)
Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos
(Eleitos em 16-3-95)
1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS
2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE
3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Designação: 16 e 23-11-95)
Nabor Júnior – PMDB – AC
Waldeck Omelas – PFL – BA
Emília Fernandes – PTB – RS
José Ignácio Ferreira – PSDB – ES
Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes
José Roberto Arruda – PSDB – DF
Vilson Kleinübing – PFL – SC
Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL

Líder
Hugo Napoleão

Vice-Líderes
Edison Lobão
Francelino Pereira
Gilberto Miranda
Romero Jucá

LIDERANÇA DO PMDB
Líder
Jáder Barbalho

Vice-Líderes
Nabor Júnior
Gerson Camata
Carlos Bezerra
Ney Suassuna
Gilvam Borges
Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB

Líder
Sérgio Machado

Vice-Líderes
José Ignácio Ferreira
Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO

Líder
José Eduardo Dutra

LIDERANÇA DO PPB

Líder
Epitacio Cafeteira

Vice-Líderes
Leomar Quintanilha
Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB

Líder
Valmir Campelo

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES
Diretor da Secretaria Especial
de Editoração e Publicações

JÚLIO WERNER PEDROSA
Diretor da Subsecretaria Industrial

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA
Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 9ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 28 DE FEVEREIRO DE 1997

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 1997 (nº 314/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia, em Brasília, em 2 de abril de 1996..... 04769

Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1997 (nº 319/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Comercial, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Malásia, em Kuala Lumpur, em 26 de abril de 1996..... 04776

Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1997 (nº 321/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites de Recursos Terrestres, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, em Beijing, em 13 de dezembro de 1995.. 04778

Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1997 (nº 328/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Malásia, em Kuala Lumpur, em 29 de janeiro de 1996..... 04780

Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1997 (nº 318/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo, por troca de Notas, que incorpora os §§ 4º, 5º e 6º ao art. V do Acordo para a Construção da Ponte São Tomé e São Borja, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Argentina, em Buenos Aires, em 17 de novembro de 1995..... 04782

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 15 a 19, de 1997, lidos anteriormente, findo o qual a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional terá quinze dias úteis,

prorrogáveis por igual período, para opinar sobre as proposições..... 04785

Recebimento do Ofício nº 431/97, de 27 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando dados referentes à dívida dos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, disponíveis naquele órgão, tendo por base o mês de janeiro do ano em curso. (Diversos nº 10, de 1997) 04785

1.2.3 – Comunicação

Do Senador Bello Parga, referente a sua reassunção ao mandato de Senador da República, pela representação do Maranhão, a partir desta data..... 04785

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR VALMIR CAMPELO – Participação do Ministro da Fazenda, Sr. Pedro Malan e do Secretário da Receita, Sr. Everardo Maciel, na próxima quarta-feira, em São Paulo, no debate com autoridades governamentais e segmento empresarial daquele estado, sobre a adesão ao sistema simplificado de pagamento de impostos e contribuições federais, denominado Simples..... 04785

SENADOR JEFFERSON PÉRES – Preocupação com o problema que envolve a produção de borracha natural no País, em decorrência da competição da borracha importada do Oriente. Protestos de seringueiros da região de Xapuri – AC, na próxima segunda-feira, em frente ao Palácio do Planalto, em busca de providências do Governo Federal para reanimar a economia da borracha. Matéria publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, do jornalista Moisés Rabnovich, que descreve a dramática situação dos seringueiros acreanos..... 04786

SENADOR EPITACIO CAFETEIRA – Análise dos trabalhos da CPI dos precatórios. Regozijo com a decisão do Prefeito Celso Pitta em demitir o Sr. Vagner Baptista Ramos, em virtude de seu envolvimento em irregularidades na venda de títulos da Prefeitura de São Paulo..... 04787

SENADOR BELLO PARGA – Satisfação de S. Exª em reintegrar-se aos trabalhos desta Casa..... 04790

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Encaminhando à Mesa, projeto de lei que dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos do Distrito Federal, alterando dispositivos da Lei nº 6.766/79..... 04790

SENADORA MARINA SILVA – Comentando matéria publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de ontem, do jornalista Moisés Rabnovich, sobre a situação dos seringueiros no Estado do Acre. As conseqüências nefastas da falta de uma política nacional para a borracha. Proposta de S. Exª para uma política de ação extrativista da borracha, a ser debatida com o Governo pelo Movimento dos Seringueiros e também pelos produtores de borracha dos seringais de cultivo..... 04794

SENADOR NABOR JÚNIOR – Repercussões de encontro, em Rio Branco – AC, promovido pela Fundação Pedrosa Horta, entre os prefeitos municipais do Acre e representantes dos mais diversos níveis da administração pública e da sociedade civil. 04800

SENADOR LAURO CAMPOS – Exigência introduzida por S. Exª quando da elaboração de seu relatório sobre o processo do Município de Osasco – SP, para que a emissão de títulos dos Municípios e dos Estados pudesse ter a aceitação do Senado Federal. Autoritarismo e despotismo do Governo Fernando Henrique Cardoso..... 04802

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Falência do atual sistema educacional, particularmente no Estado do Pará, evidenciado pelo resultado do concurso vestibular da universidade federal daquele Estado, em que aproximadamente 40% das vagas não foram preenchidas por desqualificação dos candidatos..... 04805

1.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1997, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos no Distrito Federal e altera dispositivos da Lei nº 6.766/79..... 04807

1.2.6 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR JÚLIO CAMPOS – Sucesso do Plano Real. Sugerindo ao Banco Central a criação de uma família de moedas que sejam diferenciadas e melhor percebida pela população. O Projeto de Lei do Senado nº 202/96, de sua autoria, que estabelece padrões de confecção de cédulas e moedas metálicas que possibilitem identificação por deficientes visuais..... 04808

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 8ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 27 de fevereiro de 1997 e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente..... 04809

3 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal, no período de 17 a 28 de fevereiro de 1997 e correspondência expedida. 04812

4 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 88 a 91, de 1997. 04821

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 252 a 281, de 1997. 04821

6 – ATO DO DIRETOR EXECUTIVO DO PRODASEN

Nº 16, de 1997. 04827

7 – MESA DIRETORA

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

12 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 9ª Sessão Não Deliberativa em 28 de fevereiro de 1997

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs. Carlos Patrocínio, Jefferson Péres e Valmir Campelo.

(Inicia-se a sessão às 9h)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PROJETOS RECEBIDOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 1997 (Nº 314/96, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia, em Brasília, em 2 de abril de 1996.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o texto do Acordo para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia, em Brasília, em 2 de abril de 1996.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

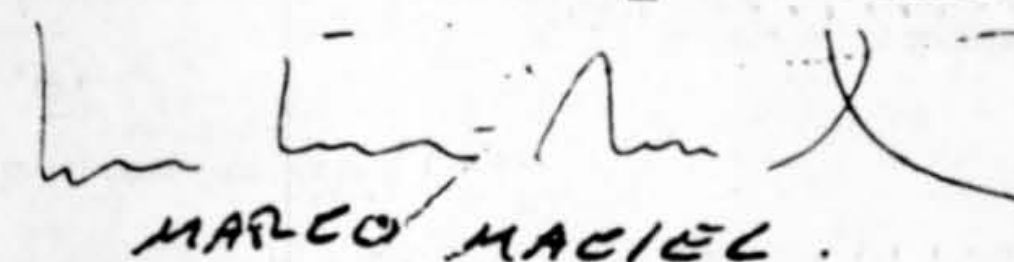
MENSAGEM Nº 481, DE 1996

Senhores Membros do Congresso Nacional,

De conformidade com o disposto no artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos

do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia, em Brasília, em 2 de abril de 1996.

Brasília, 27 de maio de 1996. **Marco Maciel**



MARCO MACIEL

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 242, DE 22 DE MAIO 1996,
DO SR. MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, LUIZ FELIPE LAMPREIA

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Elevo à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de mensagem pela qual se submete ao referendo do Congresso Nacional o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Finlândia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrado em Brasília, em 2 de abril de 1996.

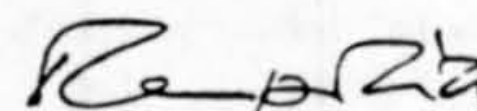
2. O principal objetivo do Acordo consiste em criar um quadro jurídico-fiscal que permita a continuidade do crescente fluxo de pessoas e capitais entre os dois Estados Contratantes, ao mesmo tempo em que garanta a devida arrecadação fiscal em ambos os países.

3. Esse Acordo é resultado da renegociação da Convenção sobre o mesmo tema e sua assinatura se reveste de especial importância no momento em que a estabilidade da economia brasileira e a liberalização do seu comércio exterior são fatores de atração para os investimentos finlandeses, cujo fluxo será grandemente facilitado com a celebração desse instrumento jurídico.

Fl. 2 da EM nº 242 /DAI/DPF/DE-I-MRE-PAIN BRAS FINL, de 22.05.96.

4. O Brasil já possui Acordos semelhantes com mais de vinte países e está em fase de negociações com cerca de uma dezena de Estados. Ao facilitar o fluxo de capitais entre o Brasil e Finlândia e estabelecer regras mais precisas para a tributação de pessoas físicas ou jurídicas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes, esse Acordo representará significativa contribuição para o relacionamento econômico entre os dois países e estimulará os investimentos estrangeiros no Brasil.

Respeitosamente,



LUIZ FELIPE LAMPREIA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

**ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DA
FINLÂNDIA PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A
EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE A RENDA**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Finlândia,

Desejando concluir um Acordo para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda,

Acordaram o seguinte:

ARTIGO 1
Pessoas Visadas

O presente Acordo se aplica às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

ARTIGO 2
Impostos Visados

Os impostos atuais aos quais se aplica o presente Acordo são:

a) no Brasil:

i) o imposto de renda federal (imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza) (doravante denominado "imposto brasileiro");

b) na Finlândia:

i) os impostos de renda do estado ("*valtion tuloverot; de statliga inkomstskatterna*");

ii) o imposto de renda das sociedades ("*yhteisöjen tulovero; inkomstskatten för samfund*");

iii) o imposto comunal ("*kunnallivero; kommunalskatten*");

iv) o imposto da igreja ("*kirkollisvero; kyrkoskatten*");

v) o imposto retido na fonte sobre juros ("*korkotulot lähdevero; källskatten på ränteinkomst*"); e

vi) o imposto retido na fonte sobre rendimentos de não-residentes ("*rajoitetusti verovelvollisen lähdevero; källskatten för begränsat skattskyldig*"); (doravante denominados "imposto finlandês")

2. Este Acordo aplica-se também a quaisquer impostos idênticos ou substancialmente semelhantes que venham a ser cobrados após a data de assinatura deste Acordo, seja em adição aos impostos atuais, seja em sua substituição. As autoridades competentes dos Estados Contratantes notificar-se-ão mutuamente de quaisquer modificações significativas que tenham ocorrido em suas respectivas legislações tributárias.

ARTIGO 3
Definições Gerais

1. Para os fins deste Acordo, a não ser que o contexto imponha interpretação diferente:

a) o termo "Brasil" designa o território continental e insular da República Federativa do Brasil, incluindo seu mar territorial, conforme definido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, e o correspondente leito marítimo e seu subsolo, assim como qualquer área marítima além do mar territorial, incluindo o leito marítimo e seu subsolo, na medida em que o Brasil, de acordo com o Direito Internacional, exerça naquela área direitos relativos à exploração e à utilização dos recursos naturais;

b) o termo "Finlândia" designa a República da Finlândia e, quando usado em um sentido geográfico, designa o território da República da Finlândia e qualquer área adjacente às águas territoriais da República da Finlândia sobre a qual, segundo as leis da Finlândia e de acordo com

o Direito Internacional, os direitos da Finlândia relativos à exploração e à utilização dos recursos naturais do leito marítimo e de seu subsolo e das águas sobrejacentes possam ser exercidos;

c) as expressões "um Estado Contratante" e "o outro Estado Contratante" designam o Brasil ou a Finlândia, consoante o contexto;

d) o termo "pessoa" compreende uma pessoa física, uma sociedade ou qualquer outro grupo de pessoas;

e) o termo "sociedade" designa qualquer pessoa jurídica ou qualquer entidade que seja considerada como pessoa jurídica para fins tributários;

f) as expressões "empresa de um Estado Contratante" e "empresa do outro Estado Contratante" designam, respectivamente, uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;

g) o termo "nacional" designa:

i) qualquer pessoa física possuidora da nacionalidade de um dos Estados Contratantes;

ii) qualquer pessoa jurídica, sociedade de pessoa ou associação constituída de acordo com as leis em vigor num Estado Contratante;

h) a expressão "tráfego internacional" designa qualquer transporte por navio ou aeronave operado por uma empresa de um Estado Contratante, exceto quando o navio ou aeronave for operado somente entre lugares localizados no outro Estado Contratante;

i) a expressão "autoridade competente" designa:

i) no Brasil, o Ministro da Fazenda, o Secretário da Receita Federal ou seus representantes autorizados;

ii) na Finlândia, o Ministério das Finanças, seu representante autorizado ou a autoridade que for designada competente pelo Ministério das Finanças.

2. Para a aplicação do presente Acordo por um dos Estados Contratantes, qualquer expressão que não se encontre nele definida terá o sentido que lhe é atribuído pela legislação desse Estado Contratante relativa aos impostos que são objeto do Acordo, a não ser que o contexto imponha uma interpretação diferente.

ARTIGO 4
Residência

1. Para os fins deste Acordo, a expressão "residente de um Estado Contratante" designa qualquer pessoa que, em virtude da legislação desse Estado, está sujeita a imposto em razão de seu domicílio, residência, sede de direção efetiva ou qualquer outro critério de natureza análoga. Entretanto, a expressão não inclui qualquer pessoa que esteja sujeita a imposto naquele Estado em relação apenas a rendimentos provenientes de fontes situadas naquele Estado.

2. Quando, por força das disposições do parágrafo 1, uma pessoa física for residente de ambos os Estados Contratantes, a situação será resolvida de acordo com as seguintes regras:

a) será considerada como residente do Estado em que ela disponha de uma habitação permanente. Se dispuser de uma habitação permanente em ambos os Estados, será considerada como residente do Estado com o qual suas ligações pessoais e econômicas sejam mais estreitas (centro de interesses vitais);

b) se o Estado em que tem o centro de seus interesses vitais não puder ser determinado, ou se não dispuser de uma habitação permanente em nenhum dos Estados, será considerada como residente do Estado em que permanecer habitualmente;

c) se permanecer habitualmente em ambos os Estados ou se não permanecer habitualmente em nenhum deles, será considerada como residente do Estado Contratante de que for nacional;

d) se for nacional de ambos os Estados Contratantes ou se não for nacional de nenhum deles, as autoridades dos Estados Contratantes competentes dos resolverão a questão de comum acordo.

3. Quando, em virtude das disposições do parágrafo 1, uma pessoa que não seja uma pessoa física for um residente de ambos os Estados Contratantes, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão a questão através de acordo mútuo e determinarão o modo de aplicação do presente Acordo a tal pessoa.

ARTIGO 5

Estabelecimento Permanente

1. Para os fins deste Acordo, a expressão "estabelecimento permanente" designa uma instalação fixa de negócios em que uma empresa exerça toda ou parte de sua atividade.
2. A expressão "estabelecimento permanente" abrange especialmente:
 - a) uma sede de direção;
 - b) uma sucursal;
 - c) um escritório;
 - d) uma fábrica;
 - e) uma oficina;
 - f) uma mina, um poço de petróleo ou gás, uma pedreira ou qualquer outro local de extração de recursos naturais.
3. Um canteiro de construção ou de montagem constituirá um estabelecimento permanente somente se sua duração for superior a 6 (seis) meses.
4. Não obstante as disposições precedentes deste Artigo, a expressão "estabelecimento permanente" não compreende:
 - a) a utilização de instalações unicamente para fins de armazenagem, exposição ou entrega de bens ou mercadorias pertencentes à empresa;
 - b) a manutenção de um estoque de bens ou mercadorias pertencentes à empresa unicamente para fins de armazenagem, exposição ou entrega;
 - c) a manutenção de um estoque de bens ou mercadorias pertencentes à empresa unicamente para fins de transformação por outra empresa;
 - d) a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para fins de comprar bens ou mercadorias ou para obter informações para a empresa;
 - e) a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para fins de desenvolver, para a empresa, qualquer outra atividade de caráter preparatório ou auxiliar.
5. Não obstante o disposto nos parágrafos 1 e 2, quando uma pessoa desde que não seja um agente independente a quem se aplique o parágrafo 6 atuar por conta de uma empresa e tiver, e habitualmente exercer, em um Estado Contratante autoridade para concluir contratos em nome da empresa, tal empresa será considerada como tendo um estabelecimento permanente naquele Estado em relação a quaisquer atividades que aquela pessoa desenvolva para a empresa, a não ser que as atividades de tal pessoa estejam limitadas àquelas mencionadas no parágrafo 4, as quais, se exercidas através de um local fixo de negócios, não fariam deste local fixo de negócios um estabelecimento permanente de acordo com o disposto naquele parágrafo.
6. Uma empresa não será considerada como tendo um estabelecimento permanente em um Estado Contratante pelo simples fato de exercer sua atividade naquele Estado através de um corretor, um comissário geral ou qualquer outro agente que goze de um *status* independente, desde que essas pessoas atuem no âmbito de suas atividades normais.
7. O fato de uma sociedade residente de um Estado Contratante controlar ou ser controlada por uma sociedade residente do outro Estado Contratante, ou que exerça sua atividade nesse outro Estado (seja através de um estabelecimento permanente ou de outro modo qualquer), não será por si só bastante para fazer de qualquer dessas sociedades estabelecimento permanente da outra.

ARTIGO 6

Rendimentos de Bens Imobiliários

1. Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante obtenha de bens imobiliários (incluindo rendimentos da atividade agrícola ou florestal) situados no outro Estado Contratante são tributáveis nesse outro Estado.

2. a) A expressão "bens imobiliários", com ressalva das disposições das alíneas "b" e "c" abaixo, é definida de acordo com a legislação do Estado Contratante em que o bem estiver situado.

b) A expressão "bens imobiliários" compreende, em qualquer caso, os acessórios da propriedade imobiliária, o gado e o equipamento utilizado nas explorações agrícolas e florestais, os direitos a que se aplicam as disposições do direito privado relativas à propriedade imobiliária, o usufruto de bens imobiliários e os direitos aos pagamentos variáveis ou fixos pela exploração, ou concessão da exploração, de jazidas minerais, fontes e outros recursos naturais.

c) Navios e aeronaves não são considerados como propriedade imobiliária.

3. O disposto no parágrafo 1 aplica-se aos rendimentos derivados da exploração direta, locação, arrendamento ou qualquer outra forma de exploração da propriedade imobiliária.

4. Quando a propriedade de ações ou outros direitos societários em uma sociedade atribuir ao proprietário de tais ações ou direitos societários a utilização de bem imobiliário de propriedade da sociedade, os rendimentos do uso direto, locação, arrendamento ou qualquer outra forma de exploração de bens imobiliários será tributável no Estado Contratante no qual o bem estiver situado.

5. O disposto nos parágrafos 1 e 3 aplica-se também aos rendimentos derivados de bens imobiliários de uma empresa e aos rendimentos de bens imobiliários usados para a prestação de serviços pessoais independentes.

ARTIGO 7

Lucros das Empresas

1. Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante são tributáveis apenas nesse Estado, a não ser que a empresa exerça sua atividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento permanente ali situado. Se a empresa exercer sua atividade na forma indicada, seus lucros são tributáveis no outro Estado mas unicamente na medida em que forem atribuíveis a esse estabelecimento permanente.
2. Com ressalva do disposto no parágrafo 3, quando uma empresa de um Estado Contratante exercer sua atividade no outro Estado Contratante através de um estabelecimento permanente ali situado, serão atribuídos em cada Estado Contratante a esse estabelecimento permanente os lucros que obteria se constituísse uma empresa distinta e separada, exercendo atividades idênticas ou similares, em condições idênticas ou similares, e transacionando com absoluta independência com a empresa de que é um estabelecimento permanente.
3. No cálculo dos lucros de um estabelecimento permanente é permitido deduzir as despesas que tiverem sido feitas para a consecução dos objetivos do estabelecimento permanente, incluindo as despesas de administração e os encargos gerais de direção assim realizados.
4. Nenhum lucro será atribuído a um estabelecimento permanente pelo simples fato de comprar mercadorias para a empresa.
5. Quando os lucros compreenderem elementos de rendimentos tratados separadamente nos outros Artigos do presente Acordo, as disposições desses Artigos não serão afetadas pelas disposições deste Artigo.

ARTIGO 8

Transporte Marítimo e Aéreo

1. Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante provenientes da operação de navios ou aeronaves no tráfego internacional são tributáveis apenas nesse Estado.
2. O disposto no parágrafo 1 aplica-se também aos lucros provenientes da participação em um *pool*, associação ou agência de operação internacional.

ARTIGO 9

Empresas Associadas

Quando:

a) uma empresa de um Estado Contratante participar direta ou indiretamente da direção, controle ou capital de uma empresa do outro Estado Contratante; ou

b) as mesmas pessoas participarem direta ou indiretamente da direção, controle ou capital de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante;

e, em ambos os casos, as duas empresas estiverem ligadas, nas suas relações comerciais ou financeiras, por condições aceitas ou impostas que difiram das que seriam estabelecidas entre empresas independentes, os lucros que, sem essas condições, teriam sido obtidos por uma das empresas, mas não o foram por causa dessas condições, podem ser incluídos nos lucros dessa empresa e tributados como tal.

ARTIGO 10 Dividendos

Os dividendos pagos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante são tributáveis nesse outro Estado. Tais dividendos também são tributáveis no Estado Contratante onde reside a sociedade que os paga e de acordo com a legislação desse Estado, mas se quem os receber for o beneficiário efetivo dos dividendos o imposto assim estabelecido não poderá exceder 10% (dez por cento) de seu montante bruto.

2. Não obstante o disposto no parágrafo 1, na medida em que, de acordo com a legislação tributária finlandesa, uma pessoa física residente na Finlândia tiver direito a um crédito fiscal com relação a dividendos pagos por uma sociedade residente na Finlândia, os dividendos pagos por uma sociedade residente da Finlândia a um residente do Brasil serão tributáveis somente no Brasil se quem os receber for o beneficiário efetivo dos dividendos.

3. O disposto nos parágrafos 1 e 2 não afetará a tributação da sociedade quanto aos lucros que derem origem aos dividendos pagos.

4. O termo "dividendos" usado neste Artigo designa os rendimentos provenientes de ações, ou outros direitos, com exceção de créditos, de participação nos lucros, assim como os rendimentos de outras participações de capital que estejam sujeitos, de acordo com a legislação do Estado Contratante onde a sociedade distribuidora dos rendimentos seja residente, ao mesmo tratamento tributário dos rendimentos provenientes de ações.

5. O disposto nos parágrafos 1 e 2 não se aplica quando o beneficiário efetivo dos dividendos, residente de um Estado Contratante, tiver, no outro Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos, um estabelecimento permanente a que estiver ligada efetivamente a participação geradora dos dividendos. Neste caso, são aplicáveis as disposições do Artigo 7.

6. Quando um residente da Finlândia tiver um estabelecimento permanente no Brasil, esse estabelecimento poderá aí estar sujeito a um imposto retido na fonte de acordo com a legislação brasileira. Todavia, esse imposto não poderá exceder 10% (dez por cento) do montante bruto dos lucros do estabelecimento permanente, determinado após o pagamento do imposto sobre a renda da sociedade referente a esses lucros.

7. Quando uma sociedade residente de um Estado Contratante obtiver lucros ou rendimentos provenientes do outro Estado Contratante, esse outro Estado não poderá cobrar qualquer imposto sobre os dividendos pagos pela sociedade, exceto na medida em que esses dividendos forem pagos a um residente desse outro Estado ou na medida em que a participação geradora dos dividendos estiver efetivamente ligada a um estabelecimento permanente situado nesse outro Estado, nem sujeitar a qualquer imposto os lucros não distribuídos da sociedade, mesmo se os dividendos pagos ou os lucros não distribuídos consistirem, total ou parcialmente, de lucros ou rendimentos provenientes desse outro Estado.

ARTIGO 11 Juros

1. Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante são tributáveis nesse outro Estado.

2. Todavia, esses juros também são tributáveis no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas se quem os receber for o beneficiário efetivo dos juros o imposto assim estabelecido não poderá exceder 15% (quinze por cento) de seu montante bruto.

3. Não obstante o disposto no parágrafo 2:

a) os juros provenientes do Brasil serão isentos do imposto brasileiro se forem pagos:

i) ao Estado da Finlândia ou a um seu poder local;

ii) ao Banco da Finlândia;

iii) a qualquer agência (inclusive uma instituição financeira) de propriedade exclusiva do Governo da Finlândia ou a uma entidade legal (pessoa jurídica de direito público) ou a um seu poder local;

b) os juros provenientes da Finlândia serão isentos do imposto finlandês se forem pagos ao Governo do Brasil, a uma sua subdivisão política ou a um seu poder local ou a qualquer agência (inclusive uma instituição financeira) de propriedade exclusiva daquele Governo, subdivisão política ou poder local.

4. As autoridades competentes dos Estados Contratantes podem acordar, através de procedimento amigável, que as disposições do parágrafo 3 se aplicarão a qualquer instituição essencialmente de propriedade do Governo de um Estado Contratante.

5. O termo "juros" usado neste Artigo designa rendimentos de créditos de qualquer natureza, acompanhados ou não de garantia hipotecária ou de cláusula de participação nos lucros do devedor, e, particularmente, rendimentos de obrigações governamentais e de títulos ou debêntures, incluindo prêmios e águas a eles relacionados.

6. As disposições dos parágrafos 1 e 2 não se aplicam se o beneficiário efetivo dos juros, residente de um dos Estados Contratantes, tiver, no outro Estado Contratante de que provêm os juros, um estabelecimento permanente ao qual se ligue efetivamente o crédito gerador dos juros. Nesse caso, aplicar-se-á o disposto no Artigo 7.

7. A limitação estabelecida no parágrafo 2 não se aplica aos juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um estabelecimento permanente de uma empresa do outro Estado Contratante situada em um terceiro Estado.

8. Os juros serão considerados provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for o próprio Estado, uma subdivisão política, um poder local, ou um residente desse Estado. No entanto, quando o devedor dos juros, residente ou não de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento permanente em relação ao qual haja sido contraída a obrigação que dá origem aos juros, e caiba a esse estabelecimento permanente o pagamento desses juros, tais juros serão considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento permanente estiver situado.

9. Se, em consequência de relações especiais existentes entre o devedor e o credor, ou entre ambos e terceiros, o montante dos juros pagos, tendo em conta o crédito pelo qual são pagos, exceder aquele que seria acordado entre o devedor e o credor na ausência de tais relações, as disposições deste Artigo se aplicam apenas a este último montante. Neste caso a parte excedente dos pagamentos será tributável conforme a legislação de cada Estado Contratante e tendo em conta as outras disposições do presente Acordo.

ARTIGO 12 Royalties

1. Os royalties provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante são tributáveis nesse outro Estado.

2. Todavia, tais royalties também são tributáveis no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas se quem os receber for o beneficiário efetivo dos royalties o imposto assim estabelecido não poderá exceder:

a) 10% (dez por cento) do montante bruto dos royalties provenientes do uso ou da concessão do uso de filmes cinematográficos, filmes ou fitas de gravação de programas de televisão ou de radiodifusão e qualquer direito de autor sobre uma obra literária, artística ou científica produzidos por um residente de um dos Estados Contratantes;

b) 25% (vinte e cinco por cento) do montante bruto dos *royalties* provenientes do uso ou da concessão de uso de marcas de indústria ou comércio;

c) 15% (quinze por cento) do montante bruto dos *royalties* em todos os outros casos.

3. O termo *royalties* usado neste Artigo designa as remunerações de qualquer natureza pagas pelo uso ou pela concessão do uso de um direito de autor sobre uma obra literária, artística ou científica (inclusive os filmes cinematográficos, filmes ou fitas de gravação de programas de televisão ou radiodifusão), qualquer patente, marcas de indústria ou comércio, desenho ou modelo, plano, fórmula ou processo secreto, ou por informações correspondentes à experiência adquirida no setor industrial, comercial ou científico.

4. As disposições dos parágrafos 1 e 2 não se aplicam quando o beneficiário efetivo dos *royalties*, residente de um Estado Contratante, tiver no outro Estado Contratante de que provêm os *royalties* um estabelecimento permanente ao qual estão ligados efetivamente o direito ou o bem que deu origem aos *royalties*. Nesse caso, aplicar-se-á o disposto no Artigo 7.

5. Os *royalties* serão considerados provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for o próprio Estado, uma sua subdivisão política, uma autoridade local ou um residente desse Estado. No entanto, quando o devedor dos *royalties*, seja residente ou não de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento permanente em relação ao qual haja sido contraída a obrigação de pagar os *royalties*, e couber a esse estabelecimento permanente o pagamento desses *royalties* serão eles considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento permanente estiver situado.

6. Se, em consequência de relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efetivo, ou entre ambos e terceiros, o montante dos *royalties*, tendo em conta o uso, direito ou informação pelos quais são pagos, exceder aquele que seria acordado entre o devedor e o credor na ausência de tais relações, as disposições deste Artigo são aplicáveis apenas a este último montante. Neste caso, a parte excedente dos pagamentos será tributável conforme a legislação de cada Estado Contratante e tendo em conta as outras disposições do presente Acordo.

ARTIGO 13

Ganhos de Capital

1. Os ganhos obtidos por um residente de um Estado Contratante da alienação de bens imobiliários mencionados no parágrafo 2 do Artigo 6 e situados no outro Estado Contratante são tributáveis nesse outro Estado.

2. Os ganhos obtidos por um residente de um Estado Contratante da alienação de ações ou outros direitos societários mencionados no parágrafo 4 do Artigo 6 são tributáveis no Estado Contratante no qual os bens imobiliários detidos pela sociedade estiverem situados.

3. Os ganhos provenientes da alienação de bens mobiliários que façam parte do ativo de um estabelecimento permanente que uma empresa de um Estado Contratante possua no outro Estado Contratante, incluindo ganhos da alienação desse estabelecimento permanente (isolado ou com o conjunto da empresa), são tributáveis nesse outro Estado.

4. Os ganhos obtidos por uma empresa de um Estado Contratante da alienação de navios ou aeronaves que operem no tráfego internacional ou de bens mobiliários pertinentes à operação de tais navios ou aeronaves serão tributáveis somente nesse Estado.

5. Os ganhos provenientes da alienação de quaisquer outros bens diversos daqueles mencionados nos parágrafos precedentes deste Artigo são tributáveis em ambos os Estados Contratantes.

ARTIGO 14

Profissões Independentes

Os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante pelo exercício de uma profissão liberal ou de outras atividades de caráter independente são

tributáveis somente nesse Estado, a não ser que tais rendimentos sejam provenientes de uma sociedade residente do outro Estado Contratante ou de um estabelecimento permanente nele situado. Nesse caso, os rendimentos serão tributáveis nesse outro Estado.

2. A expressão "profissão liberal" abrange, em especial, as atividades independentes de caráter científico, técnico, literário, artístico, educacional ou pedagógico, assim como as atividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, dentistas e contadores.

ARTIGO 15

Profissões Dependentes

Ressalvadas as disposições dos Artigos 16, 18 e 19, os salários, ordenados e outras remunerações similares que um residente de um Estado Contratante receber em razão de um emprego são tributáveis somente nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Se o emprego foi aí exercido, as remunerações correspondentes serão tributáveis nesse outro Estado.

2. Não obstante as disposições do parágrafo 1, as remunerações que um residente de um Estado Contratante receber em função de um emprego exercido no outro Estado Contratante só são tributáveis no primeiro Estado se:

a) o beneficiário permanecer no outro Estado durante um período ou períodos que não excedam, no total, 183 (cento e oitenta e três) dias em qualquer período de 12 (doze) meses, e

b) as remunerações forem pagas por um empregador, ou em nome de um empregador, que não seja residente do outro Estado, e

c) o encargo das remunerações não couber a um estabelecimento permanente que o empregador tiver no outro Estado.

3. Não obstante as disposições precedentes deste Artigo, as remunerações relativas a um emprego exercido a bordo de um navio ou de uma aeronave utilizada em tráfego internacional por um residente de um Estado Contratante são tributáveis nesse Estado.

ARTIGO 16

Remunerações de Direção

As remunerações de direção e outras remunerações similares que um residente de um Estado Contratante receba na qualidade de membro de conselho de diretores, ou de qualquer conselho de uma sociedade residente do outro Estado Contratante, são tributáveis nesse outro Estado.

ARTIGO 17

Artistas e Desportistas

1. Não obstante as disposições dos Artigos 14 e 15, os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante de suas atividades pessoais exercidas no outro Estado Contratante na qualidade de profissional de espetáculos, tal como artista de teatro, cinema, rádio ou televisão ou como músico, ou na qualidade de desportista, são tributáveis nesse outro Estado.

2. Quando os rendimentos de atividades pessoais exercidas, nessa qualidade, por um profissional de espetáculos ou um desportista forem atribuídos não ao próprio profissional de espetáculos ou desportista, mas a outra pessoa, esses rendimentos serão tributáveis no Estado Contratante em que são exercidas as atividades do profissional de espetáculos ou do desportista, não obstante as disposições dos Artigos 7, 14 e 15.

ARTIGO 18

Pensões e Anuidades

1. Ressalvadas as disposições do parágrafo 2 do Artigo 19, as pensões e outras remunerações similares pagas a um residente de um Estado Contratante em razão de um emprego anterior são tributáveis somente nesse Estado.

2. Não obstante o disposto no parágrafo 1 e ressalvadas as disposições do parágrafo 2 do Artigo 19, as pensões e outros benefícios, periódicos ou não, concedidos de acordo com a legislação de seguridade social de um Estado Contratante ou de acordo com qualquer esquema público obrigatório organizado por um Estado Contratante como previdência social, ou qualquer anuidade proveniente desse Estado, são tributáveis nesse Estado.

3. O termo "anuidade" usado neste Artigo designa uma quantia determinada, paga periodicamente em prazos determinados, a título vitalício ou por período de tempo determinado ou determinável, em decorrência de um compromisso de efetuar os pagamentos como retribuição de um pleno e adequado contravalor em dinheiro ou avaliável em dinheiro (que não seja por serviços prestados).

ARTIGO 19 **Funções Públicas**

1. a) As remunerações, excluídas as pensões, pagas por um Estado Contratante, uma sua subdivisão política, uma sua entidade legal (pessoa jurídica de direito público) ou uma sua autoridade local a uma pessoa física por serviços prestados a esse Estado, subdivisão, entidade legal ou autoridade, são tributáveis somente nesse Estado;

b) Todavia, tais remunerações serão tributáveis somente no Estado Contratante em que a pessoa física for residente, se os serviços forem prestados nesse Estado e a pessoa física:

i) for nacional desse Estado; ou

ii) não se tiver tornado um residente desse Estado unicamente com a finalidade de prestar os serviços.

2. a) Qualquer pensão paga por um Estado Contratante, uma sua subdivisão política, uma sua entidade legal (pessoa jurídica de direito público) ou uma sua autoridade local, seja diretamente, seja através de fundos por eles constituídos, a uma pessoa física por serviços prestados a esse Estado, subdivisão política, entidade legal ou autoridade são tributáveis somente nesse Estado.

b) Todavia, tais pensões serão tributáveis somente no Estado Contratante em que a pessoa física for residente se ela for nacional desse Estado.

3. As disposições dos Artigos 15, 16 e 18 aplicar-se-ão às remunerações e pensões relacionadas a serviços prestados relativamente a atividades empresariais desenvolvidas por um Estado Contratante, uma sua subdivisão política, uma sua entidade legal (pessoa jurídica de direito público) ou um seu poder local.

ARTIGO 20 **Estudantes**

Os pagamentos que um estudante, aprendiz ou trainee ("trainee") nas áreas de negócios, técnica, agrícola ou florestal que é, ou foi, em período imediatamente anterior à sua visita a um Estado Contratante, residente do outro Estado Contratante e que permanece no primeiro Estado mencionado apenas com o propósito de sua educação ou treinamento, receber para manutenção, educação ou treinamento, não serão tributados nesse Estado, desde que esses pagamentos provenham de fontes situadas fora desse Estado.

ARTIGO 21 **Outros Rendimentos**

As modalidades de rendimentos de um residente de um Estado Contratante não tratadas nos artigos anteriores deste Acordo são tributáveis somente nesse Estado. Todavia, tais modalidades de rendimentos provenientes do outro Estado Contratante são tributáveis também nesse outro Estado.

ARTIGO 22 **Métodos para Eliminar a Dupla Tributação**

1. No Brasil, a dupla tributação será eliminada como segue:

a) quando um residente do Brasil receber rendimentos que, de acordo com as disposições deste Acordo, sejam tributáveis na Finlândia, o Brasil concederá, na aplicação de seu imposto, um crédito equivalente ao imposto pago na Finlândia;

b) todavia, o montante desse crédito não excederá a fração do imposto brasileiro correspondente à participação desse rendimento na renda tributável no Brasil.

2. Na Finlândia, a dupla tributação será eliminada como segue:

a) quando um residente da Finlândia receber rendimentos que, de acordo com as disposições deste Acordo, sejam tributáveis no Brasil, a

Finlândia, ressalvado o disposto na alínea b, permitirá a dedução, do imposto sobre a renda, de um montante igual ao imposto sobre a renda pago no Brasil. Tal dedução, entretanto, não excederá a fração do imposto, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos tributáveis no Brasil;

b) os dividendos pagos por uma sociedade residente do Brasil a uma sociedade residente da Finlândia que controle diretamente pelo menos 10 por cento do poder de voto na sociedade pagadora dos dividendos serão isentos do imposto finlandês;

c) não obstante qualquer outro dispositivo deste Acordo, uma pessoa física residente do Brasil e que, de acordo com a legislação tributária finlandesa aplicável aos impostos finlandeses referidos no Artigo 2, seja também considerada como residente da Finlândia, pode ser tributada na Finlândia. Todavia, a Finlândia permitirá a dedução, do imposto devido na Finlândia, de qualquer imposto sobre os rendimentos pago no Brasil, de acordo com o disposto na alínea a. As disposições desta alínea aplicar-se-ão somente aos nacionais da Finlândia;

d) quando, de acordo com qualquer dispositivo deste Acordo, os rendimentos recebidos por um residente da Finlândia estiverem isentos de imposto na Finlândia, a Finlândia poderá, no entanto, ao calcular o imposto sobre os rendimentos remanescentes desse residente, levar em conta os rendimentos isentos;

e) para os fins da alínea a, a expressão "imposto de renda pago no Brasil" será considerada como tendo sido paga à alíquota de 15% (quinze por cento), no caso de dividendos, e à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento), no caso de juros e royalties.

ARTIGO 23 **Não-discriminação**

1. Os nacionais de um Estado Contratante não ficarão sujeitos no outro Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação correspondente, diferente ou mais onerosa do que aquelas a que estiverem ou possam estar sujeitos os nacionais desse outro Estado que se encontrem na mesma situação.

2. A tributação de um estabelecimento permanente que uma empresa de um Estado Contratante possuir no outro Estado Contratante não será menos favorável do que a das empresas desse outro Estado que exercerem a mesma atividade. Esta disposição não será interpretada no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder às pessoas residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, os abatimentos e reduções de impostos em função do estado civil ou encargos familiares concedidos aos seus próprios residentes.

3. As empresas de um Estado Contratante cujo capital seja detido ou controlado, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, por um ou mais residentes do outro Estado Contratante, não ficarão sujeitas, no primeiro Estado mencionado, a nenhuma tributação ou obrigação correspondente diferente ou mais onerosa do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitas outras empresas similares do primeiro Estado mencionado.

ARTIGO 24 **Procedimento Amigável**

1. Quando uma pessoa considerar que as medidas tomadas por um ou ambos os Estados Contratantes conduzem, ou poderão conduzir, em relação a si, a uma tributação em desacordo com o presente Acordo, poderá, independentemente dos recursos previstos pela legislação doméstica desses Estados, submeter o seu caso à autoridade competente do Estado Contratante de que é residente ou, se o caso se enquadrar no parágrafo 1 do Artigo 23, do Estado Contratante de que é nacional. O caso deve ser apresentado dentro de 3 (três) anos da primeira notificação da ação resultando na tributação em desacordo com as disposições do Acordo.

2. A autoridade competente, se a reclamação se lhe afigurar justificada e se ela própria não estiver em condições de lhe dar solução satisfatória, esforçar-se-á por resolver a questão através de acordo amigável com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar uma tributação em discordância com o Acordo. No caso de as autoridades competentes chegarem a um acordo, os impostos serão

cobrados e o reembolso ou o crédito dos impostos será permitido pelos Estados Contratantes conforme tal acordo. Qualquer acordo alcançado será implementado dentro dos prazos estabelecidos pela legislação doméstica dos Estados Contratantes.

3. As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão por resolver, através de acordo amigável, as dificuldades ou dúvidas que surgirem da interpretação ou aplicação do Acordo. Elas também poderão consultar-se visando à eliminação da dupla tributação em casos não previstos no Acordo.

4. As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar-se diretamente a fim de chegar a um acordo nos termos dos parágrafos anteriores. Quando, para se alcançar um acordo, parecer aconselhável uma troca de opiniões verbal, essa troca pode ocorrer através de uma Comissão composta de representantes das autoridades competentes dos Estados Contratantes.

ARTIGO 25

Troca de Informações

1. As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si as informações necessárias para aplicar as disposições deste Acordo ou da legislação doméstica dos Estados Contratantes relativas aos impostos cobertos pelo Acordo na medida em que a tributação daí decorrente não seja contrária ao Acordo. A troca de informações não está restrita pelo Artigo 1. Qualquer informação recebida por um Estado Contratante será considerada secreta da mesma forma que a informação obtida sob as leis internas desse Estado e só poderá ser comunicada às pessoas ou autoridades (incluindo tribunais e órgãos administrativos) encarregadas do lançamento ou cobrança dos impostos abrangidos pelo presente Acordo ou da instauração de processos sobre infrações relativas a esses impostos ou da apreciação de recursos a eles correspondentes. Essas pessoas ou autoridades usarão as informações apenas para tais propósitos. Elas poderão revelar as informações em procedimentos em tribunais públicos ou em decisões judiciais.

2. O disposto no parágrafo 1 não poderá, em nenhum caso, ser interpretado no sentido de impor a um Estado Contratante a obrigação de:

- a) tomar medidas administrativas contrárias à sua legislação ou à sua prática administrativa ou às do outro Estado Contratante;
- b) fornecer informações que não poderiam ser obtidas com base na sua legislação ou no âmbito de sua prática administrativa normal ou das do outro Estado Contratante;
- c) fornecer informações reveladoras de segredos comerciais, industriais ou profissionais, processos comerciais ou industriais, ou informações cuja comunicação seja contrária à ordem pública.

ARTIGO 26

Membros de Missões Diplomáticas e Postos Consulares

Nada neste Acordo prejudicará os privilégios fiscais de que se beneficiem os membros de Missões diplomáticas e Postos consulares em virtude de regras gerais do Direito Internacional ou de disposições de acordos especiais.

ARTIGO 27

Entrada em Vigor

1. Os Governos dos Estados Contratantes notificar-se-ão mutuamente de que as exigências constitucionais para a entrada em vigor do presente Acordo foram atendidas.

2. O Acordo entrará em vigor quinze dias após a data da última das notificações referidas no parágrafo 1 e seus dispositivos produzirão efeitos:

a) no Brasil:

- i) com relação aos impostos retidos na fonte sobre dividendos, juros, *royalties*, e ao imposto indicado no parágrafo 6 do Artigo 10, quanto às importâncias pagas no ou após o primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que o Acordo entrar em vigor;

- ii) com relação aos outros impostos sobre rendimentos, quanto às importâncias recebidas durante o ano fiscal que comece no ou após o primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que o Acordo entrar em vigor;

b) na Finlândia:

- i) com relação aos impostos retidos na fonte, quanto aos rendimentos recebidos no ou após o primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que o Acordo entrar em vigor;

- ii) com relação aos outros impostos sobre rendimentos, quanto aos impostos cobráveis (*chargeable*) em qualquer ano fiscal que comece no ou após o primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que o Acordo entrar em vigor.

3. O Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda, assinado em Helsinki em 16 de fevereiro de 1972, conforme modificado pelo Protocolo assinado em Brasília em 12 de junho de 1989 (doravante denominado "a Convenção de 1972"), deixará de produzir efeitos no tocante aos impostos aos quais este Acordo se aplica de acordo com as disposições do parágrafo 2. A Convenção de 1972 caducará no último dia em que produzir efeitos de acordo com a disposição precedente deste parágrafo.

ARTIGO 28

Denúncia

O presente Acordo permanecerá em vigor até que seja denunciado por um dos Estados Contratantes. Qualquer Estado Contratante poderá denunciar o Acordo, através dos canais diplomáticos, mediante um aviso de denúncia pelo menos seis meses antes do final de qualquer ano calendário após o período de cinco anos da data em que o Acordo entrar em vigor. Nesse caso, o Acordo deixará de produzir efeitos:

a) no Brasil:

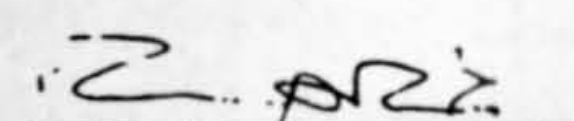
- i) com relação aos impostos retidos na fonte sobre dividendos, juros, *royalties* e sobre os rendimentos indicados no parágrafo 6 do Artigo 10, quanto às importâncias pagas antes do final do ano calendário em que o aviso tenha sido dado;
- ii) com relação aos outros impostos sobre rendimentos, quanto às importâncias recebidas durante o ano fiscal que terminar no ano calendário em que o aviso tenha sido dado.

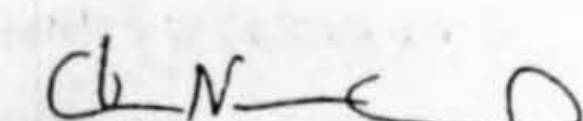
b) na Finlândia:

- i) com relação aos impostos retidos na fonte, quanto aos rendimentos recebidos no ou após o primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte ao ano em que o aviso tenha sido dado;
- ii) com relação aos outros impostos sobre rendimentos, quanto aos impostos cobráveis em qualquer ano fiscal que se inicie no ou após o primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte ao ano que o aviso tenha sido dado.

Em testemunho do que, os abaixo-assinados, para isso devidamente autorizados, assinaram o presente Acordo.

Feito em Brasília, em de abril de 1996, em dois exemplares originais, nos idiomas português, finlandês e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. No caso de qualquer divergência de interpretação, prevalecerá o texto na sua versão inglesa.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DA FINLÂNDIA

PROTOCOLO

No momento da assinatura do presente Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Finlândia para evitar a dupla tributação e

prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda (doravante referido como "o Acordo"), os abaixo-assinados convieram nas seguintes disposições que constituem parte integrante do presente Acordo.

1. Com referência ao Artigo 20

Um estudante em uma universidade ou outra instituição de ensino superior no Brasil, ou um aprendiz ou treinando (*trainee*) nas áreas de negócios, técnica, agrícola ou florestal, que seja, ou tenha sido, um residente do Brasil imediatamente antes de visitar a Finlândia e que esteja presente na Finlândia por um período contínuo não excedente de 183 (cento e oitenta e três) dias não será tributado na Finlândia no tocante à remuneração por serviços prestados na Finlândia, desde que os serviços estejam relacionados com seus estudos ou treinamento e que a remuneração constitua rendimentos necessários para sua manutenção

2. Com referência ao Artigo 22

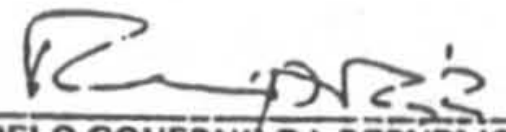
a) As disposições dos parágrafos 1 e 2 do Artigo 22, relativas às alíquotas do imposto, aplicar-se-ão somente pelos primeiros 10 (dez) anos em que o Acordo estiver em vigor.

b) Em consequência, as alíquotas do imposto estabelecidas nos parágrafos 1, 2 e 6 do Artigo 10, parágrafo 2 do Artigo 11 e parágrafo 2 do artigo 12 aplicar-se-ão somente pelos primeiros 10 (dez) anos em que o Acordo estiver em vigor.

c) Todavia, durante o primeiro período de 10 (dez) anos ou qualquer período subsequente em que o Acordo estiver em vigor em relação às alíneas a e b acima, as autoridades competentes poderão, através do procedimento amigável, acordar a extensão do período em que aquelas alíneas estiverem em vigor por um período adicional de pelo menos 5 (cinco) anos mas não mais do que 10 (dez) anos.

Em testemunho do que, os abaixo-assinados, para isso devidamente autorizados, assinaram o presente Protocolo.

Feito em Brasília, em 26 de abril de 1996, em dois exemplares originais, nos idiomas português, finlandês e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. No caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto na sua versão inglesa.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DA FINLÂNDIA

(À Comissão de Relações Exteriores
e Defesa Nacional.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 1997
(Nº 319/96, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo Comercial, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Malásia, em Kuala Lumpur, em 26 de abril de 1996.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o texto do Acordo Comercial, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Malásia, em Kuala Lumpur, em 26 de abril de 1996.

Parágrafo único. Ficam sujeitos a aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes

complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

MENSAGEM Nº 644, DE 1996

Senhores Membros do Congresso Nacional,

De conformidade com o disposto no artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, Interino, das Relações Exteriores, o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Malásia, em Kuala Lumpur, em 26 de abril de 1996.

Brasília, 8 de julho de 1996. Fernando Henrique Cardoso.

EM Nº 305 /DOC/DPC/DAI-MRE - XIEX BRAS MALA

Brasília, 02 de julho de 1996.


Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, texto de Acordo Comercial com o Governo da Malásia, celebrado em 26 de abril último em Kuala Lumpur, com vistas ao desenvolvimento das relações comerciais e econômicas bilaterais em bases de igualdade e benefício mútuo.

2. Dentre outras medidas voltadas para o aumento das trocas comerciais com aquele país, a exemplo dos dispositivos que reiteram, no nível bilateral, os compromissos de concessão de tratamento de nação mais favorecida assumidos na OMC, o acordo prevê a criação de uma Comissão Mista de Comércio para discutir medidas destinadas a facilitar a promoção e expansão do comércio bilateral.

3. Uma vez que a entrada em vigor do presente Acordo Comercial exige aprovação do Congresso Nacional, nos termos do inciso I, artigo 49 da Constituição Federal, submeto o anexo projeto de mensagem presidencial para que Vossa Excelência, caso esteja de acordo, encaminhe o referido instrumento a apreciação do Poder Legislativo.

Respeitosamente,


SEBASTIÃO DO REGO BARROS
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores

ACORDO COMERCIAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA MALÁSIA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da Malásia
(doravante denominados "Partes Contratantes")

Desejosos de desenvolver e fortalecer as relações comerciais e econômicas entre os países em base de igualdade e benefício mútuo,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

As Partes Contratantes, de acordo com as leis, regulamentos e procedimentos em vigor em seus respectivos países, bem como quaisquer obrigações que decorram de sua condição de membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), deverão tomar todas as medidas apropriadas para facilitar, fortalecer e diversificar o comércio entre os dois países.

ARTIGO 2

As Partes Contratantes deverão encorajar e oferecer a assistência necessária aos empreendimentos relevantes e às organizações de cada país a fim de explorar as possibilidades de acordos comerciais de curto e longo prazos e, conforme o caso, concluir tais contratos conforme mutuamente acordado.

ARTIGO 3

Em sua condição de membro da OMC, cada Parte Contratante deverá garantir à outra Parte tratamento de nação mais favorecida em todos os assuntos relativos a direitos aduaneiros e formalidades de comércio exterior no que diz respeito à importação e/ou exportação de produtos.

ARTIGO 4

O disposto neste Acordo não se aplicará a vantagens, concessões e isenções que cada Parte Contratante tenha garantido ou possa garantir:

- a) a países contíguos e vizinhos de forma a facilitar o tráfico fronteiriço;
- b) a países que sejam membros de uniões aduaneiras ou de zonas de livre comércio a qual cada uma das Partes Contratantes tenha aderido ou venha a aderir;
- c) em decorrência de participação em acordos multilaterais visando a integração econômica, e
- d) em decorrência de entendimentos de troca com terceiros países.

ARTIGO 5

As Partes Contratantes deverão esforçar-se para facilitar o trânsito/tráfego de bens comerciais sob este Acordo, em conformidade com leis, regulamentos e procedimentos em vigor em seus respectivos países e concordam em:

- a) facilitar a liberdade de trânsito de produtos originários de cada Parte Contratante e destinados ao território de uma terceira parte, e
- b) facilitar a liberdade de trânsito de produtos originários do território de uma terceira parte e destinados ao território de uma das Partes Contratantes.

ARTIGO 6

1. Com vistas a intensificar o comércio entre os dois países, as Partes Contratantes deverão facilitar a participação de cada uma delas em feiras comerciais a serem realizadas no território da outra e a promoção de exposições de cada país no território do outro, em termos a serem acordados entre as autoridades competentes.

2. As isenções de direitos aduaneiros e outros gravames similares incidentes sobre artigos e amostras destinadas a feiras e exposições, bem como sua venda e disposição, deverão estar sujeitos às leis, regras e regulamentos do país onde tais feiras e exposições forem realizadas.

ARTIGO 7

Qualquer divergência que possa decorrer da interpretação deste Acordo deverá ser resolvida por via diplomática.

ARTIGO 8

Todos os pagamentos entre os dois países deverão ser efetuados em moeda corrente de livre uso que possa ser acordada pelas Partes Contratantes de acordo com a legislação cambial vigente em cada país.

ARTIGO 9

O disposto neste Acordo, sujeito à condição de que tais medidas não sejam aplicadas de maneira arbitrária e discriminatória, não deverá limitar o direito de ambas as Partes Contratantes adotarem ou executarem medidas:

- a) por razões de saúde pública, moralidade pública, ordem e segurança;
- b) para a proteção de plantas e animais contra doenças e pestes;
- c) para salvaguardar sua posição financeira externa e balança de pagamentos, e
- d) para proteger patrimônio nacional ou bens artísticos, históricos ou arqueológicos.

ARTIGO 10

As Partes Contratantes deverão concordar em estabelecer uma Comissão Mista de Comércio para discutir medidas para a expansão do comércio direto entre os dois países e assuntos que possam decorrer da aplicação deste Acordo. A Comissão Mista de Comércio poderá igualmente fazer as sugestões necessárias à consecução dos objetivos deste Acordo e deverá reunir-se em cada país de maneira alternada em ocasiões a serem estabelecidas por consentimento mútuo.

ARTIGO 11

As Partes Contratantes acordam em designar, em nome do Governo brasileiro, o Ministério das Relações Exteriores, e, em nome do Governo malásio, o Ministério da Indústria e do Comércio Internacionais, como órgãos responsáveis pela coordenação e execução deste Acordo.

ARTIGO 12

A qualquer momento em que este Acordo estiver em vigor, cada uma das Partes Contratantes poderá propor, por escrito, emendas às quais a outra Parte Contratante deverá responder 3 (três) meses após o recebimento de tal proposta. Qualquer alteração ou modificação deste Acordo deverá ser feita sem prejuízo dos direitos e obrigações decorrentes deste Acordo em data anterior a tal alteração ou modificação até que tais direitos e obrigações estejam totalmente implementados.

ARTIGO 13

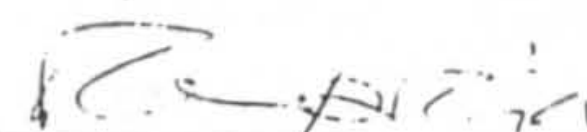
1. Este Acordo deverá entrar em vigor na data do recebimento da última notificação em que uma das Partes Contratantes informe que foram concluídas todas as formalidades internas, com a consequente vigência do Acordo por 5 (cinco) anos.

2. Este Acordo deverá ser automaticamente renovado por iguais períodos, a não ser que uma das Partes Contratantes notifique a outra, em um prazo mínimo de 3 (três) meses antes de expirar o período de validade em curso, sua intenção de denunciá-lo.

ARTIGO 14

O disposto neste Acordo aplicar-se-á, mesmo após sua denúncia, aos contratos efetuados em seu cumprimento durante o período de validade mas não totalmente concluídos no dia de sua denúncia.

Feito em Kuala Lumpur, em 26 de abril de 1996, em seis versões originais, duas em português, duas em malaio e duas em inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação entre quaisquer dos textos deste Acordo, prevalecerá a versão em inglês.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Luiz Felipe Lampreia


PELO GOVERNO DA MALÁSIA

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 1997
(Nº 321/96, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto do Acordo sobre Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites de Recursos Terrestres, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, em Beijing, em 13 de dezembro de 1995.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o texto do Acordo sobre Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites de Recursos Terrestres, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, em Beijing, em 13 de dezembro de 1995.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 671, DE 1996

Senhores Membros do Congresso Nacional,

De conformidade com o disposto no artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo sobre Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites de Recursos Terrestres, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, em Beijing, em 13 de dezembro de 1995.

Brasília, 11 de julho de 1996. **Fernando Henrique Cardoso.**

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 314, DE 08 DE JULHO DE 1996,
DO SR. MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
LUIZ FELIPE LAMPREIA

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, o texto do Acordo sobre Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto de Satélites de Recursos Terrestres, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, em Beijing, em 13 de dezembro de 1995.

2. O Acordo tem por objetivo estabelecer diretrizes gerais e mecanismos concretos que garantam a segurança técnica relacionada ao desenvolvimento conjunto de satélites de recursos terrestres. Nesse sentido, aplica-se a todos os estágios do projeto CBERS ("China-Brazil Earth Resources Satellites"), incluindo desenvolvimento, montagem, integração e teste (AIT), transporte e lançamento dos satélites sino-brasileiros de sensoriamento de recursos terrestres. O Acordo trata, ainda, dos dispositivos de segurança técnica necessários no que concerne ao tratamento e proteção de informações e dados considerados sigilosos originários do desenvolvimento de projetos conjuntos de construção e lançamento de satélites.

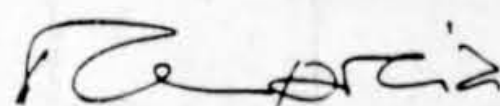
3. A cooperação espacial entre o Brasil e a China remonta a meados da década de 80 e tem merecido atenção especial por parte de sucessivos governos brasileiros, por sua importância, dimensão e significado político. Inicialmente idealizada como alternativa política de aliança estratégica, a cooperação com a China em matéria espacial tornou-se o primeiro exemplo bem-sucedido de associação entre países em desenvolvimento em área de tecnologia de ponta.

4. O presente Acordo sobre Segurança Técnica vem somar-se ao arcabouço jurídico que tem regido o chamado projeto CBERS de construção e lançamento conjuntos de satélites de observação da Terra. Previsto, em princípio, para compreender a construção e lançamento de dois satélites, o programa deverá ser estendido para quatro, com vistas a promover a continuidade da prestação de serviços de sensoriamento remoto. A ampliação do projeto demanda, naturalmente, um aperfeiçoamento dos instrumentos legais que regem a cooperação entre os dois países na matéria, para o que o presente Acordo deve contribuir de maneira eficaz e equilibrada.

5. Uma vez que a ratificação do Acordo sobre Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto de Satélites de Recursos Terrestres depende de prévia autorização do Congresso Nacional, nos termos do inciso I, artigo 49 da Constituição Federal, permito-me submeter à alta apreciação de Vossa

Excelência o anexo projeto de mensagem presidencial, para que Vossa Excelência, caso esteja de acordo e julgue oportuno, encaminhe o referido instrumento à apreciação do Poder Legislativo.

Respeitosamente,



Luiz Felipe Lampreia

Ministro de Estado das Relações Exteriores

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA SOBRE SEGURANÇA TÉCNICA RELACIONADA AO DESENVOLVIMENTO CONJUNTO DOS SATÉLITES DE RECURSOS TERRESTRES

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Popular da China
(doravante denominados as "Partes"),

No sentido de implementarem as diretrizes sobre segurança técnica constantes no "Protocolo sobre Aprovação de Pesquisa e Produção dos Satélites de Recursos Terrestres entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China", assinado em Beijing, em 6 de julho de 1988, e no "Protocolo Suplementar sobre Aprovação de Pesquisa e Produção dos Satélites de Recursos Terrestres entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China", assinado em Brasília, em 5 de março de 1993,

Acordaram o seguinte:

ARTIGO I
Princípios Gerais

1. Este Acordo aplica-se a todos os estágios, incluindo desenvolvimento, montagem, integração e teste (AIT), transporte e lançamento dos Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (doravante denominados "satélites"), desenvolvidos conjuntamente pela República Federativa do Brasil e pela República Popular da China.
2. Este Acordo aplica-se aos modelos de engenharia e voo dos satélites, aos equipamentos de suporte, aos equipamentos auxiliares e aos componentes afins, às partes, programas, dados técnicos, parâmetros técnicos, planos, informações assim como a todos os assuntos relacionados aos interesses da segurança e economia de ambas as Partes.
3. No caso de qualquer inconsistência entre este Acordo e qualquer outro Acordo firmado por ambas as Partes sobre a Segurança Técnica dos Satélites, este Acordo tem precedência. Para assuntos relacionados à segurança técnica dos satélites, que não tiverem sido cobertos por este Acordo, mas tenham sido abordados em outros Acordos, se for o caso, por ambas as Partes, os outros Acordos devem prevalecer.
4. O Governo da República Federativa do Brasil designa o Ministério da Ciência e Tecnologia da República Federativa do Brasil como a organização executora deste Acordo; o Governo da República Popular da China designa a Comissão de Ciência, Tecnologia e Indústria para Defesa Nacional da República Popular da China como a organização executora deste Acordo.

ARTIGO II

Medidas de Salvaguarda para a Segurança Técnica

1. Nenhuma das Partes deve ter acesso nem adquirir nenhum item desenvolvido ou integrado pela outra Parte mencionado no parágrafo 2 do Artigo I sem o consentimento da outra Parte.

2. Nenhuma das Partes deve, sem o consentimento da outra Parte, fornecer a uma terceira Parte ou tornar públicas tecnologias, dados e informações obtidas em conjunto por ambas as Partes durante todos os estágios mencionados no parágrafo 1 do Artigo I.
3. Durante todos os estágios mencionados no parágrafo 1 do Artigo I, nenhuma das Partes deve, sem o consentimento da outra Parte, oferecer emprego a servidores da outra Parte envolvidos nos estágios do trabalho acima mencionados. Atividades de intercâmbio acadêmico desenvolvidas no âmbito dos estágios do trabalho acima mencionados não deverão violar nenhuma diretriz dos parágrafos 1 e 2 do Artigo II.
4. Ambas as Partes devem garantir a segurança pessoal de sua equipe designada e a segurança dos documentos e materiais por ela conduzidos.
5. Nenhuma das Partes deve envolver-se em atividades profissionais de comércio que conflitem com o desenvolvimento conjunto.

ARTIGO III

Diretrizes Gerais para a Segurança Técnica

1. No sentido de garantir a implementação das diretrizes do Artigo II, ambas as Partes devem classificar os seguintes itens de acordo com os graus de confidencialidade apropriados:
 - a) os programas de desenvolvimento e planos específicos dos satélites;
 - b) documentos escritos, tecnologias, desenhos, fotografias, produtos áudio-visuais, dados sobre equipamentos e quaisquer outras informações técnicas produzidas ou utilizadas ao longo do desenvolvimento, montagem, integração e teste dos satélites;
 - c) tecnologias avançadas adquiridas ao longo do desenvolvimento, montagem, integração e teste dos satélites;
 - d) frequências centrais, códigos e contra-medidas de proteção usados nas comunicações, controle e telemetria dos satélites; e
 - e) todos os outros assuntos considerados confidenciais relacionados aos interesses da segurança e da economia de ambas as Partes.
2. Para cada item mencionado acima, se ele pertencer a uma Parte, esta Parte deve desenvolver medidas de segurança técnica específicas, em conformidade com as suas regras e regulamentos; se o item pertencer a ambas as Partes, as medidas específicas de segurança técnica devem ser estabelecidas em conjunto por ambas as Partes obedecendo ao acordado entre ambas as Partes. Ambas as Partes devem garantir que seus servidores evitem apropriar-se inadequadamente de itens classificados da outra Parte que estiverem no escopo das medidas específicas de segurança estabelecidas conjuntamente por ambas as Partes.
3. Ambas as Partes devem garantir que seus servidores designados observem as diretrizes de segurança e regras de proteção nos locais de projeto, fabricação e teste da outra Parte. Pessoas designadas de uma Parte podem, como estipulado, entrar em escritórios e salas de testes quando autorizados formalmente pela outra Parte, proceder à leitura e levar consigo somente os documentos e os materiais distribuídos pela outra Parte e tirar fotografias somente em lugares permitidos pela outra Parte. A Parte atuante como anfitriã dará conhecimento antecipadamente ao pessoal designado da outra Parte, de forma detalhada, de todas as diretrizes relacionadas aos assuntos acima mencionados.
4. Três meses antes do início das fases de montagem, integração e teste de cada modelo, ambas as Partes devem, além disso, preparar diretrizes específicas para a segurança técnica dos trabalhos a serem realizados. Diretrizes específicas devem, em particular, conter requisitos de segurança e monitoramento para os modelos dos satélites durante o transporte entre o Brasil e a China e durante as operações em solo no Brasil e na China. As diretrizes específicas devem também incluir, em particular, regras tais como: nenhuma das Partes deve desmontar e testar os equipamentos dos satélites desenvolvidos pela outra Parte sem o consentimento desta última Parte; nenhuma fotografia e gravação em vídeo dos procedimentos de teste dos satélites podem ser obtidos sem o consentimento da outra Parte; e, em caso de interrupção indefinida da montagem, integração e teste dos satélites, cada Parte deverá imediatamente retornar os equipamentos, os dados e os documentos da outra Parte de maneira segura.
5. Ambas as Partes devem adotar medidas adequadas para assegurar os cuidados e a segurança técnica durante o transporte entre o Brasil e a China dos satélites, equipamentos de teste, documentos de apoio e todos os outros itens e dados relacionados ao desenvolvimento, montagem, integração e teste dos satélites. Para este fim, cada Parte deve fornecer à outra Parte os meios para

assegurar o monitoramento contínuo durante o transporte dos itens e dados pertencentes à outra Parte. Para o transporte entre o Brasil e a China de itens e dados pertencentes a ambas as Partes, ambas as Partes devem determinar por meio de negociação se o processo de monitoramento contínuo durante o transporte deve ser conduzido por pessoal de uma Parte ou de ambas as Partes. Os itens e dados acima mencionados devem ser isentos de inspeção Alfandegária em cada país. No caso da necessidade de inspeção, a mesma deve acontecer nos locais respectivos de AIT, com a presença de representantes de ambas as Partes e sob condições de vigilância acordadas conjuntamente.

6. Os lançamentos dos satélites CBERS - 1 e 2 dar-se-ão a partir do Centro de Satélites de Taiyuan (doravante denominado "Centro"), na China. A segurança no campo de lançamento será provida pelo Centro. O Centro emitirá permissões temporárias para as equipes de ambas as Partes envolvidas no lançamento dos satélites. Estas equipes deverão seguir as diretrizes de segurança distribuídas pelo Centro para a operação de lançamento dos satélites. As diretrizes devem considerar os requisitos de segurança para os veículos lançadores chineses e alguns equipamentos importantes dos satélites. As equipes brasileiras devem aproximar-se dos veículos lançadores somente quando autorizadas para tanto. As equipes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e da Academia Chinesa de Tecnologia Espacial estarão presentes à integração dos satélites aos veículos lançadores na plataforma de lançamento e participarão da fase de testes de preparação do lançamento.

ARTIGO IV

Medidas para a Segurança das Comunicações

De modo a permitir a implementação das diretrizes do Artigo II e do Artigo III, ambas as Partes devem providenciar transmissões seguras de dados técnicos, documentos e informações classificados como confidenciais por uma ou ambas as Partes. Cada Parte responsabilizar-se-á pelas transmissões em seu país, se for o caso, de dados técnicos, documentos e informações acima mencionados por meio de canais seguros da Parte em questão; se houver necessidade de transmissão de dados técnicos, documentos e informações de um país para o outro, devem ser utilizadas as malas diplomáticas ou outros canais seguros.

ARTIGO V

Mecanismos para a Garantia da Segurança Técnica

1. Caso surjam dificuldades ou problemas com a aplicação de qualquer diretriz específica deste Acordo, após solicitação de uma das Partes, ambas as Partes devem imediatamente iniciar processo de consulta ao Comitê Conjunto do Projeto (doravante denominado "Comitê"). Enquanto perdurarem as consultas, ambas as Partes devem continuar obedecendo às diretrizes específicas pertinentes.

2. Em caso de inadimplência com relação às diretrizes deste Acordo, qualquer Parte pode requerer a suspensão ou término da cooperação. Após sua suspensão ou término e enquanto existirem equipes, itens e dados técnicos de uma Parte no território da outra Parte, ambas as Partes deverão regular-se por este Acordo; após o término da cooperação e após a retirada das equipes, itens e dados técnicos de uma das Partes do território da outra Parte, ambas as Partes devem regular-se pelas diretrizes do parágrafo 2 do Artigo II deste Acordo.

3. Ambas as Partes devem garantir que após o término da cooperação, cada equipe, item e dados técnicos relacionados à cooperação sejam enviados aos respectivos países prontamente dentro de 15 (quinze) dias.

ARTIGO VI

Controvérsias

Qualquer controvérsia proveniente da interpretação e implementação deste Acordo deve ser solucionada por meio de entendimento entre ambas as Partes. Antes da solução de qualquer dessas controvérsias, cada Parte tem o direito de suspender o projeto e para tratar qualquer problema daí em diante recorrerá às diretrizes dos parágrafos 2 e 3 do Artigo V deste Acordo.

ARTIGO VII

Dispositivos Finais

1. Cada Parte deve notificar a outra sobre a conclusão das formalidades necessárias à entrada em vigor do presente Acordo, que deverá ocorrer na data da última notificação.

2. Este Acordo permanecerá em vigor por 5 (cinco) anos e será prorrogado automaticamente por mais 5 (cinco) anos a menos que uma das Partes

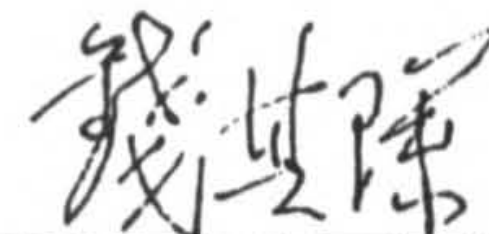
manifeste à outra Parte por Nota diplomática, com um mínimo de 6 (seis) meses de antecedência, sua decisão em contrário.

3. O término deste Acordo antes da data estabelecida anteriormente será considerado anormal e deverá acontecer apenas no caso do término do projeto CBERS. Nesta situação, o presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer uma das Partes por Nota diplomática e seus efeitos cessarão 6 (seis) meses após a data de recebimento dessa notificação.

Feito em Beijing, em 13 de dezembro de 1995, em dois originais nos idiomas português, chinês e inglês, todos sendo igualmente válidos. Em caso de qualquer divergência de interpretação, a versão em inglês deve prevalecer.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Luiz Felipe Lampreia



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
POPULAR DA CHINA

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1997 (Nº 328/96, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Malásia, em Kuala Lumpur, em 29 de janeiro de 1996.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o texto do Acordo sobre Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Malásia, em Kuala Lumpur, em 29 de janeiro de 1996.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 542, DE 1996

De conformidade com o disposto no artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo sobre Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Malásia, em Kuala Lumpur, em 29 de janeiro de 1996.

Brasília, 10 de junho de 1996. Fernando Henrique Cardoso.

EM nº 255 /DCTEC/DAI/DAOC-II/ABC-MRE - ETEC BRAS MALA

Brasília, 04 de junho de 1996.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo texto do Acordo sobre Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Malásia, em Kuala Lumpur, no dia 29 de janeiro do ano em curso.

2. A cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e a Malásia, muito embora incipiente, deverá assumir novas proporções em função do desenvolvimento verificado naquele país nos últimos anos e da prioridade atribuída ao sudeste asiático e à ASEAN no contexto da política externa brasileira.

3. Nesse sentido, por ocasião da visita de Vossa Excelência à Malásia, em dezembro de 1995, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Professor José Israel Vargas, reuniu-se com o Senhor Law Hieng Ding, Ministro da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente daquele país, e reconheceram a necessidade de inaugurar a cooperação oficial entre o Brasil e a Malásia na área de Ciência e Tecnologia.

4. Encaminho a Vossa Excelência a presente Exposição de Motivos, juntamente com a minuta de Mensagem ao Congresso Nacional e cópias autênticas do Acordo, com vistas a possibilitar as providências necessárias para seu encaminhamento ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

LUIZ FELIPE LAMPREIA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL E O GOVERNO DA MALÁSIA SOBRE
COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da Malásia
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Desejosos de promover maior cooperação científica e tecnológica em bases de mútuo benefício,

Considerando a experiência adquirida por ambos os países no campo da Ciência e Tecnologia,

Conscientes de que a cooperação no campo da ciência e tecnologia deverá contribuir para o progresso social e econômico de ambos os Países,

Reconhecendo que a cooperação científica e tecnológica é um dos pilares das relações bilaterais e importante elemento para sua estabilidade,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes promoverão, de acordo com suas respectivas leis e regulamentos, cooperação científica e tecnológica entre os dois países em campos de interesse mútuo, incluindo cooperação nas áreas identificadas no Anexo a este Acordo.

ARTIGO II

Para alcançar os objetivos estipulados no Artigo I, as seguintes atividades deverão ser realizadas:

- a) troca de informações, conhecimento e experiência nas áreas de ciência e tecnologia;
- b) intercâmbio de técnicos e demais profissionais para o estudo, observação, pesquisa e treinamento nos campos da ciência e tecnologia;
- c) implementação conjunta ou coordenada de programas, projetos e atividades nos territórios de uma ou de ambas as Partes Contratantes; e
- d) outras formas de cooperação científica e tecnológica que venham a ser acordadas entre as Partes Contratantes.

ARTIGO III

Os termos e condições, inclusive despesas, que porventura venham a ocorrer, devem ser acordadas pelas Partes Contratantes vislumbrando individualmente cada projeto, programa ou atividade levados a cabo no âmbito deste Acordo.

ARTIGO IV

Cada Parte Contratante deverá garantir aos cidadãos da outra Parte Contratante em visita no âmbito deste Acordo, toda assistência possível e necessária a fim de facilitar seu trabalho. Essas garantias, no entanto, estão sujeitas às leis e regulamentos em vigor nos respectivos países.

ARTIGO V

Com o propósito de implementar este Acordo, as Partes Contratantes concordam em estabelecer uma Comissão Mista que deverá se reunir por solicitação da outra Parte Contratante. Essas reuniões deverão ocorrer alternadamente, na República Federativa do Brasil e na Malásia. A República Federativa do Brasil será representada pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e a Malásia se tará representar pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente da Malásia (MOSTE).

ARTIGO VI

As cláusulas do presente Acordo não deverão limitar os direitos da outra Parte Contratante de adotar e executar medidas relacionadas a sua segurança interna.

ARTIGO VII

Sujeito às presentes leis e regulamentos e aos acordos internacionais dos quais são signatárias as Partes Contratantes, a comunidade científica e tecnológica internacional poderá ter acesso às informações resultantes das atividades de cooperação relacionadas a este Acordo mediante a anuência das Partes Contratantes.

ARTIGO VIII

Cada Parte Contratante poderá requerer, por escrito, revisão ou emenda a este Acordo. Qualquer revisão ou emenda acordada por ambas as Partes Contratantes deverá ser apresentada, por escrito, e anexada a este Acordo. Tal revisão ou emenda deverá entrar em vigor na data acordada por ambas as Partes Contratantes.

ARTIGO IX

Qualquer divergência ou desentendimento oriundo da interpretação ou aplicação das cláusulas deste Acordo deverá ser amigavelmente redimida por meio de consulta ou negociação entre as Partes Contratantes sem recurso a qualquer tribunal internacional ou a terceiros.

ARTIGO X


A proteção dos direitos de propriedade intelectual será disciplinada pelas leis e regulamentos do Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da Malásia, em conformidade com os acordos internacionais assinados pelas Partes Contratantes e em vigor no Brasil e na Malásia. A entrada em vigor destas disposições será detalhada em ajustes específicos assinados pelas Partes Contratantes a luz de cada programa, projeto ou atividade, desenvolvidos sob os auspícios do presente Acordo.


ARTIGO XI

Este Acordo deverá entrar em vigor na data em que as Partes Contratantes encerrarem a troca dos instrumentos de ratificação e deverá permanecer em vigor até que uma das Partes Contratantes notifique à outra, por via diplomática, sua intenção de denunciá-lo, com pelo menos 6 (seis) meses de antecedência. O término deste Acordo não deverá afetar a validade de quaisquer projetos, programas e/ou atividades, bem como qualquer cooperação assumida ou em execução durante a vigência do mesmo.

Como testemunhas abaixo assinadas, plenamente autorizadas por seus respectivos governos, firmaram o presente Acordo.

Feito em Kuala Lumpur, em 29 de janeiro de 1996, em 2 (dois) exemplares originais, nos idiomas português, malaio e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência, prevalecerá o texto em inglês.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
José Israel Vargas
Ministro da Ciência e Tecnologia


PELO GOVERNO DA MALÁSIA
Law Heng Ding
Ministro da Ciência, Tecnologia
e Meio Ambiente

ANEXO

ÁREAS DE COOPERAÇÃO NOS CAMPOS DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A MALÁSIA.

- 01 - Pesquisa industrial
- 02 - Microeletrônica

- 03 - Biotecnologia
- 04 - Padronização dos serviços científicos e de teste
- 05 - Meio ambiente
- 06 - Gerenciamento da vida selvagem e recursos marinhos
- 07 - Sensoriamento remoto
- 08 - Informação científica e tecnológica
- 09 - Treinamento de gerenciamento em ciência e tecnologia
- 10 - Meteorologia
- 11 - Quaisquer outras áreas mutuamente acordadas

Kuala Lumpur, 29 de janeiro de 1996.

*(À Comissão de Relações Exteriores
e Defesa Nacional.)*

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1997
(Nº 318/96, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto do Acordo, por troca de Notas, que incorpora os parágrafos 4, 5 e 6 ao artigo V do Acordo para a Construção da Ponte São Tomé e São Borja, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Argentina, em Buenos Aires, em 17 de novembro de 1995.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o texto do Acordo, por Troca de Notas, que incorpora os parágrafos 4, 5 e 6 ao artigo V do Acordo para a Construção da Ponte São Tomé e São Borja, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Argentina, em Buenos Aires, em 17 de novembro de 1995.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 638, DE 1996

Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo, por troca de Notas, que incorpora os parágrafos 4, 5 e 6 ao artigo V do Acordo para a Construção da Ponte São Tomé e São Borja, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Buenos Aires, em 17 de novembro de 1995.

(ÀS COMISSÕES DE RELAÇÕES EXTERIORES; DE DEFESA NACIONAL; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

De conformidade com o disposto no artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, Interino, das Relações Exteriores, o texto do Acordo, por troca de Notas, que incorpora os parágrafos 4, 5 e 6 ao artigo V do Acordo para a Construção da Ponte São

Tomé e São Borja, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Buenos Aires, em 17 de novembro de 1995.

Brasília, 4 de julho de 1996. **Fernando Henrique Cardoso.**

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 304, DE 2 DE JULHO DE 1996, DO SR. MINISTRO DE ESTADO INTERINO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, foi firmado, em 22 de agosto de 1989, o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina destinado a possibilitar a construção de uma ligação rodoviária sobre o rio Uruguai, entre os dois países, nas cidades de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, e Santo Tomé, Província de Corrientes. O referido Acordo foi aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro de 1989.

2. Tendo em vista a necessidade de viabilizar a realização desse importante empreendimento de integração física no âmbito do MERCOSUL, foi acordado, por troca de Notas, um Ajuste ao Acordo original, em data de 17 de novembro de 1995.

3. A Constituição Federal, em seu artigo 48, inciso I, prescreve ser de competência do Congresso Nacional dispor, com a sanção de Vossa Excelência, sobre sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas. O Ajuste em questão trata, também, de matéria tributária. Por essa razão, permito-me submeter à apreciação de Vossa Excelência o anexo Acordo Complementar para posterior encaminhamento ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

SEBASTIÃO DO REGO BARROS
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores

Buenos Aires, em 17 de novembro de 1995.

Nº 544/ETRA BRAS ARGT

Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência com referência a sua Nota do dia de hoje, cujo teor reproduzo textualmente:

"Senhor Embaixador,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência com referência ao Acordo entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai entre as cidades de Santo Tomé e São Borja, firmado em Uruguiana, em 22 de agosto de 1989.

A esse respeito, e considerando o parágrafo oitavo da Ata No. 2 da Reunião da Comissão Especial de Licitação aprovada pela Comissão Argentino-Brasileira para a Construção da Ponte Santo Tomé-São Borja (COMAB), realizada em São Borja, em 6 de julho de 1995, levo ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo argentino propõe incorporar ao Artigo V do Acordo acima mencionado, os seguintes parágrafos:

"4 - As partes se comprometem a autorizar o ingresso, livre trânsito e saída de seus respectivos territórios daqueles equipamentos e materiais destinados ao uso exclusivo por parte do CONCESSIONÁRIO ou

seus subcontratados, na ÁREA EM CONCESSÃO, durante o prazo de execução do empreendimento. O ingresso e a utilização em caráter definitivo dos citados equipamentos e materiais estarão isentos de toda tarifa de importação ou qualquer imposto sobre esta operação, independentemente de que sejam os mencionados equipamentos e materiais originários da Argentina ou do Brasil, e não implicarão nenhum tipo de reembolso, reintegração ou devolução de tributos.

O ingresso dos equipamentos destinados à obra estará também isento de toda tarifa de importação, quando os citados equipamentos provierem de terceiros países. Estes equipamentos deverão ser trasladados para fora do país, uma vez concluída a obra.

5 - Da mesma forma, as partes se comprometem a assegurar o acesso ao trabalho do pessoal técnico especializado, contratado pelo concessionário ou seus subcontratados, entendendo-se para esse fim, além dos profissionais de nível superior e técnico, as categorias de operadores de máquinas e equipamentos, mestres-de-obra, capatazes e categorias similares a serem definidas pela COMAB.

6 - As partes acordam estabelecer como base tributária, com exceção do caso do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), o critério de imputar custos, gastos e investimentos, por um lado, e a renda, por outro, independentemente do lugar físico onde se originem, de tal forma que o resultado final para fins de cálculo dos impostos seja distribuído em 50% para cada um dos países. Cada uma dessas metades será tributada segundo as legislações respectivas de cada País.

Os aportes dos Estados, na fase de construção das obras, terão caráter de compensação indenizatória, estando, por isso, isentos de retenções e impostos."

Estando Vossa Excelência de acordo, esta Nota e a resposta de Vossa Excelência de idêntico teor, se incorporarão ao instrumento acima mencionado e constituirão um acordo entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil sobre a matéria, e que entrará em vigor na data em que as partes comunicarem reciprocamente o cumprimento das tramitações necessárias à aprovação legislativa.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração."

Sobre o assunto e ao manifestar a concordância do Governo brasileiro com o teor da Nota transcrita, tenho a honra de confirmar que esta Nota e a de Vossa Excelência constituem um Acordo entre nossos Governos sobre a matéria, que entrará em vigor na data em que as partes comunicarem reciprocamente o cumprimento das tramitações necessárias à aprovação legislativa.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

(Marcos C. de Azambuja)

Buenos Aires, em 17 de novembro de 1995.

Nº 544/ETRA BRAS ARGT

Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência com referência a sua Nota do dia de hoje, cujo teor reproduzo textualmente:

"Señor Embajador,

Tengo el honor de dirigirme a Vuestra Excelencia con referencia al Acuerdo entre la República Argentina y la

República Federativa del Brasil para la Construcción de un Puente sobre el Río Uruguay entre las ciudades de Santo Tomé y São Borja, firmado en Uruguaiana, el 22 de agosto de 1989.

Al respecto y teniendo en cuenta el párrafo octavo del Acta nº 2 de la Reunión de la Comisión Especial de Licitación aprobada por la Comisión Argentino Brasileña para la construcción del Puente Santo Tomé y São Borja (COMAB) realizada en São Borja, el 6 de julio de 1995, llevo a conocimiento de Vuestra Excelencia que el Gobierno argentino propone incorporar al Artículo V del Acuerdo arriba mencionado, los siguientes párrafos:

"4 - Las partes se comprometen a autorizar el ingreso, libre tránsito y salida de sus respectivos territorios de aquellos equipos y materiales destinados al uso exclusivo por parte del CONCESIONARIO o sus subcontratados, en el AREA EN CONCESION durante el plazo de ejecución del emprendimiento. El ingreso y utilización con carácter definitivo de dichos equipos y materiales estará exento de todo gravamen de importación o vinculado a esta operación, independientemente de que los elementos citados sean originarios de Argentina o Brasil, y no dará lugar a ningún tipo de reembolso, reintegro o devolución de tributos.

El ingreso y utilización de equipos estará también exento de todo gravamen de importación cuando dichos elementos provengan de terceros países. Estos equipos deberán ser trasladados fuera del país una vez habilitada la obra.

5 - Asimismo las partes se comprometen a asegurar el acceso al trabajo de personal técnico especializado, contratado por el concesionario o sus subcontratados, entendiéndose para tal fin además de los profesionales de nivel superior y técnico, las categorías de operadores de máquinas y equipamiento, maestros mayores de obra, capataces y categorías

similares a ser definidas por la COMAB.

6 - Las partes acuerdan establecer como base tributaria, excepto para el impuesto al Valor Agregado (IVA), el criterio de imputar los costos, gastos e inversiones por un lado y los ingresos por otro independientemente del lugar físico donde se origine, de tal forma que el resultado final a los fines de cálculo de los impuestos sea distribuido 50% a cada uno de los países. Cada una de estas mitades tributará en conformidad con legislaciones respectivas de cada País.

Los aportes de los Estados, en la fase de construcción de las obras tendrán carácter de compensación indemnizatoria, siendo por eso libre de retenciones e impuestos."

Estando Vuestra Excelencia de acuerdo, esta Nota y la respuesta de Vuestra Excelencia de idéntico tenor, se incorporarán al instrumento antes mencionado y constituirán un acuerdo entre la República Argentina y la República Federativa del Brasil sobre la materia, el que entrará en vigor en la fecha en que las partes se comuniquen recíprocamente el cumplimiento de las instancias de aprobación legislativa.

Aprovecho la oportunidad para reiterar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta consideración."

Sobre o assunto a eu manifestar a concordância do Governo brasileiro com o teor da Nota transcrita, tenho a honra de confirmar que esta Nota e a de Vossa Excelência constituem um Acordo entre nossos Governos sobre a matéria, que entrará em vigor na data em que as partes comunicarem reciprocamente o cumprimento das tramitações necessárias à aprovação legislativa.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

(Marcos C. de Azambuja)

A Sua Excelência o Senhor Guido Di Tella,
Ministro das Relações Exteriores,
Comércio Internacional e Culto.

(À Comissão de Relações Exteriores
e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - Nos termos do art. 376, letra c, do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal, os Projetos de Decreto Legislativo de nºs 15 a 19, de 1997, lidos anteriormente, terão, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, findo o qual a referida Comissão terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre as proposições.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº 431/97, de 27 do corrente, encaminhando dados referentes à dívida dos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, disponíveis naquele órgão, tendo por base o mês de janeiro do ano em curso. (DIVERSOS Nº 10, DE 1997)

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

É lida a seguinte

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência meu retorno a esta Casa Legislativa como Senador da República, tendo em vista o término de minha licença parlamentar, a partir desta data.

Brasília, 28 de fevereiro de 1997. — Senador Bello Parga.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - O expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo. S. Exª dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na próxima quarta-feira, o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o Secretário da Receita, Everardo Maciel, estarão em São Paulo para debater, com as autoridades governamentais e com o segmento empresarial daquele Estado, sobre sua adesão ao sistema simplificado de pagamento de imposto e contribuições federais, denominado Simples. Em seguida, no dia 12 de março, a mesma incursão será realizada no Rio de Janeiro.

O Simples foi regulamentado no mês de dezembro do ano passado e, de lá para cá, recebeu a adesão de mais de 250 mil pequenas e microempresas, segundo informações prestadas pela própria Receita Federal.

Essa adesão revela uma boa expectativa em relação à possibilidade de um número maior de empresas vir a adotar o sistema.

Os empresários e as autoridades governamentais estão percebendo que o Simples representa um eficiente método de racionalização de custos e um adequado instrumento de combate ao desemprego.

Eu mesmo já tive a oportunidade de discursar sobre o assunto neste Senado Federal, quando fiz uma extensa reflexão sobre o Simples e demonstrei minha confiança na eficiência desse novo sistema tributário, que deverá promover a reversão do estado de coisas que levou a maioria do segmento empresarial a suportar o alto preço da estabilidade econômica.

Em essência, o Simples tem por objetivo facilitar a vida do pequeno empresário, substituindo em um único pagamento oito impostos federais.

O recolhimento do Simples é mensal e feito, tomando como base o faturamento da empresa. Não é necessário escrituração contábil; basta que a empresa apresente um livro-caixa, com assentos da movimentação financeira e registro de estoque.

É de se notar, Sr. Presidente, que a adesão de 250 mil empresas ao Simples evidencia que os Estados e Municípios estão gradativamente conscientizando-se dos excelentes resultados que esse inédito sistema tributário está produzindo.

Essa conscientização irá viabilizar novos empreendimentos, o surgimento de novas empresas e, com isso, criar os empregos de que a população tanto necessita, sem que ninguém seja penalizado com a perda de suas receitas.

O mérito da instituição do Simples está na atitude do Governo Federal em reconhecer o tratamento especial e diferenciado que as pequenas empresas e as microempresas merecem e necessitam para continuar a contribuir com o desenvolvimento econômico e social do País.

Os Estados e Municípios são plenamente conhecedores do ônus imposto ao segmento empresarial pelo sistema convencional de tributação. Por isso mesmo, sabemos e temos a certeza de que não serão eles que irão impedir que as empresas de pequeno porte usufruam dos benefícios concedidos pelo Simples.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos. (Pausa.)

O Sr. Jefferson Péres deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres. S. Exª dispõe de 20 minutos para proferir o seu pronunciamento.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, em longo discurso, o Senador Jonas Pinheiro, na sessão de ontem, tratou do grave problema da produção de borracha natural em nosso País, em particular da borracha produzida nos seringais silvestres da Amazônia, que entraram em processo de lenta agonia.

Sr. Presidente, na próxima segunda-feira, cerca de 200 seringueiros da região de Xapuri, no Acre, montarão acampamento em frente ao Palácio do Planalto em sinal de protesto, tentando buscar providências do Governo Federal no sentido de reanimar a economia da borracha.

É profundamente lamentável, porque já tivemos quase o monopólio da borracha natural no mundo no final do século passado e início deste, o que gerou o chamado Ciclo da Borracha, que tanta prosperidade levou à Região Norte. E agora vemos nossa produção despencar do pico de 42 mil toneladas, em 1910, para a insignificância de 4 mil toneladas - acredito que foi esse o total que a região produziu em 1996. Tudo em decorrência da competição da borracha importada do Oriente, que é colocada no mercado internacional a pouco mais de US\$2,00 o quilo, enquanto a nossa alcança US\$3,00 porque o seu custo é muito mais elevado. Portanto, a nossa perdeu competitividade.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é paradoxal que a seringueira tenha sido levada da Amazônia para o Oriente por um inglês. Os colonizadores britânicos souberam, com muita competência, disseminar seringais de cultivo. Pouco depois, numa história sabida e ressabida, inundaram o mercado internacional com produtos a preços baixos. A produção da Amazônia entrou em declínio e a região experimentou uma decadência que se estendeu por mais de 50 anos e que, de certa forma, ainda continua.

Os seringais vivem uma situação de penúria. Ontem, o jornal **O Estado de S. Paulo** publicou ma-

téria, assinada pelo jornalista Moisés Rabnovich - citado ontem pela Senadora Marina Silva, em aparte ao Senador Jonas Pinheiro -, que descreve a dramática situação dos seringais acreanos, exatamente igual à dos seringais do Amazonas.

Com os seringalistas, isto é, os donos de seringais, empobrecidos, os seringueiros ficaram miserabilizados ou tangidos da selva para a condição de pedintes nas cidades próximas. Dir-se-á que os seringais nativos não têm futuro, dada a forma primitiva de exploração. Não é bem assim. Foi-se o tempo em que se confundia devastação florestal para fins de pecuária e lavoura na Amazônia, com progresso. Sabe-se que não é bem assim. Substituir floresta por pastagens ou campos cultivados é a forma mais estúpida de ocupar a Amazônia.

Hoje, há experiências-piloto bem-sucedidas que demonstram ser possível implantar projetos agroflorestais com diversificação de produção, inclusive de borracha, sem afetar o meio ambiente, dando condições razoáveis de vida aos trabalhadores.

Esses projetos só não vão adiante, Sr. Presidente, porque não há uma política de desenvolvimento regional, que o Governo infelizmente teima em não elaborar. Até mesmo a política da borracha, que existia até 1991, foi abandonada. A Sudhevea foi extinta, a receita oriunda da Taxa de Organização da Borracha, a TORMB, deixou de ser canalizada para a região e para o seu fim específico de equalização dos preços da borracha produzida internamente com a borracha importada. Assim, os seringais foram entregues à própria sorte.

Portanto, faço hoje eco ao pronunciamento do ilustre Senador Jonas Pinheiro, esperando que o acampamento montado pelos seringueiros acreanos, em frente ao Palácio do Planalto, na próxima semana, sirva de alerta, para sensibilizar as autoridades do Governo Federal no sentido de voltar suas atenções para a Amazônia, especificamente para o interior, a fim de que a atual situação seja revertida e possa a região retomar sua marcha rumo ao desenvolvimento econômico.

O Sr. Bernardo Cabral - Permite V. Exª um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES - Pois não. Ouço o aparte de V. Exª, nobre Senador Bernardo Cabral, que deixa as suas ocupações na CPI dos Títulos Públicos para se ocupar, como sempre faz, da nossa região.

O Sr. Bernardo Cabral - Nobre Senador Jefferson Péres, comecei a ouvir o brado de alerta de V. Exª e não me pude conter no sentido de prestar-

lhe a minha solidariedade. V. Exª lembra o fastígio da borracha quando, no começo deste século, nós, com um quilo de borracha, podíamos comprar o equivalente ou trocar por 15 libras esterlinas de ouro. No **débâcle**, com a queda, constatamos que, com 15 quilos de borracha, tínhamos apenas uma libra esterlina. O descaso se operou, pôs apenas na lembrança de nós, amazonenses, a saudade do fim do século passado - e o testemunho maior é a imponência do Teatro Amazonas. Foi num crescendo quando, após a Segunda Guerra Mundial - na qual nós, da Região Amazônica, tanto contribuímos -, criou-se o chamado Banco da Borracha, depois o BASA, e a grande verdade é essa que V. Exª diz: extinguiram a Sudhevea, acabaram com o preço mínimo da borracha e me lembro que um dos líderes dessa campanha, o nosso comum amigo Mustaf Said, previa o que aconteceria anos depois. O retrato que V. Exª pinta hoje, chamando a atenção para o atual Governo Federal, a fim de que não repita os erros dos seus antecessores, é absolutamente correto. O ponto de vista esposado no discurso de V. Exª, Senador Jefferson Péres, reflete e confirma a preocupação de todos nós, amazonenses, que temos sempre demonstrado que a pata do boi não é melhor do que o plantio da nossa chamada goma elástica. Meus cumprimentos.

O SR. JEFFERSON PÉRES - É verdade, Senador Bernardo Cabral, V. Exª se referiu à deterioração das relações de troca e mostro-lhe um dado contido, ontem, na reportagem do jornal **O Estado de S.Paulo** a que me referi.

Diz um seringalista entrevistado: "Em 1948, uma espingarda era adquirida com vinte quilos de borracha; hoje, são necessários quatrocentos quilos para comprar essa arma", Senador Bernardo Cabral. Veja, portanto, que o Governo Federal age com miopia ao voltar as costas para a nossa região e não tentar uma recuperação da produção de seringais nativos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Concedo a palavra ao nobre Senador Flaviano Melo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Artur da Távola. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Epitacio Cafeteira.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA (PPB-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs.

Senadores, venho à tribuna com muita satisfação para, conversando com os companheiros, podermos raciocinar e até tirar ilações, não do que a CPI dos Precatórios esteja fazendo, mas de fatos que ocorrem em decorrência dessa própria CPI.

Na realidade, a CPI tinha o objetivo de apurar, principalmente, pedidos para emissão de títulos para pagamento de precatórios quando dívidas não existiam ou eram em valor muito inferior, mas muitos viram nisso uma oportunidade de uma forra política. Os chamados pescadores de águas turvas prepararam os anzóis, pensando em pescar nas águas da CPI, tão brilhantemente presidida pelo nobre Senador Bernardo Cabral.

Ora, Sr. Presidente, o prato maior, o prato preferido politicamente era o do grande vencedor da Prefeitura de São Paulo; era ele o alvo de muita gente que até apoiou a CPI e até esperava que dela viessem respingos para enlamear o trabalho do ex-Prefeito Paulo Maluf e a vitória brilhante do Prefeito Celso Pitta.

Em primeiro lugar, posso assegurar que a Prefeitura de São Paulo não vendeu nenhum título com deságio, que é o que acontece quando a falcatura fica demonstrada.

Estados e Municípios perderam dinheiro? Muitos deles perderam, principalmente porque havia alguém disposto a concorrer para esse prejuízo. Corretoras e bancos ganharam, mas isso aconteceu porque os compradores finais resolveram perder, concordaram em ter prejuízo para que os primeiros ganhassem dinheiro.

Não é admissível que um título saísse para a venda por um Estado ou por uma Prefeitura e os fundos não o comprassem quando a sua cotação era de até, muitas vezes, 80% do seu valor nominal, ou do seu valor de mercado. Então, os fundos aguardavam, já contratados com quem ia comprá-los com aquele deságio, para, ao final, serem apresentados e comprados a preço mais elevado.

De São Paulo, tranqüilamente posso afirmar: nenhum título foi vendido com deságio.

Mas o que me traz hoje aqui, Sr. Presidente, é a alegria de ler uma notícia de jornal, da qual já havia tomado conhecimento ontem, pelos jornais das televisões: o Prefeito de São Paulo, Celso Pitta, demonstrou de forma clara, inequívoca, que nada tinha a ver com o cidadão que está envolvido nas investigações da CPI dos Precatórios.

Diz a notícia:

"O principal envolvido na suspeita de irregularidade na venda de títulos da Prefeitura de São Paulo,

Wagner Baptista Ramos, foi demitido ontem pelo Prefeito Celso Pitta."

Quem toma esse tipo de atitude não tem culpa no cartório e tem autoridade moral para fazê-lo, sem receio de que o Sr. Wagner Baptista Ramos possa acusá-lo de qualquer irregularidade.

Diz mais a notícia:

"Essa demissão foi feita em virtude da revelação de que o Sr. Wagner Baptista Ramos movimentou US\$1 milhão e 600 mil em duas contas no Banco Merrill Lynch, de Miami, nos Estados Unidos.

Na época da venda dos títulos, Pitta era Secretário de Finanças da administração de Maluf, mas o atual Prefeito disse que desconhecia a relação contratual entre Ramos e a corretora Perfil."

Na realidade, o Secretário Celso Pitta encontrou o Sr. Wagner Baptista Ramos naquele cargo, pois estava ali desde a época de Jânio Quadros e atravessou toda a administração da Prefeita Luiza Erundina. Era um homem que conhecia o *métier* e que permaneceu na função.

Então, quando o Prefeito Celso Pitta tomou conhecimento de que houve uma irregularidade fora da Prefeitura de São Paulo e de que o funcionário da prefeitura tinha se locupletado com irregularidades feitas com títulos de outras prefeituras, tomou a medida saneadora de demiti-lo.

"Ao anunciar a demissão de Ramos, o Prefeito disse que a Secretaria de Negócios Jurídicos abrirá sindicância para apurar o envolvimento do ex-assessor nas operações. Seu comportamento, afirmou Pitta, foi muito grave sob o ponto de vista da conduta ética.

Como tem feito desde as primeiras revelações sobre o caso da venda de títulos, Pitta voltou a se escudar no relatório do TCM (Tribunal de Contas do Município) para dizer que as operações foram "lucrativas e legais".

Então, não adiantará tentarem, com perguntas, ou insinuações, ou com as notícias de jomais, respingar a lama dos precatórios sobre a Prefeitura de São Paulo.

Sr. Presidente, ontem tive a oportunidade de falar com o ex-Prefeito Paulo Maluf, e disse-lhe que ele era um homem muito forte. Tão forte que, fora do Poder, todo dia S. Exª é notícia para aqueles que querem lhe prejudicar.

Ontem mesmo noticiou-se que estão processando Paulo Maluf por causa da Paulipetro. Ora, depois de tantos anos, ainda não perderam a esperança de jogar o Maluf na lama!

Sr. Presidente, tenho muita honra e muito orgulho de ser Líder do Partido Progressista Brasileiro nesta Casa. Nunca se lutou tanto para destruir um homem como tem-se lutado neste País, desde a eleição de Tancredo Neves. Os mais antigos, os que assistiram à campanha, ficaram horrorizados com os adjetivos jogados contra Paulo Maluf. Posso dizer isso porque eu era do PMDB; eu era correligionário de Tancredo Neves. Mas, nunca houve uma campanha tão violenta, tão suja, tão trabalhada para influenciar não apenas aquela geração, mas até gerações posteriores. Tentaram fazer do nome de Paulo Maluf adjetivo pejorativo. E esse homem, depois de tudo isso, foi eleito, pelo povo de São Paulo, Prefeito da Capital, e hoje desfruta de uma grande popularidade, porque o povo de São Paulo viu aquilo que o Brasil esperava ver depois de tantos governos eleitos: obras realizadas pela prefeitura. Como gostaria de ver aquilo no meu Estado! Acredito que qualquer um de nós gostaria de ver aquilo em seu Estado.!

Na realidade, a dificuldade é exatamente o fato de que os líderes são amados ou odiados. E, às vezes, esse ódio decorre apenas de uma posição política. Tenho a certeza de que não existe ninguém neste País que possa afirmar e dizer, em sã consciência, que Paulo Maluf não é um grande administrador público.

O Sr. Lauro Campos - Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Ouço, com alegria, o aparte do nobre Senador Lauro Campos, homem do PT, Partido de Oposição a Paulo Maluf, aliás, incluo, no meu discurso, o aparte de V. Exª.

O Sr. Lauro Campos - Nobre Senador Epitacio Cafeteira, realmente os fatos podem ser vistos sob diversos ângulos, podem ser compreendidos de diversas formas. Essas versões diferentes, díspares constituem uma constante na sociedade humana. De modo que, então, a versão que V. Exª traz hoje a esta Casa a respeito do comportamento do Secretário de Fazenda do Sr. Paulo Maluf, quando Prefeito de São Paulo, e de auxiliar direto da Prefeitura um senhor que prestou serviços a diversos Municípios brasileiros e a Estados brasileiros, recebendo, obviamente, além dos seus vencimentos na Prefeitura de São Paulo, uma tal de "taxa de sucesso", muito sucesso; sucesso para os ladrões, sucesso para aqueles que vendem serviços inexistentes, como essa tal

de "taxa de sucesso", como se aqueles que têm por obrigação examinar os papéis referentes aos precatórios e autorizar a emissão dos títulos fossem todos corruptos e azeitáveis com parte dessa "taxa de sucesso". Nobre Senador, até às 19h, a Senadora Marina, o Senador Suplicy e eu permanecemos nesta Casa, preenchendo, com nossas falas, o horário, até o seu limite, esperando que o prometido documento, cuja existência o Banco Central já havia anunciado, no primeiro turno da campanha para a Prefeitura de São Paulo, fosse, de acordo com o comunicado do Banco Central, enviado a esta Casa em tempo hábil, ou seja, antes da eleição do segundo turno. No entanto, da nossa espera não resultou nada. O Banco Central, que, através de um seu diretor, havia anunciado a existência de documento comprometedor do Sr. Pitta, não nos remeteu absolutamente nada. De modo que esse desinteresse do Banco Central é realmente estranhável. Porque, enquanto havia um candidato oficial na disputa, o Banco Central se prontificou a adiantar para a imprensa a existência dessas irregularidades. Mas depois, como se tratava de uma disputa entre um candidato do PT e o Sr. Pitta, o documento deixou de estar "disponível". Essas coisas agora vêm sendo examinadas com mais profundidade. O tempo passou, foram ultrapassados todos os prazos que o Banco Central teria para fornecer as informações que deixou vazar, e agora chegou a hora de realmente examinarmos o assunto com profundidade. Não queremos fazer antecipações. Acreditamos na lisura da Comissão Parlamentar de Inquérito, e acreditamos na sua capacidade de colocar a limpo, doa a quem doer. Espero, apenas, que desta vez a CPI não acabe em pizza, com dois zes, embora talvez ela não consiga chegar a "pizza", com dois tes. Muito obrigado.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Meu querido Senador Lauro Campos, vê-se que V. Exª é um homem tão partidário, que só vê pelo ângulo do seu Partido. V. Exª sabe perfeitamente que, na época, quando queriam fazer o candidato oficial disputar o segundo turno, disseram que havia um escândalo do Banco Central. O Partido de V. Exª, que foi para o segundo turno, resolveu que aquilo seria um prato cheio para tirar votos. Quis aproveitar-se eleitoralmente do fato. E isso não é correto. Não era correto e continua não sendo, porque o próprio Banco Central dizia que havia apenas indícios. Não era conclusivo. Ora, se havia indícios e o partido de V. Exª queria aproveitar para, com isso, derrotar seu adversário, já não era correto.

Eu, na própria carne, senti, no meu Estádio, na última eleição que disputei para Governador, acusa-

ções depois comprovadas que eram mentirosas, primeiro de enriquecimento ilícito, depois de ser seqüestrador, assassino e ocultador de cadáver. E o cidadão que eu teria seqüestrado, assassinado e cujo cadáver eu havia ocultado, foi apresentado perante as câmaras de televisão.

Não é assim que se faz eleição! Não é assim que se faz política!

Quero dizer a V. Exª que sou um homem justo. Quem aqui primeiro defendeu o Governador Cristovam Buarque no que tange à sua deliberação de criar uma verba para atender aos pais das crianças que fossem à escola, fui eu. Admiro a administração do seu correligionário Cristovam Buarque e não me sinto preocupado em fazê-lo, porque é preciso que saibamos reconhecer as qualidades dos nossos adversários.

É assim que entendo que se deve fazer política. Veja V. Exª toda aquela fumaça levantada em torno da Prefeitura Municipal de São Paulo, na hora da apuração, só que ela não está na história. Na hora da apuração foram buscar um funcionário da Prefeitura Municipal de São Paulo, que teria participado por conta própria da emissão dos títulos de Osasco, Guarulhos e Pernambuco. Mas de quem Paulo Maluf e Pitta herdaram o Sr. Wagner Batista Ramos? Foi herdado da ex-Prefeita Luiza Erundina, ele exercia aquele cargo no Governo Luiza Erundina.

Ao que tudo indica, as falcatruas que ele fez não ocorreram na Prefeitura de São Paulo, foram feitas fora, num trabalho pessoal, e isso está cada dia mais claro. Hoje isso se confirma pela atitude tomada pelo Prefeito Celso Pitta, de demiti-lo, e, se o fez, é porque nada tem a temer, nada tem a esconder.

Disse mais o Prefeito Celso Pitta, afirmou ser "indiferente" à criação de uma CPI na Câmara Municipal de São Paulo para apurar o caso. E disse: "Nada tenho a temer, nada tenho a esconder". Isso é bonito. Estou aqui exatamente para me congratular com um Prefeito de meu Partido, que pode não só demitir o funcionário que não correspondeu às suas expectativas, mas ainda dizer de forma clara "nada tenho a temer, nada tenho a esconder".

"Pela manhã, o prefeito afirmou não ter demitido Ramos antes, porque ele "estava de férias e, pela legislação trabalhista, não poderia ter sido demitido".

O prefeito disse que, antes da CPI, Ramos gozava de sua confiança pessoal. E conclui, dizendo: "Esses fatos lamentáveis que foram tornados públicos evidentemente exigem uma atitude firme".

Neste meu pronunciamento, Sr. Presidente, eu queria dizer que me sinto feliz, que me sinto orgulhoso de ser do Partido de Paulo Maluf e Celso Pitta.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Epitácio Cafeteira, o Sr. Valmir Campelo deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) - Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao eminente Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA (PFL-MA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, comunico à Casa que estou reassumindo o mandato de Senador pelo Estado do Maranhão. Premido pela necessidade de atender a interesses de ordem particular, licenciei-me desta Casa, licença esta que, finda, faz com que eu retorne. Primeiro, a licença privou-me do convívio amável, salutar e altamente superior dos membros deste Senado. Retorno às minhas obrigações de representante do Estado do Maranhão e volto a colaborar com a administração pública e com a política brasileira, na minha bancada, neste plenário, e nas funções com que o meu Partido achar por bem me designar nas comissões técnicas.

Assim, portanto, feita esta comunicação, quero manifestar a todos aqueles que me cumprimentaram na minha volta a minha satisfação e a minha gratidão de revê-los e ter a oportunidade de novamente trabalhar com eles.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) - Concedo a palavra ao eminente Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de, antes de iniciar o meu pronunciamento, cumprimentar o Senador Bello Parga, que retorna ao nosso convívio, com a sua inteligência, a sua experiência, seu bom humor e sua jovialidade, que contagia a todos nós.

Sr. Presidente, estou apresentando hoje um projeto de lei ao exame do Senado Federal no mesmo instante em que o Deputado Augusto Carvalho apresenta projeto semelhante na Câmara dos Deputados. Esse projeto dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos do Distrito Federal e para isso altera dispositivos da Lei nº 6.766/79.

Gostaria de merecer a atenção dos nobres colegas do Senado para falar rapidamente sobre a ra-

zão deste projeto e sobre os problemas que vivem hoje os habitantes do Distrito Federal.

Historicamente, o Presidente Juscelino Kubitschek, quando desapropriou 5.800Km² no planalto central, dentro do Quadrilátero Cruz, para construir ali a nova Capital do Brasil, ele deixava claro, e era esse o espírito da Lei nº 2.874, de 1956, que dentro desse terreno não deveria haver nenhum parcelamento de terra privado. Aquelas terras do Distrito Federal seriam, portanto, públicas. Por que isso? Porque desejava-se que Brasília fosse uma cidade planejada, desejava-se que Brasília, ao contrário dos outros grandes centros urbanos, tivesse um crescimento ordenado.

Muito bem, Sr. Presidente. Nesses 36 anos de vida da Capital do País aconteceram inúmeros desvios nesta rota original. Em primeiro lugar, porque o Estado brasileiro não cumpriu o pagamento de algumas daquelas desapropriações, e parcelas de terras, por decisões judiciais, acabaram voltando ao domínio dos seus antigos proprietários.

Em segundo lugar, houve grilagem de terra na Capital do País, cadeias dominiais, no mínimo, questionáveis, e o que se tem hoje é que, dentro do Quadrilátero do Distrito Federal, surgem loteamentos irregulares, parcelamentos de terras feitos por proprietários particulares, parcelamentos de terras feitos até em terras públicas. E tudo isso vem comprometer a qualidade de vida de Brasília e, mais do que isso, pode inviabilizar o seu futuro.

Nesse momento, no Distrito Federal, discute-se muito um tal loteamento Santa Prisca, que seria feito na região do Gama. Quero dizer que, como católico, não tenho nada contra Santa Prisca ou outra santa, mas não posso admitir que o futuro de Brasília seja comprometido com algum tipo de loteamento privado, porque isso contraria o espírito da lei que criou Brasília e qualquer perspectiva saudável do futuro da cidade.

Desde que aqui cheguei, pedi à Assessoria do Senado que estudasse com atenção essa questão.

O primeiro problema, Sr. Presidente, é que a APA do São Bartolomeu, a área de proteção ambiental do Rio São Bartolomeu, que significa 20% do território do Distrito Federal, por lei, era de responsabilidade do Governo Federal, do Ibama. Cumpria - e este era o primeiro passo - transferir essa APA para a responsabilidade do Governo do Distrito Federal para que ele pudesse exercer fiscalização sobre essa área, regularizar os condomínios que julgasse passíveis de regularização sob o aspecto ambiental e proibir qualquer outro tipo de parcelamento. Nessa

direção, apresentamos um projeto de lei no Senado, e o Deputado Augusto Carvalho apresentou projeto semelhante na Câmara dos Deputados. O projeto foi aprovado no Senado, foi aprovado na Câmara, foi sancionado pelo Presidente da República e está em vigor.

O Governador de Brasília recebeu esse projeto e, a partir dele, está desencadeando uma série de ações, fazendo com que o Governo local, agora com instrumentos legais na mão, possa evitar o parcelamento de terra nessa APA e, mais do que isso, regularizar os condomínios que, no seu entender, possam ser regularizados e, nesse caso, cobrar o preço dos lotes e os impostos das casas lá construídas e, por outro lado, evitar qualquer novo tipo de parcelamento.

E cumpre-me dizer que - embora sendo eu de outro partido - o Governador está tomando todas essas providências com rigor. Inclusive está desmanchando casas e evitando o uso indevido da terra.

Muito bem, esse era o primeiro passo, mas há o segundo.

Brasília não é só de quem nela habita; Brasília é a capital de todos os brasileiros. Ela foi construída com os recursos de todo o Brasil para ser a capital do País inteiro e, portanto, as decisões sobre a cidade não cabem apenas aos brasilienses; elas têm que ser refletidas por todos os brasileiros.

Se ficarmos aqui discutindo Brasília pelo ângulo de proibir o loteamento porque pertence a "fulano" ou "sicrano", se não voltarmos às origens da criação da cidade, ou seja, à Lei nº 2.874, que, numa rara visão de futuro de Juscelino Kubitschek, proibia, no seu art. 28, todo e qualquer loteamento até 30 km depois da divisa. Se nós não voltarmos a isso, Brasília não terá futuro.

Estou apresentando um projeto de lei neste momento, para o qual estou pedindo, em primeiro lugar, a reflexão dos meus Pares, os nobres Senadores Lauro Campos e Valmir Campelo, que comigo formam a representação do Distrito Federal no Senado, e, em seguida, de todos os Srs. Senadores. Trata-se de um projeto de lei que, no seu art. 1º, diz:

"Art. 1º - A promoção de parcelamentos, para fins urbanos, no território do Distrito Federal, é de iniciativa exclusiva do poder público, na forma desta Lei e do disposto na legislação específica.

Parágrafo Único - As disposições previstas no **caput** não se aplicam às soluções indicadas na Lei nº 9.262..."

Essa é a lei de proteção à APA do São Bartolomeu, já aprovada no Congresso e sancionada pelo Presidente, que transfere para o Governo do Distrito Federal a administração da área de proteção ambiental da Bacia do São Bartolomeu.

"Art. 2º - Os dispositivos da Lei nº 6.766/79, relativos ao parcelamento do solo do Distrito Federal, ficam alterados naquilo que colidir com a presente Lei."

Muito simples, o que desejamos é retornar às origens de Brasília e não deixar que aqui haja qualquer tipo de parcelamento privado, seja de quem for.

Mais ainda, Sr. Presidente, o Governo do Distrito Federal, neste momento, toma iniciativa semelhante de fazer modificações no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - Pedot, exatamente na mesma direção, e há que aplaudir essa iniciativa.

De um entendimento político que tivemos com os Deputados Distritais do PSDB, do PPS e de vários outros partidos, surgiu um projeto de lei que está sendo apresentado na Câmara Distrital de Brasília. Ele corrobora com a lei da criação da cidade proibindo qualquer parcelamento privado na capital do País e estabelece mais uma restrição para os parcelamentos públicos, que, em se tratando de uma lei local, mesmo de origem do próprio Governo, teriam que passar pela Câmara Distrital. Na verdade, Brasília não pode mais criar áreas habitacionais, porque o nosso problema hoje é o desemprego, o nosso problema são lotes industriais, o nosso problema é de atividade econômica.

Sr. Presidente, tenho fundadas esperanças de que este projeto de lei possa tramitar rapidamente na Câmara e no Senado, possa ser aprovado e sancionado pelo Presidente para que, de uma vez por todas, a capital do País tenha um instrumento, como queriam os seus fundadores, para que nenhum parcelamento privado seja feito aqui.

Darei um exemplo claro do desvio de rota que seria permitir um parcelamento privado dentro da capital do País. Imaginem um determinado proprietário de uma fazenda, com um certo valor, há 40 anos. Pessoas de todo o País resolvem construir uma capital, o Congresso Nacional, os palácios, os ministérios, enfim, uma cidade inteira. Quarenta anos depois, esse proprietário parcela sua fazenda em lotes, não se preocupando com a infra-estrutura ou com qualquer outro aspecto, ganhando, como proprietário ou especulador, toda a mais valia dos investimentos que o Brasil inteiro fez na capital - o que é absolutamente insustentável.

Parece-me que aquela idéia original dos que construíram Brasília tem que ser resgatada, para que, nesses 5.800 km², não haja qualquer parcelamento de terra de origem privada, até porque o antigo departamento imobiliário da Novacap, hoje Terracap, existe justamente para administrar esse patrimônio fundiário do Distrito Federal e fazer com que eventuais alienações tenham reflexos positivos, revertendo-se em melhorias para a sociedade como um todo, e não para um ou outro proprietário de terra. Muitos dos quais, diga-se de passagem, com propriedade questionável por cadeias dominiais ou por qualquer outro tipo de expediente que não passa por uma análise mais profunda, no âmbito documental.

Por último, Sr. Presidente, quero aproveitar essa oportunidade para dizer aos nobres Senadores que há, na direção de se preservar as terras do Distrito Federal, um grande consenso na cidade, independente de partidos políticos. Mas resta um problema, levantado aqui nos últimos dias, por várias razões, que é o entorno de Brasília, as cidades que acabaram sendo construídas fora do Distrito Federal e que cresceram, cidades de Goiás que vivem na dependência do Distrito Federal, porque as pessoas aqui trabalham, ou porque os seus filhos aqui estudam, ou porque usam os hospitais da cidade - e fazem isso porque aquela região é pobre, desprovida de infra-estrutura e não tem atividade econômica sustentável.

Se não for tomada alguma medida em relação à região do entorno, ela fatalmente gerará, como já está gerando, uma pressão sobre os equipamentos públicos da capital do País e até o adensamento urbano desordenado, que obviamente já coloca em risco a qualidade de vida de Brasília; e isso não pode acontecer.

Estudamos várias alternativas de solução e apresentamos, juntamente com o Senador Iris Rezende, que, como Senador de Goiás, se preocupa muito com a região do entorno e, na Câmara dos Deputados, em parceria com o Deputado Augusto Carvalho, um projeto que nos pareceu viável. Sabemos que o problema existe; resta saber como resolvê-lo. Há várias sugestões: de aumento de área de Brasília; de cassar autonomia política do Plano Piloto e criar um novo Estado - solução essa que poderia até interessar a determinadas correntes políticas, porque cassar o título de eleitor de quem mora no Plano Piloto pode ser um bom negócio; mas não se trata de pensar assim. Trata-se de pensar o seguinte: o que o Governo Federal, juntamente com o Governo de Brasília, o Governo de Goiás, o Governo

de Minas, que tem uma interface, podem fazer de prático para que essa região do Entorno não vire uma Baixada Fluminense? É isso que tem que se perguntar.

Redigimos, então, o Senador Iris Rezende, o Deputado Augusto Carvalho e eu, um projeto comum que regulamenta o artigo da Constituição que já prevê a criação de regiões metropolitanas. Por esse projeto de lei, criamos a Região Metropolitana do Distrito Federal.

E, criando-se a Região Metropolitana do Distrito Federal, estariam automaticamente criados mecanismos de trabalho integrado dos três Estados e da União para, em primeiro lugar, existir um fundo de desenvolvimento do Entorno de Brasília que permitisse a construção de escolas, hospitais e infraestrutura básica. Mas que permitisse também alavancar atividades produtivas que gerassem empregos nessa região do Entorno.

Um segundo instrumento previsto é o incentivo fiscal. Deseja-se, com esse projeto - e aí já há outras iniciativas semelhantes que podem se somar a esta, inclusive dos Senadores Valmir Campelo e Lauro Campos, todas elas no mesmo sentido - alavancar a atividade econômica própria nessa região. Por quê? Porque Brasília não pode continuar com uma economia terciária, onde só há emprego no comércio e no serviço público. E não pode Brasília ser apenas uma cidade bonitinha com cara de capital. Até para preservar o Plano Piloto na sua concepção original de cidade capital, até para preservarmos o Plano Piloto como o único patrimônio cultural da humanidade contemporânea, até para preservar a qualidade de vida do Distrito Federal, temos que resgatar para Brasília a sua função original, que era induzir o desenvolvimento econômico no Centro-Oeste brasileiro.

Juscelino, quando explicava a construção de Brasília nos anos 50, dizia exatamente isto: que a capital do País teria como missão básica induzir o desenvolvimento econômico no centro do País. Resta cumprir essa missão, para que Brasília, ao invés de induzir o desenvolvimento econômico no Centro-Oeste, não se transforme num oásis, numa região economicamente desértica e socialmente injusta.

O Sr. Jefferson Péres - Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Concedo o aparte ao nobre Senador Jefferson Péres, com muito prazer.

O Sr. Jefferson Péres - Senador José Roberto Arruda, evidentemente, como V. Exª disse no início

do seu discurso, Brasília interessa a todos os brasileiros, não apenas aos brasilienses, porque, além de ter sido criada e implantada com recursos nacionais, é a capital do País. V. Exª está apresentando projeto relativo à regularização fundiária da capital, V. Exª tem, como anunciou, em conjunto com o Senador Iris Rezende, um projeto de criação das áreas metropolitanas; o Senador Francisco Escórcio tem o seu projeto de criação do Planalto Central e o restabelecimento do Plano Piloto como município neutro. Mas, como não me aprofundei no estudo do assunto, não sei qual é a melhor solução. O certo é que medidas têm de ser implementadas no sentido de equacionar esse problema. É profundamente lamentável e até paradoxal - para tomar como gancho a última parte de seu pronunciamento - que Brasília, que teve como idéia matriz, como sua fundamentação, causa maior da sua criação a interiorização do desenvolvimento do País, não tenha conseguido sequer desenvolver o seu Entorno. Evidentemente que isso precisa de uma solução e dou parabéns a V. Exª, como representante da capital, no sentido de buscar essas soluções.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Muito obrigado, Senador Jefferson Péres, tenho o maior respeito pelas idéias levantadas pelo Senador Francisco Escórcio e acho que vale um comentário sobre a questão. Eu, particularmente, não me alinho entre aqueles que eventualmente desejariam isolar o Plano Piloto em autonomia política e anexar a Brasília extensas áreas por várias razões. Entre elas o fato de que não é cassando o título de eleitor de quem mora na Capital do País que vamos resolver o problema do Entorno. E também não estamos na Idade Média com a idéia de construir uma muralha e dizer que, lá dentro, todo mundo vive bem e, lá fora, todo mundo vive mal, e ninguém reclama.

Claro que não se pode esquecer que Taguatinga, Ceilândia, Samambaia têm mais de 1,5 milhão de habitantes, que estão ligados a essa realidade, independente da nossa vontade ou de qualquer lei.

Agora, o objetivo final - e isso que merece ser analisado - , existe e precisa ser resolvido de alguma forma. Não só para que as cidades satélites e os assentamentos tenham vida econômica própria, mas, principalmente, para que essa região do Entorno induza o desenvolvimento.

E há uma questão histórica interessante - e aí peço desculpas ao Senador Lauro Campos, acho que S. Exª não vai ficar bravo comigo, para dizer que, nessa época, eu ainda não estava aqui, acompanhava Brasília pela Revista **O Cruzeiro**, e S. Exª

já era professor da UnB, estava aqui em Brasília e é testemunha, portanto, desse momento. No começo da construção de Brasília, a própria dinâmica da construção da capital gerou essa interiorização do desenvolvimento. Por quê? Porque um pouco antes de Brasília foi construída a Usina de Três Marias, que foi uma grande alavancagem na interiorização do desenvolvimento. Segundo porque, com a construção de Brasília, vieram as construções das estradas. Então, aquele conjunto imenso de brasileiros, que movidos por um sonho, por um ideal, por uma esperança, por uma enorme capacidade de trabalho, movimentaram-se das diversas regiões do País para construir Brasília, inegavelmente, cumpriram uma missão histórica de fazer com que nós brasileiros, que tínhamos ficado 450 anos, de Pedro Álvares Cabral até Juscelino, de costas para os nossos territórios e de frente para Oceano Atlântico...

O Sr. Jefferson Péres - Era a chamada "civilização de caranguejos".

JOSÉ ROBERTO ARRUDA - A civilização dos caranguejos, exatamente, como se tivéssemos saudades das caravelas dos portugueses, que não vinham mais, ou dos navios negreiros. A partir de Três de Maria, a partir de Brasília, a partir da construção de estradas, nós brasileiros tivemos a coragem de conquistar o nosso próprio território.

Lembro-me, na minha infância, lá no interior de Minas, sabíamos muito pouco sobre a Amazônia, não sabíamos que existia Pantanal, não sabíamos que existiam as belezas incomensuráveis do cerrado brasileiro. E nós, brasileiros, há 20 anos achávamos que o cerrado era um lugar em que não se podia plantar nada. Hoje temos o maior índice de produtividade de soja do País.

Ora, tudo isso aconteceu a partir de Brasília.

Então, cumpre destacar que Brasília, num primeiro momento, cumpriu - e bem - a sua missão de interiorizar o desenvolvimento. Só que isso não teve seguimento. Porque Brasília resolveu a primeira parte do seu objeto, que era se transformar em uma cidade vocacionada para capital do País - e isso é inegável, ela cumpriu essa missão. Mas não cumpriu a segunda e mais importante missão, que era, a partir daqui, induzir, alavancar um desenvolvimento econômico integrado com o Centro-Oeste brasileiro.

Tem uma grande vantagem o problema de Brasília em relação às outras grandes cidades brasileiras: enquanto no Rio, em São Paulo, em algumas outras cidades, o desenvolvimento urbano foi desordenado, a ocupação do solo foi irracional e criou-se o caos no centro urbano: em Brasília ainda há tempo

de soluções, que não são apenas soluções urbanas, são soluções na linha do desenvolvimento que preservem Brasília no seu futuro.

O projeto que apresento hoje, Senador Jefferson Péres, faz algo muito simples: resgatar o espírito da Lei nº 2.874, que criou Brasília. Já que o Brasil inteiro vai investir aqui dentro, não é possível que alguns poucos tenham o lucro da mais-valia dos investimentos na capital. Os lucros eventuais advindos dessa mais-valia têm que ser capitalizados pela Terracap, que existe para isso, e direcionados à sociedade como um todo e ao desenvolvimento da cidade, e não apenas a alguns poucos proprietários. Portanto, proíbe-se, dentro do Distrito Federal, qualquer tipo de loteamento privado.

E o segundo projeto, da região metropolitana, deseja promover um desenvolvimento econômico que integre as cidades-satélites às cidades do Entorno e que dê instrumentos para esse desenvolvimento.

Para concluir, vou dar apenas um exemplo, que me agride: a cidade onde nasci e estudei - Itajubá, no Sul de Minas - tem hoje uma população um pouco superior a oitenta mil habitantes e tem duas fábricas de macarrão, tem fábrica de sabão em pedra, tem umas três ou quatro fábricas de bolachas, enfim, tem uma série de pequenas fábricas que abastecem de bens de consumo primário aquela população.

Brasília tem dois milhões de habitantes, importa macarrão de Anápolis, sabão em pedra da Avenida Brasil, no Rio de Janeiro, e não produz nenhum dos seus bens de consumo primário. É claro que existem algumas pequenas fábricas de fundo de quintal, mas assim mesmo com uma série de complicações para a sua existência.

O que o projeto da região metropolitana mostra claramente é que, independentemente de quem seja o Governo de Brasília ou o de Goiás, sozinho ninguém dá conta de resolver o problema.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que a solução tem que necessariamente passar por um instrumento de ação, de política pública que integre o Governo Federal, o Governo de Goiás, o Governo de Minas e o Governo de Brasília, porque a região do Entorno merece uma solução integrada de todos esses poderes públicos.

A região metropolitana cria o fundo de investimentos, cria incentivos fiscais e gera um conselho de administração, a exemplo de outras regiões metropolitanas que deram certo no Brasil - vejam Belo Horizonte, com Betim e Contagem, o ABC paulista e

tantas outras, enfim, que nasceram dessa idéia de região metropolitana.

Penso que Brasília pode cumprir o seu destino de induzir o desenvolvimento econômico no Centro-Oeste e, aí sim, inverter as pressões que se exercem sobre ela e preservar, na Capital do País, não só a sua qualidade de vida, mas a sua concepção original.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) - Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (PT-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o jornal **O Estado de S. Paulo**, em matéria bastante extensa, publicada ontem, dia 27, de um enviado especial ao Município de Xapuri, o jornalista Moisés Rabnovich, começa com o seguinte texto:

Gotas de leite pingam da seringueira ferida. Até estancar vão encher três colheres de sopa - a dose diária. Em um mês de sangramento, darão 1 quilo e 800 gramas. Cada quilo está valendo R\$ 0,60, embora cotado a R\$ 1,30. Com uma "estrada de 150 pés", o seringueiro Manoel Barbosa de Brito faz R\$ 13,50 por mês, na selva, no fim do Brasil, quase Bolívia.

Ele trabalha mais que o dia todo, porque geralmente um seringueiro começa a trabalhar às 4h30 da manhã e só encerra o seu trabalho às 18h ou 19h. É um trabalho cansativo. Quando se trata daqueles que têm que fazer o processo de defumação, ainda é mais doloroso, porque causa problemas pulmonares, problemas na vista, principalmente catarata.

Hoje eles já fazem o CPV, que chamamos de cernambi virgem prensado. Mas ainda existem os seringueiros que usam o método tradicional.

Da matéria que o jornalista Moisés Rabnovich fez consta um levantamento da situação, de como estão e de como vivem os seringueiros do Acre, mais particularmente do Município de Xarupi, que ele visitou. Diz ele ainda que "a herança do líder seringueiro Chico Mendes está se esgotando..." Por que isso está acontecendo, Sr. Presidente, Srs. Senadores? Ontem o Senador Jonas Pinheiro, hoje o Senador Jefferson Péres, além de vários outros Srs. Senadores, demonstraram preocupação com o problema dos extrativistas da Amazônia.

O Senador José Roberto Arruda acabou de dizer que o Brasil viveu o período do caranguejo: de frente para o mar e de costas para o resto do País. Mas me parece que o processo de interiorização e a

preocupação com as demais regiões do País ainda é muito pequena, porque, no caso da Amazônia, temos exemplos escabrosos: uma pessoa é obrigada a viver com uma renda mensal de R\$13,50.

Será que o Governo brasileiro sabe quanto custa uma lata de leite em pó nos altos rios da Amazônia? Será que sabe quanto custa um quilo de sal? Será que sabe quanto custa uma bota sete-léguas, que evita que as cobras mordam as pernas e pés dos seringueiros? Uma bota sete-léguas chega a custar mais de três meses de trabalho de um seringueiro que ganha R\$13,50 nos altos rios. É essa a realidade que estamos vivendo. Lamentavelmente, não tem havido preocupação de redirecioná-la.

O Governo Federal não definiu uma política nacional da borracha com uma proposta diferenciada para a borracha nativa, uma política que assegure o escoamento da produção e um preço que garanta um salário mínimo para os seringueiros da Amazônia; que o preço da borracha na Amazônia, ao final do mês, signifique uma renda de pelo menos um salário mínimo. É o mínimo que se exige para uma família sobreviver, até porque eles têm alguns adicionais, representados pela caça, pela pesca, pelo cultivo de algumas lavouras de subsistência, a criação de pequenos animais, como galinhas e porcos, e assim por diante.

Com um salário mínimo para comprar sal, açúcar, leite em pó para suas famílias, querosene para suas lamparinas, daria para dar uma vida minimamente digna para os seringueiros da Amazônia. Mas não é só isso que queremos. Queremos redimensionar o processo produtivo na Amazônia, com a implementação dos sistemas agroflorestais - essa idéia foi batizada pelo Senador Darcy Ribeiro de Projeto Caboclo. Queremos fazer o adensamento dos seringais, fazendo com que o plantio de seringueiras possa ser efetuado dentro da própria floresta. Queremos fazer o cultivo e o plantio de algumas madeiras nobres, como é o caso do mogno, por exemplo, que pode ser adensado também, além da castanheira e tantas outras.

A incapacidade do Governo Federal em definir uma política nacional para a borracha desestruturou o setor. As consequências estão sendo nefastas. A produção de seringa nativa, que chegou, em 1985, a trinta e quatro mil toneladas, chega, em 1996, a apenas cinco mil toneladas. Por que apenas cinco mil toneladas, se já foram, em 1985, trinta e quatro mil? Exatamente porque a borracha não tem preço, não há como escoar a produção, não há como as pessoas continuarem nessa atividade produtiva.

No entanto, o Governo estabeleceu que a borracha nativa da Amazônia tem que ser comprada, que a borracha do Brasil tem que ser comprada para, só depois, os consumidores de borracha natural poderem comprar a borracha que vem dos mercados estrangeiros.

O Sr. Jefferson Péres - Permite-me V. Exª um aparte, Senadora Marina Silva?

A SRA. MARINA SILVA - Com o maior prazer, ouço o aparte do nobre Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres - Como disse V. Exª, nobre Senadora Marina Silva, ontem, o Senador Jonas Pinheiro, do Mato Grosso, e, hoje, eu, do Amazonas, nos pronunciamos sobre o grave problema da borracha. Mas ninguém, neste Senado, tem mais autoridade para fazê-lo do que V. Exª, nascida e criada no seringal, e que, portanto, viveu sofridamente o problema. Não é por coincidência que três Senadores se pronunciam sobre a matéria e que **O Estado de S. Paulo** se ocupou, ontem, da mesma questão. É que a situação dos seringais nativos da Amazônia já deixou de ser dramática para se tornar trágica, Senadora. Os seringais agonizam e o Governo Federal retrocedeu. Tínhamos, bem ou mal, uma política nacional da borracha até cinco ou seis anos atrás e, hoje, não temos mais, desde a extinção da Sudhevea. É hora de nós, da Região Norte, realmente unirmos esforços para sacudir a modorra do Governo Federal. A imprensa noticia que, segunda ou terça-feira, chegarão duzentos seringueiros para acampar em frente ao Palácio do Planalto. Creio que todos os Senadores da região deveriam se fazer presentes nesse momento, não por demagogia, mas para emprestar solidariedade àqueles nossos conterrâneos, a fim de dar repercussão política ao fato e, de alguma forma, tentar sensibilizar o Governo Federal. Meus parabéns pelo pronunciamento de V. Exª.

A SRA. MARINA SILVA - Incorporo o aparte de V. Exª ao meu pronunciamento, pois sei que V. Exª é aliado dessa causa.

O Sr. Nabor Júnior - Permite-me V. Exª um aparte?

A SRA. MARINA SILVA - Com prazer, ouço V. Exª.

O Sr. Nabor Júnior - O problema que V. Exª hoje traz ao Senado já foi também por mim abordado várias vezes, nesta tribuna: a política nacional da borracha. Verificamos, com pesar, a desatenção do Governo Federal para a cruel situação vivida pelos brasileiros que exploram, na nossa região, essa atividade, que já foi penosa porém razoavelmente rentável - mas que hoje é somente penosa. V. Exª, no

seu pronunciamento, lembra que, em 1985, a produção nacional de borracha vegetal no Brasil era de cerca de 35 mil toneladas. Hoje, todavia, não passamos das 5 mil toneladas, o que, sem qualquer dúvida, confirma nossas antigas previsões de crescente desinteresse pelo setor, o qual não propicia remuneração mínima aos extratores, tanto os seringueiros quanto os empresários que ainda procuram manter viva a atividade. Não há preço, não há garantia de comercialização; não há perspectiva de assistência médico-hospitalar para as famílias daqueles trabalhadores, nem escola para os filhos; não há meios de escoamento da produção. Não existem, em síntese, maiores possibilidades de recuperação da heveicultura, posto que toda a estrutura montada anteriormente pelo Governo Federal para proteger a produção e a comercialização da borracha foi destruída, como disse há poucos instantes, em aparte, o Senador Jefferson Péres. O Banco da Amazônia se viu aos poucos perdendo os vínculos com sua destinação inicial, quando foi criado para financiar a produção da borracha na Amazônia, com o nome de Banco de Crédito da Borracha, na época da guerra; depois, mudou para Banco de Crédito da Amazônia; agora, é simplesmente **Banco da Amazônia S.A.**, com poucas agências efetivamente voltadas para o financiamento do produtor de borracha. O Governo Federal extinguiu a própria Sudhevea, que originalmente se chamava Comissão de Defesa da Borracha, e, ao mesmo tempo, derrubou a taxa Torb, um tributo aplicado à diferença de preços entre a borracha produzida no Brasil e a importada, que evidentemente é mais barata, não apenas porque é mais bem elaborada, mas sobretudo porque tem incentivos fiscais dos seus governos, na Malásia e nos outros países que a produzem. O produto da taxação correspondente à diferença de preços entre a nossa borracha e a trazida do Exterior era aplicada nos seringais da Amazônia; e até isso desapareceu. Como se vê, os governos dos últimos 10 anos estão dando reiteradas demonstrações de total desprezo por essa atividade, que, mesmo assim, sobrevive e ainda se constitui num dos sustentáculos da nossa região. Não se respeita o fato de, por exemplo, ter sido o Acre colonizado, explorado e desenvolvido, consolidando as fronteiras nacionais, através da formação de várias cidades, sempre em função dos seringais, os mesmos seringais hoje totalmente abandonados. E o que ocorreu, com o estrangulamento da economia da goma? O êxodo rural para as cidades! Os seringais se esvaziaram, reduzindo-se hoje a cerca de 10% da população que neles viviam e

trabalhavam há 10, 20 anos. Todos sabemos que o contingente populacional que não conseguiu sobreviver em torno da seringueira migrou para as cidades, onde está assentado em favelas e em áreas de invasão, como ocorre em Rio Branco. V. Exª, legítima acreana, pode atestar que, só nos últimos 10 anos, foram criados 60 novos bairros, habitados por pessoas oriundas dos seringais. Esse quadro o Governo Federal teria condições de resolver, como disse V. Exª, se desse preço justo ao produtor, garantindo-lhe crédito na época adequada e oferecendo condições de comercialização. Mas o que vemos é o desestímulo, são situações como a criada pela indústria nacional de pneumáticos, onde as multinacionais se recusam a adquirir a produção de borracha nacional e preferem importá-la da Malásia e de outros países, não apenas devido ao preço mais barato - mas sobretudo porque essas plantações também lhes pertencem. Afirmando, por todos esses fatores, que o movimento dos seringueiros, marcado para os primeiros dias de março, merece o apoio de todos nós. Já manifestei ao Governo Federal, por meio de documento encaminhado à Casa Civil da Presidência da República, o meu total e incondicional endosso às principais reivindicações daqueles trabalhadores e, na atual conjuntura, vou acompanhá-los nas tratativas com as autoridades, para que alcancem o seu objetivo, que é também um dos principais objetivos de toda a minha vida: propiciar melhor condição de vida para os seringueiros e seus familiares. Muito obrigado a V. Exª pelo aparte que me concedeu. Foi mais uma preciosa oportunidade para retornar àquela que, sem qualquer dúvida, é para mim uma das principais preocupações: a defesa dos empresários e dos trabalhadores que persistem, contra tudo e contra todos, na luta pela sobrevivência da heveicultura brasileira.

A SRA. MARINA SILVA - Agradeço o aparte de V. Exª, que é oriundo de Tarauacá, Município que tem uma relação muito forte com os extrativistas.

V. Exª é um profundo conhecedor dos problemas que a nossa região vem enfrentando após a desativação das empresas extrativistas - que já foram responsáveis, não me canso de dizer, por 40% das exportações do Brasil em outras épocas.

Só para se ter uma idéia do que tem significado a falta de uma política para a borracha, 60 mil seringueiros podem ser obrigados a deixar a atividade - temos ainda, em toda a Amazônia, 60 mil famílias vivendo desse trabalho. Isso pode obrigar as famílias a procurar as periferias das cidades, como é o caso de Cruzeiro do Sul, Manuel Urbano e Rio Bran-

co. No próprio Estado da Amazônia, já temos um enorme problema de população urbana, sem condições de infra-estrutura, como nos Municípios de Lábrea, Sena Madureira, Guajará-Mirim e tantos outros que podem ficar completamente ingovernáveis, com uma massa de população que não terá qualificação para conseguir um emprego no mercado de trabalho e nem infra-estrutura necessária para viver com mínima dignidade.

No levantamento que fizemos, se levamos em conta o tamanho de cada uma das 60 mil famílias - e todos sabem que as famílias dos seringueiros, das pessoas que moram na roça, são muito numerosas - teríamos cerca de 330 mil pessoas sem nenhuma condição de sobrevivência, porque passariam à condição daqueles que, na cidade, são chamados de mão-de-obra desqualificada. Repito: um seringueiro, um lavrador é mão-de-obra desqualificada na cidade; no campo, ele é mão-de-obra altamente qualificada.

Meu pai é um excelente agricultor; foi um excelente seringueiro e, hoje, é um pequeno comerciante. Graça a Deus, ele cursou até o 4º ano primário; sabe as quatro operações de matemática e consegue escrever muito bem, melhor do que muitos que terminam o Ginásio e o Segundo Grau. Mas isso foi uma contingência do destino, porque, quando ele saiu do Ceará, como soldado da borracha, já havia conseguido fazer o 4º ano primário. Porém, considere-o mais qualificado na roça do que como pequeno comerciante, onde ganha dois salários mínimos como vendedor. Muitas pessoas não têm a mesma sorte: ou vão empurrar um carrinho de picolé, ou as meninas partem para a prostituição, enfim, a família se degenera completamente. Portanto, teríamos 330 mil pessoas correndo o risco de levar esse tipo de vida.

A indústria de pneus está preferindo importar a borracha dos países asiáticos, que subsidiam a sua produção e ainda investem recursos significativos no desenvolvimento tecnológico da extração da borracha - coisa que o Brasil não fez à época que podia ter feito, para que, inclusive, não tivéssemos perdido a competitividade.

O segmento extrativista reconhece a necessidade de maior eficiência e inovações tecnológicas, tanto na produção como no beneficiamento da borracha, mas, neste momento, isso só será possível com o apoio governamental. Os seringueiros se propõem a melhorar a qualidade da borracha para atender às necessidades do mercado nacional, desde que o Governo os capacite e ofereça tecnologia para tal.

Nesse sentido, não me canso de enfatizar o fato de que há uma abertura por parte do Conselho Nacional de Seringueiros e das comunidades extrativistas em ter investimentos técnicos para que possam melhorar sua produção.

No mês de abril, estarei acompanhando o Presidente da Pirelli do Brasil, o Dr. Tomazini, para uma visita ao Município de Xapuri, onde assinarão um convênio de melhoramento técnico da borracha dos extrativistas do Estado do Acre. A Pirelli colocará alguns técnicos para que consigamos um melhor produto.

Isso é resultado da visita que fiz ao Presidente da Pirelli, na Itália. Na oportunidade, pude falar que o mundo desenvolvido cobra-nos a preservação da Amazônia, mas não nos dá alternativa de sobrevivência se a mantivermos preservada. Tanto é verdade que preferem comprar a borracha da Malásia a comprar da Amazônia. Assim nossas populações são obrigadas a ir para o garimpo predatório, para a extração irregular de madeira ou para a degradação social, que é viver nas periferias das cidades.

Conseguimos sensibilizar, de alguma forma, os executivos da Pirelli, que se propuseram a nos ajudar mediante cooperação técnica, para que a nossa borracha deixe de ser considerada como produto de segunda categoria.

Um outro aspecto importante a ser considerado são as ações que podem ser desenvolvidas pelo Ibama. Inclusive, já houve iniciativas, na época do Dr. Raul Jungmann, por parte do CNPT-Ibama, que podem ajudar no melhoramento técnico. Já existem algumas ações nesse sentido, como a implementação das usinas de beneficiamento de borracha nos Municípios de Xapuri, Sena Madureira, Feijó, Cruzeiro do Sul, e mais outras seis usinas em toda a Amazônia. Essas usinas de beneficiamento gerarão emprego, agregação de valores e alguma circulação de dinheiro durante o processo.

Não bastam, portanto, afirmações econométricas superficiais de que a borracha importada é mais barata ou melhor do que a nacional. Já conhecemos essa questão, sabemos até por que acontece dessa maneira. O Governo tem que entender que o extrativismo na Amazônia não é um problema apenas social e econômico, mas também um problema ambiental. Se quisermos preservar a Amazônia, se quisermos desenvolvê-la, se quisermos dar uma resposta de natureza econômica para as populações que manejaram seus recursos, que aprenderam a lidar com a floresta e que até hoje ali sobrevivem sem

causar grandes danos, precisaremos de uma política para esse setor.

A nossa proposta de política para extrativismo também envolve a possibilidade de se manter na floresta seus verdadeiros sentinelas, os seringueiros, dando-lhes condições de sobrevivência.

Aos economistas, perguntamos: se o Governo brasileiro fosse pagar guardas florestais para proteger a Amazônia, quantos bilhões e bilhões seriam necessários? Os seringueiros fazem isso desde que tenham o mínimo necessário nas áreas de saúde e de educação e ainda uma política de preço que lhes dê pelo menos um salário mínimo como renda mensal. Além disso, precisam de condições de escoamento do produto e a garantia de que ele será comprado.

Queremos uma política, para a borracha, que leve em conta os aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais; uma política que garanta a melhoria nos níveis de renda e condições de vida da população. Nesse sentido, apresentamos uma proposta.

Estamos vivendo um problema grave, que é a venda da castanha brasileira para os bolivianos. Não contamos com uma política de preço para a castanha; não está havendo condições para que as cooperativas, os consumidores, os compradores nacionais, que ainda adentram ao seringaio comprando castanha, possam comercializar esse produto. O que está acontecendo é que a Bolívia está comprando a nossa castanha em todo o entorno da área de fronteira e criando um sério problema, inclusive para a cooperativa de Xapuri.

Apresento aqui a proposta que estará sendo debatida com o Governo pelo Movimento dos Seringueiros e também pelos produtores de borracha dos seringais de cultivo, que se juntaram aos seringueiros porque acham que nesse momento é fundamental a ação conjunta, porque ambos estão sendo prejudicados.

Ontem, reunimos em meu gabinete o Senador Jonas Pinheiro, o representante do Conselho Nacional dos Seringueiros e os representantes do seringais de cultivo, quando examinamos minha proposta. É a seguinte:

1 - "Em relação à falta de estrutura técnica e administrativa do Ibama para responder às nossas necessidades, propomos que seja readequado o setor e que seja criada uma Diretoria de Borracha Nativa que atenda aos interesses econômicos do conjunto do setor, no qual existe uma participação institucional das entidades dos seringueiros, como o Conselho Nacional de Seringueiros:

2 - que seja mantido o contingenciamento, as importações da borracha natural, favorecendo o consumo da borracha natural existente no País, com especial atenção para a borracha nativa;

3 - definir uma política de preço para a borracha nativa, a fim de remunerar satisfatoriamente os seringueiros de tal maneira que possa haver uma renda mensal de um salário mínimo;

4 - implementar o Prodex, que é uma linha de crédito criada com o esforço da Bancada da Amazônia.

Estive à frente de todo o processo de negociação junto ao Governador do Estado do Amapá e ao Secretário de Planejamento de Rondônia. Graças a Deus, conseguimos sensibilizar a Drª Flora Valadares para implementação da primeira linha de crédito para os extrativistas. Que essa linha de crédito seja implementada com regras operacionais que garantam o acesso aos tomadores - extrativistas - em condições justas, adequadas, socialmente possíveis, para que possam habilitar-se junto ao banco.

5 - Estabelecer portaria Ministerial onde 50% da Tomb - os recursos que o Senador Nabor Júnior acabou de mencionar - sejam destinados a investimentos nos seringais nativos, através do CNPT-Ibama - trata-se de órgão do Ministério do Meio Ambiente só para ações junto aos extrativistas - para financiamentos de projetos de apoio à produção e comercialização da borracha apresentados por Cooperativas, Sindicatos e Associações de Seringueiros.

6 - Desenvolver junto aos seringueiros um Programa de Assistência Técnica e de capacitação para melhorar a produção e a qualidade da borracha, especialmente da Placa Bruta Defumada, nova técnica que garante melhor qualidade.

Após a aplicação dessa técnica, o produto ficaria com mais pureza e não estaria, digamos assim, perdendo a competitividade para a borracha que estamos importando;

7 - dar prioridade às áreas de seringaio nativo, na alocação de recursos federais para a questão da saúde, da educação.

Acima de tudo, deve ser criada infra-estrutura comum dentro das reservas extrativistas, para que os seringueiros possam ter o mínimo de vida social. Inclusive temos um projeto a respeito desse tópico.

Seria algo muito semelhante ao que apresentou o ex-Senador Darcy Ribeiro.

Eu falaria ainda sobre a portaria que foi assinada pelo Ministro do Meio Ambiente, mediante a qual se cria um grupo de trabalho para o desenvolvimento da Amazônia. Essa portaria reporta-se apenas ao setor empresarial, deixando de fora as entidades, os movimentos sociais e aquelas pessoas que têm condições de dar algum tipo de colaboração. Mas isso é assunto para uma outra oportunidade, até porque, estamos próximos da avaliação da Rio+5, quando me pronunciarei sobre o caso.

O problema do desenvolvimento da Amazônia não se resolve com ação do Governo ou dos empresários, ignorando o conjunto da sociedade, principalmente dos setores produtivos. Não se pode praticar a velha política segundo a qual "para a Amazônia o desenvolvimento são os grandes projetos pensados de fora para dentro e não de dentro para fora".

Peço Sr. Presidente que o meu pronunciamento, por inteiro, conste nos Anais da Casa.

Vamos fazer uma articulação: o Senador Nabor Júnior, Senador Jefferson Péres, Senador Jonas Pinheiro, Senador Carlos Bezerra, eu e tantos outros Senadores que estão demonstrando sensibilidade com o problema dos extrativistas da Amazônia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. MARINA SILVA EM SEU DISCURSO:

POR QUE OS SERINGUEIROS ESTÃO VINDO A BRASÍLIA?

1. O Governo Federal não definiu uma política nacional de borracha, com uma proposta diferenciada para a borracha nativa, uma política que assegure o escoamento da produção e um preço que garanta um salário mínimo para os seringueiros da Amazônia.

2. A incapacidade do Governo Federal em definir uma política nacional para a borracha desestruturou o setor. As consequências estão sendo nefastas. A produção de seringal nativo que chegou em 1985 a 34.540 toneladas chegou em 96 em torno de 5 mil toneladas.

3. A falta de uma política para a borracha expulsou da floresta cerca de sessenta mil seringueiros, o que quer dizer 330.000 pessoas. Essas pessoas formam hoje os bolsões de pobreza de Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Itonenepé, Lábrea, Sena Madureira, Manaus, Tefé, Santarém, Belém, Macapá, Guajará-Mirim, Porto Velho, entre outras cidades da Amazônia.

4. Esta omissão do Governo também levou à expulsão de seringueiros para a Bolívia. Outros seringueiros ficaram em suas colocações, mas tiveram que abandonar o extrativismo, vendendo madeira e sobrevivendo apenas de atividades de subsistência.

5. A indústria de pneus está preferindo importar a borracha dos países asiáticos, que subsidiam a sua produção e ainda investem recursos significativos no desenvolvimento tecnológico da extração da borracha.

6. O segmento extrativista reconhece a necessidade de maior eficiência e inovações tecnológicas, tanto na produção como no beneficiamento da borracha, mas, neste momento, isso só será possível com apoio governamental. Os seringueiros se propõem melhorar a qualidade da borracha para atender as necessidades do mercado nacional, desde que o Governo os capacite e ofereça a tecnologia para tal.

7. Não basta, portanto, fazer a afirmação econométrica superficial de que a borracha importada é mais barata ou melhor que a nacional.

8. Nossa proposta para estabelecer a política para o extrativismo da borracha, é também no sentido de manter na floresta seus verdadeiros sentinelas: os seringueiros, dando-lhes condições de sobrevivência. Aos economistas perguntamos: Se o Governo brasileiro fosse pagar guardas florestais para proteger a Amazônia, quantos bilhões seriam necessários?

Os seringueiros fazem isso, pois, convivem com a floresta há séculos sem destruí-la, são eles os protetores do meio ambiente e precisam apenas de poucos incentivos, que citaremos abaixo, para continuarem.

9. Queremos uma política que considere os aspectos sociais, culturais e econômicos da população local; uma política que garanta a melhoria nos níveis de renda e condições de vida.

CASTANHA

1. Para se ter uma idéia da situação dos extrativistas trago aqui ao conhecimento dos Senadores uma gravíssima denúncia que acabamos de obter da Cooperativa Agro-Extrativista de Xapuri:

Está em curso um enorme contrabando de castanha do Acre para a Bolívia, através da fronteira com aquele país, próximo a Brasiléia. São toneladas de castanha que estão saindo sem que se pague os impostos devidos ao Brasil e ainda deixa de gerar empregos no Estado.

A Receita Federal precisa, com urgência, fiscalizar esse contrabando e a Superintendência no Acre não tem pessoal suficiente.

Os bolivianos estão mandando compradores diretamente nas comunidades comprando por preços que chegam a 3,50 a lata de 10 quilos, em Xapuri, mas nas proximidades da fronteira esse preço sobe ainda mais. As cooperativas extrativistas que comercializam a castanha não estão conseguindo competir com o preço pago pelos bolivianos. Além de não pagar impostos no mesmo nível que pagamos, os encargos sociais sobre o produto lá significa apenas 12% do preço final, enquanto para as nossas cooperativas representam cerca de 54%.

PROPOSTA

1 – Em relação à falta de estrutura técnica e administrativa do Ibama para responder às necessidades do setor, propomos que seja readequado o setor e criado uma Diretoria de Borracha Nativa – DIBON, que atenda aos interesses econômicos do conjunto do setor, na qual exista uma participação institucional das entidades dos seringueiros, como o CNS.

2 – Que seja mantido o contingenciamento às importações da borracha natural, favorecendo o consumo de borracha natural existente no País, com especial ênfase para a borracha nativa.

3 – Definir uma política de preço para a borracha nativa, a fim de remunerar satisfatoriamente os seringueiros de tal maneira que o valor da sua produção anual permita ao seringueiro a renda de um salário mínimo mensal.

4 – Implementar o Prodex como instrumento de apoio à produção de borracha nativa da Amazônia – junto ao Basa, para custeio da produção e para comercialização da borracha natural nativa. O Governo Federal, assim como os estaduais, precisa priorizar a assistência técnica para os projetos.

5 – Estabelecer por portaria ministerial que 50% do TORMB sejam destinados a investimentos nos seringais nativos, através do CNPT, para financiamentos de projetos de apoio à produção e comercialização de borracha, apresentados por cooperativos, sindicatos e associações de seringueiros.

6 – Desenvolver junto aos seringueiros um Programa de Assistência Técnica e de Capacitação para melhorar a produção, e a qualidade da borracha, especialmente da Placa Bruta Defumada e da Folha Defumada (FFB – que corresponde a Ribbed Emoked Sheet – RSS).

7 – Dar prioridade às áreas de seringal nativo, na alocação de recursos federais para educação e saúde.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

1. O Atlas Regional da Desigualdade, publicado recentemente pelo IPEA, aponta para um sério agravamento das desigualdades regionais. Segundo a economista Lena Lavinhas, do IPEA, as desigualdades estão aumentando depois de quatro décadas em que essa desigualdade vinha diminuindo gradativamente. Os programas regionais de desenvolvimento foram simplesmente abandonados.

2. Esta informação é importante porque o que interessa de fato aos extrativistas da Amazônia, em última instância é uma política para a borracha, dentro de uma política de desenvolvimento para a Amazônia que esteja adequada aos desafios da sustentabilidade, bem como da inclusão social.

3. Agora há quem diga que o governo tem política para a região sim. Tem política para a borracha sim. Onde está sendo feita e executada essa política?

4. Duas iniciativas estão em curso: uma regional e outra nacional. A regional se refere a um Grupo de Trabalho criado pela Portaria nº1 de 14 de fevereiro último assinada pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Indústria e Comércio, que terá como função estudar a criação de um Fórum Permanente para Coopera-

ção entre o governo e setores relevantes da sociedade rumo ao desenvolvimento sustentável da Amazônia. Quem participa do Grupo de Trabalho? Governo e Entidades Empresariais.

Onde estão os trabalhadores e entidades representativas de outros setores tão relevantes quanto os empresários? Segundo a portaria esses setores podem ser eventualmente convidados a participar das reuniões do GT, sem direito a voto.

5. E a iniciativa nacional?

Às vésperas da Rio + 5, o governo federal, temeroso pelas eventuais críticas de mais de 80 países presentes ao evento, resolveu atender de última hora das exigências da Agenda 21, que era a criação de um Conselho de Desenvolvimento Sustentável com ampla participação da sociedade. Só que o Decreto assinado ontem pelo Presidente FHC cria apenas uma Comissão de assessoria à Câmara de Política dos Recursos Naturais, sem qualquer poder de decisão e ainda os cinco representantes da sociedade civil são nomeados pelo governo e não por suas organizações.

6. Essas iniciativas confirmam, infelizmente, uma tendência centralizadora do governo na definição das políticas públicas que afetam múltiplos interesses na sociedade. Faz a gente lembrar da postura que o mesmo governo vem adotando frente a Reforma Agrária. É como se o governo dissesse: "Podemos até fazer a Reforma Agrária, mas primeiro quem a faz somos nós e na velocidade e na forma que queremos"

7. A sustentabilidade e a inclusão social não podem se tornar realidade num processo tão centralizado. Infelizmente, essa tendência no governo vem confirmar apenas que este binômio prioritário para nós não compõem de fato a espinha dorsal do governo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) - Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, repercutem até agora, e devem gerar frutos duradouros, os debates realizados no final de semana, em Rio Branco, entre os nossos prefeitos municipais do Acre e representantes dos mais diversos níveis da Administração Pública e da sociedade civil.

Promovido pela Fundação Pedroso Horta, através de sua 1ª Encontro dos Prefeitos do Acre foi coordenado pelo nosso ilustre colega, Senador Flaviano Melo, e contou, ainda, com a participação direta do Prefeito do Rio Branco, ex-Deputado Federal Maurício Sérgio. O Governo Federal compareceu com uma equipe de autoridades e técnicos, merecendo especial destaque do Ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes, que instruiu os administradores municipais sobre a melhor forma de cumprir as obrigações previdenciárias e deles recebeu, em contrapartida, sugestões e propostas capazes de minorar os problemas de caixa e de relacionamento

que, tradicionalmente, afligem tanto os dirigentes do Ministério, quanto os candidatos a inadimplentes.

Se houve uma tônica nos debates, esta foi a do interesse construtivo. Preocupações político-partidárias menores, questões secundárias - nada disso impediu o livre debate de idéias e propostas positivas, ao longo de três dias de intensos trabalhos.

A abertura foi às 19 horas de sexta-feira, dia 21 de fevereiro corrente. Meia hora depois, coube ao Ministro Reinhold Stephanes proferir sua palestra e participar dos primeiros debates em torno do tema proposto: "Políticas, Programas e Recursos do Governo Federal para a Previdência e Assistência Social." S. Ex^a usou das habituais clareza e objetividade, mostrando como evitar os erros e os prejuízos mais sérios para o sistema mutuário oficial.

Ressalte-se nesta oportunidade o interesse dos Prefeitos que, atentamente, ouviram as instruções e as infirmações do Ministro. Foi uma prova da seriedade com que os problemas previdenciários serão resolvidos no Acre, servindo, mais uma vez, de modelo e inspiração para as demais Unidades Federadas.

Encerrada a exposição do Ministro da Previdência Social e formalmente instalado o Encontro de Prefeitos do Acre, foram suspensos os trabalhos relativos à sexta-feira, com a convocação de nova sessão para as oito horas da manhã seguinte.

Na abertura dessa segunda etapa, foi lido e aprovado, pelos Prefeitos dos Municípios do Acre, o Regimento Interno do Encontro, em meio a comentários sobre o pronunciamento feito, na véspera, pelo Ministro Reinhold Stephanes, que, pela primeira vez, dirigiu-se a administradores municipais no Estado. E seguiu-se o temário previsto, com discussão sobre outro ponto da maior importância: "Políticas, Programas e Recursos do Governo Federal para a Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano", um painel coordenado pela Dr^a Rosângela Botino Oliani, Assessora do Departamento de Programas e Projetos Especiais do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Este é, também, outro assunto que angustia diretamente as comunidades acreanas, cujo déficit habitacional se amplia diariamente, como decorrência do êxodo rural no rumo dos núcleos urbanos.

Foram analisados, na sequência, ao longo de todo o sábado passado, temas que dizem respeito à qualidade de vida e à gestão municipal da sociedade acreana: "Políticas, Programas e Recursos do Governo Federal para a Agricultura e o Abastecimento"; "Políticas, Programas e Recursos para Educação";

"Políticas, Programas e Recursos para Saúde"; "Os Municípios e a Questão do Meio Ambiente"; "Discussão das Emendas que a Bancada do Acre apresentou ao Orçamento da União, para melhorias habitacionais e saneamento básico nos municípios do Interior do Estado"; e muitos outros pontos, surgidos dos debates livres e construtivos entre Prefeitos, Parlamentares e demais participantes do Encontro.

No tocante ao último ponto que citei especificamente, "Emendas da Bancada do Acre ao Orçamento", merece relevo especial o modo como ele vem sensibilizando a sociedade acreana. No mesmo dia em que se reuniam os Prefeitos, o jornal **A Gazeta**, de Rio Branco, dedicou largo espaço à cobertura de discurso que proferi sexta-feira passada, nesta tribuna, denunciando as intenções malévolas dos tecnocratas que, já de tesoura em punho, ameaçam mutilar novamente os melhoramentos introduzidos na Lei de Meios por Senadores e Deputados Federais.

Procurei sensibilizar, também, todos os homens públicos e todos os líderes da sociedade acreana para a gravidade do problema, lembrando-lhes que os Congressistas haviam feito sua parte e, depois de meses dedicados à defesa de suas emendas, conseguiram inserir no Orçamento as verbas que as comunidades exigem e necessitam. Agora, a luta incumbe a toda a sociedade, principalmente ao Governo e aos Prefeitos, que precisam respaldar os Senadores e Deputados Federais na defesa da efetiva alocação daqueles recursos.

A eleição da nova Diretoria da Associação dos Prefeitos do Acre ficou para março, à espera do restabelecimento da Prefeita Toinha Vieira e dos Deputados José Vieira e Márcio Bittar, acidentados quando sobrevoavam as inundações que assolam o nosso Estado e mais especificamente a cidade de Sena Madureira.

Deixei para o final desta análise, propositadamente, a participação do Governo do Acre, por intermédio do Secretário Estadual de Planejamento, Luiz Carlos Nalim, que destacou as Políticas, Programas e Recursos do Governo do Estado para os Municípios e Processos de Municipalização. E o destaque, nas palavras e atitudes de S. Ex^a, esteve na elevação de conceitos e de propostas, acima de divergências políticas ou confrontos ideológicos, desvinculando os interesses do povo acreano dos acalorados confrontos eleitorais. Tanto nas palavras do representante do Governador, quanto na recepção e na reação do prefeitos, em todos os momentos pudemos observar apenas espírito construtivo e comunitário, apontando o surgimento de novos tempos para

nossos concidadãos. Tudo isso em restrito respeito às leis e à moralidade administrativa, como deixou claro o Tribunal de Contas do Estado, através do Conselheiro José Augusto de Farias, que destacou a missão institucional daquela Corte.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Encontro de Prefeitos do Acre abriu novos e promissores destinos para nossa população, mostrando que as lideranças políticas e administrativas do Estado se mostram empenhadas em unir esforços para construir novas estruturas, voltadas para um futuro mais promissor e mais favorável à realização dos sonhos de cada cidadão.

Faço votos de que esse clima de entendimento e de união de esforços não desapareça sob a pressão de interesses menores. A minha trajetória, como homem público, sempre se voltou para a seriedade política e para a defesa suprapartidária de todos os cidadãos. Não se constrói um futuro melhor se estivermos atados ao ódio e aos ressentimentos; a política do "quanto pior, melhor" é a maior desgraça que pode ocorrer a uma comunidade - porque torcer pelo fracasso de um administrador significa torcer, também, pela miséria do povo.

As lideranças acreanas se mostraram, mais uma vez, superiores a tais mesquinharias deletérias. E isso nos propicia uma palavra de confiança, de serenidade e de firmeza quanto aos nossos destinos como vanguarda das fronteiras ocidentais do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) - Concedo a palavra ao eminente Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (PT-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo tratar de maneira rápida de um assunto; em relação a outro, que considero principal, farei apenas uma introdução com rápidas pinceladas, porque necessito dos cinquenta minutos a que temos direito quando nos inscrevemos para falar após a Ordem do Dia.

Portanto, inicio dizendo que grande parte dos problemas que estão se centrando na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Precatórios poderia, talvez, ter sido evitada.

Quando relatei o processo originário da cidade de Osasco, introduzi uma exigência para que a emissão de Títulos dos Municípios e dos Estados pudesse ter a aceitação do Senado Federal: que os Municípios comprovassem que os recursos obtidos por eles, através da venda dos Títulos Públicos, tinham realmente se destinado única e exclusivamente ao pagamento das dívidas transitadas em julgado

no Supremo Tribunal Federal, e que, portanto, as Disposições Transitórias da Constituição de 88 tinham sido obedecidas.

Pois bem, o que acontece é que, se não me engano, anteontem, meu nome foi referido por esse Sr. Wagner como se o fato de que eu tivesse sido o Relator daquele processo poderia constituir uma pia-abluente, uma forma de exclusão de suspeitas por parte desses ladrões do Erário, desses enganadores profissionais.

Quando relatava o processo de Osasco, fui procurado, através de um eminente Deputado de meu Partido, que tinha sido - se não me falha a memória - Prefeito daquela cidade, o eminente Deputado, médico, Arlindo Chinaglia, por um cidadão que, ao adentrar o meu gabinete, ficou sabendo, naquela ocasião, que nada lhe adiantaria a respeito do meu parecer, que estávamos elaborando ainda, e que, portanto, nada tinha a adiantar a esse senhor. Foi justamente aí que introduzi essa exigência a que me referi agora: da comprovação, por parte dos Municípios que queriam se valer do direito constitucional de emissão de Títulos Municipais - LFTMs - para o pagamento de precatórios, de que tinham, realmente, aplicado o resultado da venda dos papéis no pagamento de dívidas transitadas em julgado.

Por uma feliz coincidência, auxiliares do meu gabinete detectaram que o meu parecer, depois de aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos e neste plenário, havia sido publicado de forma incompleta, faltando, no meu parecer, justamente essa inovação moralizadora que eu havia introduzido.

O meu parecer foi republicado e, novamente, essa parte que calçava com maiores cuidados a emissão de Títulos para o pagamento de precatórios de novo foi suprimida, não foi publicada. Obviamente estranhei que aquilo pudesse ocorrer. E, aqui no plenário, manifestei à Mesa a minha estranheza diante do ocorrido. Naquele momento em que levava minhas preocupações à Mesa do Senado, dizia que entre o meu parecer - que, se não me falha a memória, foi de março do ano passado - e aquela data, em que, pela terceira vez, ele tinha sido publicado - agora, de forma completa, escoimado das falhas das duas publicações anteriores -, entre as duas datas, a Prefeitura daquele Município poderia ter realizado emissões de Títulos sem obediência às minhas exigências.

Portanto, se houvesse a exigência de se demonstrar junto ao Banco Central que o Município estava agindo corretamente em relação à emissão e aplicação de Títulos, LFTMs, referentes aos precató-

rios, obviamente essas falcatruas teriam tido fim, porque só os Municípios que tivessem agido corretamente na emissão anterior desses Títulos poderiam ter o direito de realizar novas emissões de Títulos destinados àquele fim.

Portanto, naquele momento em que eu alertava à Mesa a respeito do que havia acontecido, ocorria algo realmente muito suspeito, cuja suspeição aumenta na medida em que se percebe o tamanho da falcatrua, a capacidade de planejamento, a capacidade de congregação de pessoas e de instituições financeiras, criando esse colar de perversidade, cujo desnudamento assistimos, felizmente, pelo trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Assim, o que sabemos é que a tentativa do governo despótico de impedir a criação de CPIs, como aconteceu com a CPI do Sivam, como aconteceu com a CPI do Sistema Financeiro, prova que não apenas o Banco Central, seguindo o modelo Collor de Mello, demite, desarticula a sua Diretoria de Fiscalização. E quanto menos fiscalizar-se, em todas as áreas da administração pública, obviamente maior será o espaço para o crescimento, a expansão, a organização e a lucratividade dessas atividades subterrâneas e criminosas.

Parece-me, portanto, que existe, na Administração Pública brasileira, uma evidente despreocupação, uma evidente vontade de emagrecer as atividades fiscalizadoras, de impedir que o Senado Federal cumpra as suas funções fiscalizatórias, e que CPIs esclarecedoras possam vingar. Na medida em que se aprofundam as investigações feitas pela CPI, mostrando o envolvimento não apenas desses "laranjas" e desses corretores de terceiro escalão, mas o envolvimento de bancos nessas operações fraudulentas, é óbvio que aumenta a vontade, o desejo de que se barrem as investigações e a própria existência dessa CPI.

Sabemos muito bem que não é por coincidência que, depois de um confronto na Câmara dos Deputados, onde o Sr. Paulo Maluf se colocou contrário à reeleição, quando os choques e os embates por interesses partidários separaram o Sr. Paulo Maluf do Presidente Fernando Henrique Cardoso, vemos agora que, no momento em que as investigações da CPI lançam a sua luz esclarecedora sobre o comportamento suspeito do Prefeito Celso Pitta, as antigas aversões se transformam em abraços, amplexos fraternais. Tomara, queira Deus, que essa aproximação dos adversários de ontem não signifique uma aliança também no sentido de pressionar a CPI, para que ela não descubra aquilo que o próprio Ban-

co Central, no primeiro turno das eleições municipais, havia levantado espontaneamente! A lebre foi levantada não pelo PT, mas pela própria Diretoria do Banco Central.

De modo que o fato alegado, de que o Sr. Wagner era funcionário antigo da prefeitura, encontrando-se lá quando a companheira Luíza Erundina era Prefeita, mostra apenas que ela não deu espaço para que o mesmo manifestasse as suas habilidades no campo do roubo, do crime e da locupletação das funções públicas; prova, ao contrário do que se pretendeu insinuar aqui, hoje, a honradez da SRA. Erundina e de sua administração, que não permitiram que o Sr. Wagner desenvolvesse, naquele período, as suas óbvias habilidades nesse campo das atividades subterrâneas, ilícitas, criminosas.

Portanto, desejo agora passar para o início de um problema que me preocupa há muito tempo e que vejo agora, com uma certa satisfação, que também é preocupação de antigos amigos, amigos de 40 anos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, professores, pesquisadores, cientistas sociais. Entre eles, um estrangeiro, amicíssimo do Presidente, Alain Touraine, e, no Brasil, Francisco de Oliveira, que, entre outras coisas, disse, em entrevista, que havia chegado à conclusão, depois de 12 anos de trabalho junto ao Professor Fernando Henrique Cardoso, no Cebrap, que em Sua Excelência a vaidade superara a inteligência; e, com essa superação do narcisismo, obviamente a sua conduta poderia influir na dura luta pela democratização do País, criando obstáculos a esse processo, que é um processo larvar, muito difícil de ser conduzido no nosso contexto. Também José Arthur Giannotti, amigo de 40 anos, que havia feito declarações alinhadas e em apoio ao momento inicial do Governo de Fernando Henrique Cardoso, e que é hoje Presidente do Cebrap, órgão de pesquisa criado pelo próprio Professor Fernando Henrique Cardoso, diz agora que teme que estejamos caminhando para o despotismo esclarecido.

Pois bem, Fernando Henrique Cardoso, o Professor, é doutor de borla e capelo em matéria de autoritarismo, porque escreveu um livro excelente intitulado "Autoritarismo e Democracia". Sua Excelência, portanto, o Presidente da República, deve perceber, ou pelo menos desconfiar do que está acontecendo na sociedade brasileira, em diversos setores, como as reações do Ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal, que tem por objetivo tentar preservar a independência do Judiciário, as reações que levaram, pela primeira vez na história, juízes à rua, indicando que a insatisfação não se en-

contra apenas na casa dos desempregados, na casa dos sacrificados e espoliados pelos R\$112,00, na casa dos marginalizados, na casa dos sem-terra, mas também no Supremo Tribunal Federal, também entre os juízes, existe uma reação contra a capacidade que tem demonstrado o Presidente da República e o Poder Executivo de imiscuir-se nos outros Poderes.

Há quanto tempo, não apenas eu, esta voz humilde do Partido dos Trabalhadores, mas também Senadores de outras agremiações políticas têm acusado o Governo Federal, o Poder Executivo de uma hipertrofia, de um gigantismo inaceitável, que, obviamente, parece conduzir a centralização despótica do Poder, que é o vizinho próximo do fascismo, como alerta o próprio Presidente, digo, Professor Fernando Henrique Cardoso em seu livro "Autoritarismo e Democracia", que analisarei, se tiver tempo, na próxima semana.

Este caminho me faz lembrar de Mussolini, que também era socialista antes dos anos 20. Ele desarticulou os sindicatos e, se houvesse movimentos de sem-terra lá, ele também os desarticularia, como também desarticularia outras formas de organização da sociedade.

O sistema corporativista de Mussolini, inspirado por Mihail Manoilescu, o autor do livro "Le Siècle du Corporatisme", e por espíritos de outros intelectuais, aproveitou a estrutura sindical existente depois de esvaziar a organização sindical de seu conteúdo político. Agora, querem - e está ocorrendo - os sindicatos desmoralizados, os sindicatos sem conseguirem uma vitória sequer, os sindicatos esvaindo-se, devido à sua completa incapacidade de ação, promovida por este contexto que só pensa em arrocho e que considera qualquer reposição salarial como um crime de lesa majestade.

Nem o Supremo Tribunal Federal pode reconhecer os 28% a que fazem jus os funcionários do Executivo, quando os do Legislativo e os do Judiciário já conquistaram esse direito líquido e certo. Portanto, tudo parece um crime contra o Real, um crime contra a realidade, um crime contra a estabilidade dos preços.

O Presidente, o Sociólogo Fernando Henrique Cardoso sabe que isso é uma dominação de uma sociedade por um índice de preço. É o índice de preço que nos domina, que faz com que o Supremo Tribunal Federal não possa falar e nem proferir sentenças. É um índice de preço que impede que exerçamos aqui a nossa função de legislar e de fiscalizar.

Somos escravos de um índice de preço. Isso é fetichismo puro, sabe muito bem o Professor Fernando Henrique Cardoso.

Caminhamos seguramente ao desfazermos as conquistas dos trabalhadores, seus direitos conquistados a duras penas e num longo processo, permitindo que os empregadores demitam à vontade, que o contrato temporário de trabalho se instaure numa sociedade em que o trabalho informal, o trabalho dos sem-carteira, o trabalho daqueles que não chegaram a dar o primeiro passo no sentido da conquista da cidadania se estenda a uma grande massa de trabalhadores brasileiros. É preciso reduzir o custo do desemprego, para desempregar mais gente e mais barato. Enquanto isso: tudo ao capital.

Fernando Henrique Cardoso escreveu tantas vezes que o capitalismo é isso, que o capitalismo tende, de acordo com a expressão marxista usada por Sua Excelência, a aumentar, na composição orgânica do capital, a parte do capital constante de máquinas, equipamentos e matérias-primas, em detrimento da parte humana do capital, porque é o capital variável que produz lucro, riqueza, e que obviamente é o responsável pela transformação do mundo. Portanto, é natural que se pretenda salvar os bancos, que se pretenda salvar os exportadores, que se pretenda salvar os 15 setores, pelo menos, diz o Ministério da Indústria e Comércio, dos que foram destruídos pela avalanche das mercadorias importadas a uma taxa degenerada de câmbio.

E para terminar essa minha introdução, vemos, em todos os setores da vida, não apenas diante do movimento dos trabalhadores sem terra, que eles estão sendo abandonados pelo Ministério da Reforma Agrária, como já foram há muito tempo pela Justiça, pelo Poder Judiciário do Brasil, e que estão sendo castigados, sem julgamento, pelo próprio aparelho judicial brasileiro.

Por que esta reação repentina e orquestrada contra o Movimento Sem-Terra? Por quê? Porque Noam Chomsky e, depois dele, Celso Furtado, tanto quanto muito de nós outros, disseram que o Movimento dos Sem-Terra é o fato mais importante do Brasil de hoje. E Sua Excelência, cercado de poder, cercado de áulicos, cercado de suas condecorações e áureas, não pode admitir que haja alguém mais bonito do que ele; não pode admitir que o Movimento dos Sem-Terra, desses trabalhadores pobres e sujos, possa ser considerado, pela inteligência do mundo, como superior em importância ao próprio Governo.

E lá, ao falar com Sua Santidade, o Papa, fez a intriga, queria - pensava Sua Excelência - retirar o movimento social da Igreja das proximidades do Movimento dos Sem-Terra.

Ontem, na **Folha de S.Paulo**, o jornalista Clóvis Rossi disse que não estava havendo nada que indicasse qualquer perigo de despotismo; não do despotismo esclarecido, penso eu. Mas o pior é que esse despotismo moderno é muito pouco esclarecido. Parece que o brilhante jornalista Clóvis Rossi teve uma obliteração de sentidos, uma perda momentânea de sentidos e não está percebendo aquilo que tantas pessoas vêem: o autoritarismo, o despotismo que estão presentes no Governo de Sua Excelência FHC. A vontade de se perpetuar, o continuísmo que está aí através da reeleição, é obviamente outro dedo do gigante.

Pretendo parar por aqui, porque meu tempo já está encerrado, mas prometo que na próxima semana irei mostrar que o Professor Fernando Henrique Cardoso sabia de onde vinha o nosso autoritarismo. Diz ele em seu livro: "O autoritarismo brasileiro provém da Península Ibérica, de Portugal e Espanha, e aqui obviamente foi-se transformando e o que determina as feições, a característica do nosso despotismo político, do nosso autoritarismo político, vizinho - como diz ele - do fascismo, muitas vezes, é a acumulação de capital e as contradições do processo de acumulação de capital."

E quando a acumulação de capital no Brasil entra em crise, o despotismo se transforma, o autoritarismo do Governo se transforma; é diferente do autoritarismo militar, é diferente dos outros autoritarismos porque, agora, as contradições do processo de acumulação adquiriram características específicas. E é essa infra-estrutura contraditória, econômica que, de acordo com Fernando Henrique Cardoso, o sociólogo, determinam, em última instância, as características do autoritarismo brasileiro e sul-americano.

Ele, aí, foi brilhante. Ele realmente soube entender, como poucos brasileiros o fizeram, a influência, a interação em que a acumulação se transforma na chave das explicações para as mudanças da superestrutura política e de suas tendências autoritárias.

Infelizmente, apesar de Sua Excelência ter entendido o processo, parece que, ao se colocar no centro do poder, a proximidade dele com o fato que ele dirige agora tornou-o incapaz de perceber as características determinantes, específicas do autoritarismo neoliberal, do autoritarismo e do despotismo do Governo que aí está.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) - Concedo a palavra ao eminente Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB-PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do ora-

dor.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que venho trazer hoje é o resultado de um absurdo.

A Universidade Federal do meu Estado divulgou ontem o listão dos aprovados nos exames vestibulares realizados em 1997. O resultado, na avaliação dos próprios técnicos da instituição de ensino, chegou à beira do desastre. Das 4.080 vagas ofertadas, nada menos que 42% das mesmas deixaram de ser preenchidas, 76% das quais no interior do Estado, evidentemente que não por falta de candidatos, já que este ano 20 mil estudantes disputaram as vagas ofertadas pela Universidade Federal do Pará.

Vejam bem o quadro catastrófico da educação no nosso Estado e no Brasil. Vinte mil estudantes disputam quatro mil vagas na universidade federal e apenas dois mil e poucos estudantes conseguem o mínimo necessário para ocupar essas vagas; 42% das vagas ofertadas pela Universidade Federal do Pará vão ficar, se alguma solução não for dada ao problema, sem alunos.

Esta é a moldura de um sistema educacional falido. Os dados apresentados à sociedade pela Universidade Federal do Pará mostram uma aguda crise na qualidade do ensino básico, que não ocorre só no Pará, mas, lamentavelmente, é peculiar em todas as Unidades da Federação.

O ensino do 2º Grau, na rede pública, é uma verdadeira catástrofe, consequência evidente do caos que se verifica no ensino do 1º Grau. No meu Estado do Pará a situação chega a ser alarmante. A política educacional implementada pela Secretaria de Estado da Educação tem se mostrado tímida e ineficaz, tanto no que respeita a qualificação dos recursos humanos envolvidos na educação quanto nas questões relativas às condições de funcionamento das unidades de ensino, muitas das quais podem ser comparadas com ruínas do que um dia foi uma escola.

A grande demanda de estudantes egressos do 1º Grau e a incapacidade dos estabelecimentos de ensino do 2º Grau em absorver plenamente essa demanda tem sido um dos primeiros grandes problemas enfrentados pela comunidade escolar. Ainda há poucos dias, os jornais de Belém noticiaram que uma das escolas de 2º Grau mais tradicionais da capital paraense abrigou, durante vários dias, uma longa fila de pais de estudantes em busca de matrícula numa espera indefinida, já que nem mesmo a própria direção da escola tinha certeza se tais vagas poderiam ainda ser oferecidas, dada a falta de professores que até então não tinha sido solucionado pela Secretaria de Educação.

Aliás, é comum em todo o Brasil assistirmos aos **reveillons** de pais de família que passaram nas filas de escolas de nossa Pátria.

O caos na educação pública se agrava à medida em que se observa uma completa inobjetividade do papel a ser desempenhado no ensino secundário em nosso País. Não conseguimos ainda definir se o ensino de 2º Grau deve orientar-se especificamente para a formação de mão-de-obra e preparação para o trabalho ou se estaria melhor adequado a uma formação humanística de amplitude genérica, transferindo responsabilidades para o ensino técnico, de nível médio e superior, quanto a qualificação para o mercado de trabalho.

Ambas as situações, a meu ver, sugerem um amplo debate de avaliação no meio educacional que, todavia, imprescindidamente também de uma intervenção responsável do Poder Público.

Apesar da polêmica sob alguns aspectos, a nova LDB permite muitos espaços para que essas discussões redundem em efeitos práticos. Basta que os responsáveis pela administração do ensino público se mostrem minimamente inclinados a propor ações de revitalização e reestruturação, principalmente no que tange ao currículo pleno do ensino médio e os seus naturais reflexos sobre ação didática, sem esquecer de analisar e propor, da mesma forma, reformulações estruturais no ensino de 1º Grau, gênese de um modelo sistêmico caótico que direciona atualmente a educação em nosso País.

O absurdo de sobram vagas em uma instituição pública de ensino superior, como é a Universidade Federal do Pará, contrasta com a existência de um enorme contingente de estudantes que abandonam a escola antes mesmo de concluir os estudos elementares para ingressar no mercado de trabalho, sem o mínimo de qualificação.

Constatar que 42% das vagas ofertadas pela UFPA deixaram de ser preenchidas neste ano de 1997 pela incapacidade dos candidatos de alcançar as médias mínimas de aproveitamento nos exames a que se submeteram é admitir a mais absoluta incompetência dos segmentos responsáveis pelo setor educacional.

Não se pode, de modo algum, admitir que uma situação dessas ocorra sem que se faça uma profunda crítica da irresponsabilidade do Poder Público no trato de uma questão tão complexa, da qual em muito dependem as perspectivas de futuro dos nossos jovens e do nosso próprio País.

As responsabilidades, nesse caso específico, Sr. Presidente, devem ser refletidas e assumidas

não só pelo Ministério da Educação, através de seu órgão de representação no Estado do Pará, em face da incumbência daquele órgão de gerir o macrosistema educacional do País, como também pela própria Secretaria da Educação do Estado, que não tem conseguido dar respostas objetivas para a crise educacional que o Pará atravessa, como de resto todo o País.

Urge, pois, Sr^{as} e Srs. Senadores, repensar o ensino básico em nosso País, rever o papel e as práticas pedagógicas do ensino secundário, reestruturar, enfim, nossas universidades, para que delas saiam profissionais realmente aptos a atuar num mercado de trabalho cuja dinâmica é o pré-requisito básico das economias de mercado sob as quais se sustentam atualmente os ditames do desenvolvimento social.

Era este o lamentável registro que gostaria de fazer do resultado do vestibular na Universidade do Pará. Não sei que solução se dará a esse impasse: se serão chamados os alunos que não atingiram a média mínima necessária para ingressar na Universidade, ou se a Universidade, com toda uma estrutura montada para oferecer 4.080 vagas, vai agora admitir apenas cerca de 2.300 estudantes.

Esse quadro mostra o grau de ineficiência e de irresponsabilidade dos dirigentes do meu Estado com a educação.

Era isso que gostaria de dizer, além de solicitar ao Ministério da Educação uma solução para esse grave problema em que se encontram os estudantes do Pará.

O Sr. Lauro Campos - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE - Ouço o Senador Lauro Campos, com satisfação.

O Sr. Lauro Campos - Eminente Senador Ademir Andrade, a preocupação de V. Ex^a é por mim compartilhada. Gostaria apenas de, rapidamente, sugerir a V. Ex^a que adotasse como possibilidade de solução para esse difícil problema uma medida que acaba de ser tomada no Brasil, em âmbito nacional. Essa medida permite que em vez de considerar reprovados e lançar às agruras da repetência os alunos que não alcançaram a média mínima necessária à aprovação, ou que tenham sido reprovados definitivamente numa matéria, eles possam cursar a série seguinte; esses alunos que ficaram devendo matéria prestarão exames no ano seguinte a fim de ter a possibilidade de galgar aquele nível. Eu sugeriria que se fizesse isso também no vestibular: que àqueles que não alcançaram a média e, portanto, criaram essas vagas tão preciosas fosse dado o direito de frequentar as aulas no primeiro ano da universidade e

que, ao longo dos dois primeiros semestres, por exemplo, pudessem eles demonstrar, através de provas, que haviam conseguido atingir o nível mínimo de informação e de ensino que a universidade requer. É essa a sugestão que faço e que V. Exª poderia, inclusive, encaminhar ao Ministro da Educação, caso considere que há nela alguma viabilidade. Muito obrigado.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Nobre Senador Lauro Campos, acredito na viabilidade da proposta. Inclusive, vi a atitude do Governador de Brasília, Cristovam Buarque, que está adotando essa medida já no nível básico - no 1º e no 2º Graus -, aqui em Brasília. Essa é uma medida fundamental, porque as universidades, no desenrolar dos cursos, já adotam esse tipo de sistema. Se o aluno perde a matéria, ele repete apenas aquela matéria que perdeu. O que o Governador Cristovam Buarque fez no ensino público de Brasília deveria ser adotado pelos Governadores de todo o País.

E, evidentemente, vou fazer uma proposta ao Ministro da Educação e ao Reitor da Universidade Federal do Pará, porque não é admissível que toda uma estrutura, que tem um alto custo, na universidade, com quadros de professores e funcionários prontos para atender 4.080 alunos, vá funcionar apenas com 2.300 alunos aproximadamente. A solução dada, por enquanto, é essa. O resultado que saiu foi apenas a aprovação dos 2.300 alunos para ingressar na Universidade Federal do Pará. Todo o resto, 18 mil candidatos, foi reprovado.

Nós haveremos de recorrer dessa decisão, de chamar a atenção do Reitor para que busque uma forma alternativa de preencher todas as vagas, com aqueles que se saíram melhor e, no caso, se eles não se derem bem no primeiro ano, vamos procurar uma outra solução para o problema.

O que não podemos admitir é o que está posto hoje no Estado do Pará, já que deixa quase duas mil vagas em aberto na Universidade, já que os estudantes não podem ocupá-las porque não tiveram a média mínima. Lamentavelmente, não é culpa deles, mas de toda a estrutura do ensino brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) - Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo. É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 1997

Dispõe sobre parcelamento do solo para fins urbanos no Distrito Federal e altera dispositivos da Lei nº 6.766/79.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A promoção de parcelamentos para fins urbanos no território do Distrito Federal é de iniciativa exclusiva do Poder Público, na forma desta lei e do disposto na legislação específica.

Parágrafo único. As disposições previstas no **caput** não se aplicam às soluções indicadas na Lei nº 9.262/96, que transfere para o Governo do Distrito Federal a administração da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu.

Art. 2º Os dispositivos da Lei nº 6.766/79 relativos ao parcelamento do solo no Distrito Federal ficam alterados naquilo que colidir com a presente lei.

Art. 3º Esta lei entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O espírito da Lei nº 2.874/56, que criou Brasília, era que a nova capital seria uma cidade planejada e todo parcelamento de terras seria de exclusiva iniciativa e responsabilidade do Poder Público.

Com o tempo, esse princípio caiu em desuso. O Governo deixou de pagar algumas desapropriações, e parcelas de glebas voltaram às mãos de seus antigos proprietários. Paralelamente, a ação de grileiros e especuladores, o retalhamento da região em condomínios irregulares e parcelamentos indesejáveis, o desdobramento de cadeias dominiais altamente questionáveis - tudo contribuiu para lançar aos caos a realidade fundiária do DF.

Os prejuízos sociais e econômicos dessa situação são alarmantes. O próprio futuro do Distrito Federal estará em xeque, se não forem adotadas providências para conter a deterioração desse quadro.

A solução está em recuperar o espírito que norteou a legislação de criação da nova Capital. Trata-se de resgatar dispositivos legais que disciplinem em definitivo o uso e ocupação do solo do DF e devolvam ao Governo local a prerrogativa exclusiva de decidir sobre a criação de novas áreas urbanas, vedando-se tal iniciativa a particulares.

Este é o sentido do Projeto de lei que ora temos a honra de submeter à apreciação desta Casa - redigido em co-autoria com o Deputado Augusto Carvalho, que o está apresentando simultaneamente na Câmara Federal.

Com essa proposição, pretendemos não apenas eliminar a ação nefasta exercida no Distrito Federal pelos especuladores, responsáveis pela proliferação de incontáveis parcelamentos irregulares no Distrito Federal e pela intranquilidade em que se encontram dezenas de milhares de famílias que adquiriram essas terras e hoje não possuem documento de titularidade sobre elas.

Objetivamos, igualmente, disciplinar o processo de ocupação do solo no DF e induzir o seu crescimento de forma ordenada.

Queremos que a valorização das terras, resultante da instalação de equipamentos de infra-estrutura urbana custeada pelo Poder Público, reverta em benefício de toda a coletividade – e não seja apropriada por particulares que em nada contribuíram para seu financiamento.

Temos em vista, finalmente, aliviar a carga financeira que o Distrito Federal representa para a União – que vem custeando as áreas de Segurança, Saúde e Educação do DF. A proliferação de condomínios irregulares nos arredores da Capital promove a ocupação descontrolada do seu território e é responsável pela explosão populacional que pressiona para cima os custos de manutenção dos equipamentos públicos. Em última instância, parcela do preço a ser pago por esse processo de descontrolado é assumida pelos cofres do Governo Federal – que seriam, assim, beneficiários indiretos da proposta ora apresentada.

Pelas razões alinhadas, estamos certos de que a devolução, ao GDF, da prerrogativa exclusiva de promover parcelamentos de terras no Distrito Federal, vedando-a à iniciativa privada, representará significativo avanço no processo de ocupação do solo no DF, contribuindo assim para seu crescimento ordenado, pelo que peço o apoio dos meus ilustres pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 1997. –
Senador **José Roberto Arruda**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979

Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

LEI Nº 9.262, DE 12 DE JANEIRO DE 1996

Dispõe sobre a administração da Área de Proteção Ambiental (APA) da bacia do Rio São Bartolomeu, localizada no Distrito Federal, e dá outras providências.

LEI Nº 2.874, DE 19 DE SETEMBRO DE 1956

Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) - O projeto será publicado e remetido à Comissão competente.

O Sr. Senador Júlio Campos enviou discurso à Mesa para ser publicado, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL-MT) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o mundo dos países de moeda forte e estável tem diversas peculiaridades. Os preços oscilam pouco, as pessoas tem noção exata do valor de seu dinheiro e conhecem as características da moeda nacional. O Plano Real, que trouxe estabilidade e moeda forte, ainda surpreende o brasileiro, desacostumado a atribuir um valor constante e fixo para determinado produto.

A hiperinflação não permitia que as coisas tivessem preço. Tudo era indexado a tudo e ninguém sabia exatamente por que tal produto valia determinada quantia. A cada dia os preços se modificavam e, na esteira, as referências desapareciam. Entre outros graves problemas, a vertiginosa inflação que assaltou a economia brasileira fez com que o povo perdesse a noção do valor das coisas e do poder de compra de seu dinheiro.

Esse é um capítulo vencido na história do Brasil. O Plano Real, cuja implementação se iniciou há dois anos com a Unidade de Referência de Valor, a URV, vem tendo uma trajetória luminosa e correta. Os preços se estabilizaram, em alguns casos até caíram, e estão se mantendo num patamar bastante razoável. A inflação de 1995 refiro-me ao ano inteiro, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores alcançou 25%, o que é um resultado notável para um país que há muitos anos registrava índices **mensais** bem superiores a esse. Em janeiro de 1996, a inflação ficou abaixo de um por cento.

Não há dúvidas de que o Plano Real é um sucesso. Funcionou e está fazendo com que os brasileiros redescubram o valor de seu dinheiro, o poder de compra e o preço de cada um dos produtos que desejam adquirir. Voltamos a ter a saudável competição entre comerciantes, entre indústrias, que disputam o cliente ofertando maior qualidade a menor preço.

O Brasil está a caminho de um regime de inflação muito baixa, com significativas taxas de crescimento econômico, sempre acima de quatro por cento ao ano. Esses índices da economia devem manter as indústrias e, neste ano, a agricultura funcionando em níveis compatíveis com a necessidade de gerar mais empregos. Também sob esse aspecto o Plano Real apresenta resultados extremamente positivos.

A crítica que faço ao Plano de Estabilização, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem outro sentido e outro fundamento. Exatamente em função do sucesso do Plano Real, o Banco Central, que é a autoridade monetária, precisa urgentemente criar uma família de moedas que seja diferenciada e melhor percebida pela população. A moeda de um real, que equivale a um dólar, é parecida com a de dez centavos, por sua vez, igual à de cinquenta centavos. E por aí vai.

Nos Estados Unidos, o povo sabe quanto vale um dime, a moeda de dez centavos. Sabe quanto vale um quarter, a de 25 centavos. Existe a de meio dólar, que é rara, tanto quanto a de um dólar. Elas tem pesos, espessuras e tamanhos diferentes. Isso auxilia o cidadão a realizar suas compras, agiliza a relação entre o cliente e o comerciante e resulta em benefício e facilidades para todas as pessoas.

Há, contudo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um outro dado. Existem deficientes visuais no Brasil. Pessoas que nasceram sem a faculdade da visão e aquelas que, por acidente ou doença, perderam a capacidade de enxergar. É absolutamente necessário, para atender aos deficientes visuais, que existam, além de uma família de moedas diferenciadas entre si, também notas impressas em braile.

Os deficientes visuais são cidadãos que merecem todo o nosso respeito. Eles lutam para viver num mundo sem luz, povoado de impressões, sentimentos, desejos e permanente pesquisa sobre como é o mundo exterior, nas suas cores e formas. O fato de havermos tido diversas moedas nos últimos anos confunde a população de maneira geral, e confunde ainda mais os deficientes.

Hoje em dia, quando o Brasil desfruta de moeda estável e forte, a população precisa conhecer o valor de seu dinheiro até para tomar atitudes corretas no sentido de preservar seu valor e seu poder de compra. É necessário que, a exemplo de diversos países do mundo desenvolvido, o Brasil adote uma família de moedas diferenciadas em tamanho, espessura e forma. Além disso, é também necessário que as notas sejam impressas em braile.

Os países de economia estável protegem a sua moeda. Mas quem primeiro a protege é o povo, é o cidadão. A ele deve ser dado o direito de conhecer o verdadeiro valor daquilo que está em suas mãos. O Plano Real liquidou com as expectativas inflacionárias. E a moeda, o Real, não pode continuar a ser, aos olhos da população, uma transição, ou algo inacabado. Não é um dinheiro de ocasião.

O governo da União, por intermédio do Banco Central, deve dar o exemplo de que, de fato, credi-

ta no Plano e na moeda. Deve criar notas em braile, moedas diferenciadas e demonstrar, assim, que acredita no sucesso do Plano de Estabilização e garante que a inflação não mais vai retornar ao cotidiano do povo brasileiro.

Atento a esse fato, apresentei, perante a esta Casa, Projeto de Lei do Senado nº 202/96, que "estabelece padrões de confecção de cédulas e moedas metálicas que possibilitem identificação por deficientes visuais", e apelo aos nobres Pares que aprovem a matéria por ser oportuna, necessária e conveniente para a melhoria de vida dessa tão sofrida parcela de nossa sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) - Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 11h38min.)

ATA DA 8ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 1997

(Publicada no **Diário do Senado Federal**, de 28 de fevereiro de 1997)

RETIFICAÇÃO

Trecho da ata que se republica por haver saído com incorreções, nas páginas nºs 04715, 1ª coluna, a 04717, no Parecer de Plenário sobre o Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1996:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, DE 1996

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1996, de autoria do Senador José Ignácio Ferreira, que institui o Serviço Comunitário de Telecomunicação.

(Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

Nos termos do art. 140 do Regimento Interno, designo o Senador Lúcio Alcântara para proferir parecer, em substituição à Comissão de Educação.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB/CE, para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores:

I – Relatório

Em exame nesta Casa, o Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1996, que "institui o Serviço Comunitário de Telecomunicação". De autoria do nobre Senador José Ignácio Ferreira, a medida pretende regulamentar os serviços atualmente executados de

forma legítima pelas chamadas "rádios comunitárias", em todo o País.

Justifica o Autor a iniciativa considerando o Serviço Comunitário de Telecomunicação uma "necessidade social e prática. Social, porque as comunidades carecem de um instrumento mais efetivo de integração e que as ajude a entender e resolver ou mitigar os problemas que as afligem. Prática, porque, na ausência de uma ação governamental, certas comunidades tomaram a iniciativa, ao arrepio da lei, ou ignorando que existe uma lei, de instalar suas próprias estações, sem uma ordem técnica adequada, causando interferências prejudiciais sobre outras estações". Nesse sentido, chama a atenção o Parlamentar que o espectro de frequências radioelétricas constitui um bem público que, para ser útil, precisa ser usado com ordem e critério. Do contrário, argumenta, "se todos se arrogarem o direito de usá-lo a seu talante, sem se importar com os direitos dos demais, ocorrerá o que, no início da radiodifusão, se chamou de cacofonia de vozes, com todos falando e ninguém podendo ouvir ou entender".

O presente projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

II – Voto

Com efeito, as denominadas rádios comunitárias constituem, atualmente, fenômeno de amplitude nacional e internacional. No Brasil, já chegam a cerca de 3.000 as emissoras livres e comunitárias em funcionamento, envolvendo milhares de pessoas com experiências significativas de prestação de serviço às comunidades onde estão instaladas. De âmbito local, com baixa potência de transmissão, e sem fins lucrativos, tais emissoras desempenham importante função social na vida das pequenas comunidades do interior ou dos bairros das grandes cidades, levando aos segmentos abrangidos informações respeitantes aos seus interesses peculiares, sempre ligadas a seu ambiente e sua realidade. Substituem, nesse papel, as emissoras convencionais, com interesses exclusivamente comerciais e que, conquanto explorem um serviço público, por delegação da União, não vêm cumprindo a função social inerente a esse serviço. Some-se a isso a inegável concentração na propriedade dos meios de comunicação, a formação das grandes redes de comunicação, que têm produzido mensagens de conteúdo massificado, impessoal, sem atentar para as especialidades locais e regionais.

Em que pese o inegável alcance social dessa atividade, o Brasil é um dos poucos países da América do Sul que não dispõe de legislação que regula-mente a radiodifusão de baixa potência. Considera-

das "clandestinas" ou "piratas", tais emissoras vêm sofrendo todo tipo de ameaça a seu funcionamento, muitas delas, inclusive, sendo fechadas por ação de força repressora policial. Cabe salientar, no entanto, que a alegada ilicitude dessa atividade se deve, em nossos entendimentos, à omissão do Poder Público, que não atentou, até o momento, para a premência de sua regulamentação.

Faz-se necessário, portanto, reconhecer que a proliferação das rádios livres ou comunitárias, sem qualquer tipo de controle ou regulamentação, não se coaduna com o Estado de Direito desejado pela sociedade brasileira. O uso desordenado do espectro de radiofrequências acaba por propiciar o surgimento de emissoras que se utilizam do movimento de natureza comunitária para a exploração de serviços com objetivos comerciais, políticos ou religiosos.

Não se trata de propor qualquer sorte de restrição ou censura ao direito indelével do cidadão à liberdade de expressão. Convém ressaltar que a Carta Magna de 1988 veio a dar nova ênfase ao primado da liberdade de comunicação e ao direito à informação.

O art. 220 e seu § 1º assim estabelecem:

"Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XII e XVI".

Já os incisos IX e XIV do art. 5º estatuem:

"Art. 5º.

IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística científica e de comunicação, independentemente, de censura ou licença;

XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional."

Evidentemente, tais direitos individuais, constitucionalmente assegurados, são passíveis de limitações. Não, é claro, no sentido de impor-se restrições a seu exercício, mas no de atentar para que sejam efetivados segundo parâmetros que respeitem ao interesse geral e ao bem comum.

De outra parte, é preciso considerar que o espectro de frequências radioelétricas constitui um

bem finito, universal, cuja utilização é distribuída entre os países mediante a celebração de acordos e convenções internacionais. Assim, tão espectro é administrado por organismos internacionais, os quais distribuem suas diversas faixas entre os países-membros da Uit – União Internacional de Telecomunicações, de forma tecnicamente equilibrada, de modo a evitar a ocorrência de interferências prejudiciais entre os vários serviços. Naturalmente, os países-membros devem respeito aos princípios internacionais estabelecidos, devendo adotar, internamente, providências de ordem técnica e mesmo política, para uma eficaz execução de serviços de radiodifusão de sons e imagens.

Nesse sentido, a presente iniciativa constitui imprescindível instrumento de regulamentação desse setor, tendo como princípio fundamental a ampliação do acesso aos meios de informação. O projeto cria nova classificação para o serviço proposto, denominando-o Serviço Comunitário de Telecomunicação, entendendo que a radiodifusão traz consigo ônus e responsabilidades superiores aos que o serviço comunitário conseguiria suportar. Alega o Autor que os trâmites administrativos aplicáveis aos serviços de radiodifusão são demasiadamente longos e penosos, demandando a deliberação do Congresso Nacional para os processos de autorização, o que, invariavelmente, consome anos de tramitação. Evidentemente, a transmissão deverá ser realizada por meio de ondas hertzianas, de modo a que a recepção continue a ser captada através dos aparelhos comuns de rádio.

Dentro desse espírito de simplificação dos procedimentos para a regulamentação e exploração do Serviço Comunitário de Telecomunicação, propomos, mediante a Emenda de Relator nº 01, que sua outorga e renovação estejam a cargo das Delegacias Regionais do Ministério das Comunicações. Dada a natureza especial do serviço, de caráter eminentemente local, não nos parece que a estrutura burocrática do Ministério, em Brasília, tenha condições de aquilatar, com a justeza necessária, as peculiaridades dos microcosmos a serem envolvidos nesse processo. Além disso, propomos a criação de um conselho consultivo, composto por representantes do Ministério das Comunicações e da sociedade civil local, para conferir maior legitimidade aos procedimentos.

De outra parte, incluímos a proibição de que as outorgas sejam transferidas ou arrendadas, a qualquer pretexto, com vistas a evitar que se constituam objeto de comércio, inconcebível desvirtuamento dos princípios norteadores do serviço comunitário.

Atente-se, por fim, à grafia dos numerais de ordem dos artigos do presente projeto de lei. A boa

técnica legislativa manda que se utilizem números ordinais do primeiro ao nono artigos, e números cardinais, do décimo artigo em diante.

Em vista das razões expostas, considerando que a regulamentação do funcionamento das rádios comunitárias constitui um imperativo social decorrente da necessidade da ampliação do acesso à informação em nosso país, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 73, de 1996, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1-PLEN

Inclua-se um art. 10, renumerando-se os demais:

"Art. 10. Compete ao Poder Executivo, através das Delegacias Regionais do Ministério das Comunicações, outorgar às entidades interessadas autorização para a exploração do Serviço Comunitário de Telecomunicação, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e nas normas regulamentadoras das condições de exploração do Serviço.

§ 1º As autorizações para a exploração do serviço dependerão de parecer das Comissões Regionais de Acompanhamento da Execução das Normas do Serviço e Assessoramento Técnico, de caráter consultivo, compostas por sete membros, sendo três indicados pelo Ministério e quatro indicados por entidades da sociedade civil, com mandato de dois anos.

§ 2º A cada dois anos, as Delegacias Regionais do Ministério das Comunicações publicarão editais convocando as entidades interessadas em participar da respectiva Comissão Regional para se reunirem, sob sua coordenação, e elegerem os representantes da sociedade civil em sua composição."

EMENDA Nº 2-PLEN

Inclua-se um art. 15, renumerando-se os demais:

"Art. 15. As autorizações do Serviço Comunitário de Telecomunicações são intransferíveis, sob qualquer pretexto, sendo vedado o arrendamento total ou parcial dos horários de sua programação."

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer do Senador Lúcio Alcântara é favorável, com emendas que apresenta. Assim, a matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235 do Regimento Interno.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

*Resenha das matérias apreciadas
pelo Senado Federal, no período de 17 a 28
de fevereiro de 1997*

(Art. 269, II, do Regimento Interno)

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO

De iniciativa da Câmara dos Deputados	1
Total.....	1

Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 1995 (nº 3.969/93, na Casa de origem), *que determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos Municípios e dá outras providências.*

Sessão: 27.02.97

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa da Câmara dos Deputados	4
De iniciativa do Senado Federal	1
Total.....	5

Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 1996 (nº 173/95, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza o Governo do Estado da Bahia a executar, por intermédio do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na Cidade de Salvador, Estado da Bahia.*

Sessão: 26.02.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 1996 (nº 255/96, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Gaúcha S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

Sessão: 26.02.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 1996 (nº 272/96, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal de Indaiatuba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo.*

Sessão: 26.02.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 1996 (nº 257/96, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sentinela de Ourinhos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo.*

Sessão: 26.02.97

Projeto de Resolução nº 24, de 1997, que *autoriza o Município de São Paulo a emitir, mediante ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo - LFTMSP, destinadas ao giro de sua dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1997.*

Sessão: 27.02.97

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa da Câmara dos Deputados	3
De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho - TST	1
Total	4

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1993 (nº 3.053/84, na Casa de origem), que *dispõe sobre a publicação de nomes e fotografias de vítimas de crimes contra os costumes.*

Sessão: 20.02.97

Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1995 (nº 4.235/93, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *altera a Lei nº 8.432, de 11 de junho de 1992, para redefinir as jurisdições das Juntas de Conciliação e Julgamento nas Regiões da Justiça do Trabalho e dá outras providências.*

Sessão: 25.02.97

Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 1995 (nº 1.323/91, na Casa de origem), que *institui a Residência Odontológica, cria a Comissão Nacional de Residência Odontológica e determina outras providências*.

Sessão: 25.02.97

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 1992 (nº 1.289/91, na Casa de origem), que *amplia, para o estrangeiro em situação ilegal no território nacional, o prazo para requerer registro provisório*.

Sessão: 27.02.97

MATÉRIAS RETIRADAS PELO AUTOR

De iniciativa do Senado Federal	3
Total	3

Projeto de Lei do Senado nº 283, de 1995, de autoria do Senador Ney Suassuna, , que *revoga o inciso VI do art. 3º da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, que “estabelece normas integrantes do Estatuto da Microempresa, relativas ao tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial”*.

(Retirado nos termos do Requerimento nº 1.175, de 1996).

Sessão: 20.02.97

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 1995, de autoria do Senador José Ignácio Ferreira e de outros senhores Senadores, que *altera dispositivos da Constituição Federal*.

(Retirado nos termos do Requerimento nº 1.187, de 1996)

Sessão: 20.02.97

Projeto de Lei do Senado nº 220, de 1996, de autoria do Senador Gilberto Miranda, que *revoga dispositivos legais que regulam o exercício de diversas profissões*

(Retirado nos termos do Requerimento nº 103, de 1997)

Sessão: 25.02.97

MENSAGENS RELATIVAS A ESCOLHA DE CHEFES DE MISSÕES DIPLOMÁTICAS

De iniciativa do Presidente da República	4
Total	4

Mensagem nº 244, de 1996 (nº 1.172/96, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Arnaldo Carrilho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Laos.

Sessão: 26.02.97

Mensagem nº 249, de 1996 (nº 1.260/96, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor João Carlos de Souza-Gomes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Costa Rica.

Sessão: 26.02.97

Mensagem nº 47, de 1997 (nº 1.450/96, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Paulo Cardoso de Oliveira Pires do Rio, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República da Albânia.

Sessão: 26.02.97

Mensagem nº 51, de 1997 (nº 36/97, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Edgard Telles Ribeiro, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia.

Sessão: 26.02.97

OUTRAS DELIBERAÇÕES

Requerimento nº 137, de 1997, do Senador Osmar Dias e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, sejam prestadas homenagens de pesar pelo falecimento do Deputado Federal Homero Oguido.

Sessão: 24.02.97

Requerimento nº 145, de 1997, do Senador Lúdio Coelho, solicitando, nos termos regimentais, que o Senado Federal, pela inserção em ata de um voto de profundo pesar, se associe à consternação do povo chinês, pelo falecimento do Presidente Deng Xiao-Ping, e que, através do Ministério das Relações Exteriores

seja dado conhecimento desta manifestação ao Governo da República Popular da China.

Sessão: 25.02.97

Requerimento nº 146, de 1997, do Senador Waldeck Ornelas e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente, em sessão a ser designada pela Mesa, seja destinado a homenagear a memória do economista, professor e ex-Ministro Mário Henrique Simonsen.

Sessão: 25.02.97

Requerimento nº 139, de 1997, do Senador Antônio Carlos Valadares, solicitando, nos termos do art. 71, VII, da Constituição Federal, esclarecimentos ao Tribunal de Contas da União relacionados à última auditoria sobre os contratos da empresa fornecedora do Projeto SIVAM.

Sessão: 26.02.97

Requerimento nº 154, de 1997, dos Senadores Humberto Lucena e Roberto Freire, solicitando, nos termos regimentais, sejam prestadas homenagens pelo falecimento do ex-Deputado Gileno de Carli, de Pernambuco.

Sessão: 26.02.97

Requerimento nº 135, de 1997, de autoria dos Senadores Pedro Simon e Esperidião Amin, solicitando seja submetida à Mesa proposta de publicação, neste ano, de homenagem ao Senador Darcy Ribeiro, dentro da coleção *Grandes Vultos que Honraram o Senado*.

Sessão: 27.02.97

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS
(17 a 28 de fevereiro de 1997)

Sessões Não Deliberativas..... 4

Sessões Deliberativas Ordinárias 4

Sessão Especial..... 1

Total..... 9

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (17 a 28 de fevereiro de 1997)

MATÉRIAS APROVADAS..... 14

Projeto aprovado e enviado à sanção 1

Projetos aprovados e enviados à promulgação 5

• *Concessões de rádio e TV*..... 4

• *Operações de crédito* 1

Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados..... 4

Mensagens relativas a escolha de Chefes de Missões Diplomáticas..... 4

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO..... 3

Matérias retiradas pelo autor 3

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nº DO OFÍCIO	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
SF/154/97 a SF/159/97	Líderes dos partidos políticos com represen- tação no Senado Federal	Encaminha cálculo da pro- porcionalidade partidária das Comissões Permanentes.
SF/176/97	Presidente do Supremo Tribunal Federal	Encaminha cópia de docu- mentos solicitados.

Nº DO OFÍCIO	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
SF/182/97	Presidente da CPI dos títulos públicos	Encaminha notas taquigráficas de pronunciamento do Senador Lúcio Alcântara, em que solicita seja convidado o Senhor Rafael Grecca para prestar esclarecimentos perante a CPI.
SGM/28/97	Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento	Encaminha cópia, em meio magnético, do autógrafo e anexos correspondentes ao Projeto de Lei do Orçamento de 1997 - PLN 8/96.
SGM/29/97	Diretora da Subsecretaria de Biblioteca	Encaminha coleção completa da publicação do Projeto de Lei do Orçamento de 1997 - PLN 8/96.
SGM/30/97	Diretora da Coordenação de Arquivo da Câmara dos Deputados	Encaminha coleção completa da publicação do Projeto de Lei do Orçamento de 1997 - PLN 8/96.
SGM/31/97	Diretora do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados	Encaminha coleção completa da publicação do Projeto de Lei do Orçamento de 1997 - PLN 8/96.
SGM/32/97	Diretor da Subsecretaria de Informações	Encaminha coleção completa da publicação do Projeto de Lei do Orçamento de 1997 - PLN 8/96.
SGM/33/97	Diretor da Subsecretaria de Anais	Encaminha coleção completa da publicação do Projeto de Lei do Orçamento de 1997 - PLN 8/96.

Nº DO OFÍCIO	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
SGM/34/97	Diretora da Subsecretaria de Arquivo	Encaminha coleção completa da publicação do Projeto de Lei do Orçamento de 1997 - PLN 8/96.
SGM/35/97	Chefe de Gabinete do Senador Ademir Andrade	Encaminha Informação do Serviço de Estatística da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado, contendo esclarecimentos solicitados.
SGM/36/97	Diretora da Subsecretaria de Biblioteca da Câmara dos Deputados	Encaminha exemplares do <i>curriculum vitae</i> dos Secretários-Gerais da Mesa do Senado Federal.
SGM/37/97	Diretora da Subsecretaria de Biblioteca do Senado Federal	Encaminha exemplares do <i>curriculum vitae</i> dos Secretários-Gerais da Mesa do Senado Federal.
SGM/38/97	Diretora da Subsecretaria de Arquivo	Devolve o volume X-original dos Autos do Processo de <i>Impeachment</i> contra o Presidente da República, encaminhando, também, o último volume da coleção, XI-original, encadernado no mesmo padrão pela Secretaria-Geral da Mesa.
SGM/43/97	Diretor-Geral	Encaminha Aviso do Tribunal de Contas da União referente ao Ofício nº 410/94, da Presidência do Senado Federal, acerca de divergência de interpretação quanto ao prazo legal para prestação de contas àquele Colegiado.

Nº DO OFÍCIO	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
SGM/51/97	Diretor-Geral	Encaminha processo do Projeto de Resolução nº 119, de 1996, a fim de ser providenciada a elaboração do parecer da Comissão Diretora.
SGM/51/97-A	Diretor da Subsecretaria de Arquivo	Solicita empréstimo do volume XI-original dos Autos do Processo de <i>Impeachment</i> contra o Presidente da República.
SGM/52/97	Delegado de Polícia Federal da Superintendência Regional no Distrito Federal	Encaminha Ofício da Advocacia do Senado Federal, a pedido.
SGM/53/97	Diretor-Geral	Encaminha cópia de ofício dos Líderes do PT, PDT, PSB e PPS, comunicando a formação do Bloco Parlamentar de Oposição, bem como a indicação de seu Líder.
SGM/55/97	Diretor da Subsecretaria de Arquivo	Encaminha livro de autógrafos dos Deputados de Legislaturas anteriores.

ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

ATO DO PRESIDENTE Nº 88, DE 1997

O Presidente do Senado Federal, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas, RESOLVE manter a servidora SIMONE BASTOS VIEIRA no exercício da Função Comissionada de Diretora da Subsecretaria de Biblioteca, Símbolo FC-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, a partir desta data.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. –
Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 89, DE 1997

O Presidente do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 3051/97-8, RESOLVE designar o servidor ANTONIO CARLOS DA SILVA LIMA, matrícula 3923, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Antonio Carlos Magalhães, com efeitos financeiros a partir de 17 de fevereiro de 1997.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. –
Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 90, DE 1997

O Presidente do Senado Federal, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas, RESOLVE dispensar, a pedido, o servidor JOÃO BATISTA SOARES DE SOUSA do exercício da Função Comissionada de Diretor da Subsecretaria de Edições Técnicas da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal, a partir desta data.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. –
Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 91, DE 1997

O Presidente do Senado Federal, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas, RESOLVE designar o servidor RAIMUNDO PONTES CUNHA NETO para exercer a função comissionada de Diretor da Subsecretaria de Edições Técnicas da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal, a partir desta data.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. –
Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

ATOS DO DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 252, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 3051/97-8, RESOLVE dispensar o servidor ANTONIO CARLOS DA SILVA LIMA, matrícula 3923, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Antonio Carlos Magalhães, com efeitos financeiros a partir de 17 de fevereiro de 1997, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 253, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº PD-000138/97-5, resolve aposentar, voluntariamente, a servidora MARIA LOPES TEIXEIRA, Analista de Informática Legislativa, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODA-SEN, nos termos do art. 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 62, 67, 100, 103, inciso V, 186, inciso III, alínea c, e 244 da Lei nº 8.112, de 11-12-90, art. 5º da Lei nº 8.162, de 8-1-91, bem assim as vantagens das Resoluções nºs 59/91, 51/93, 74/94, 5/95 e 76/95, do Senado Federal, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, correspondente à razão de 25/30 (vinte e cinco, trinta avos) do seu vencimento, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 254, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo

com o disposto no art. 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, e considerando as alterações introduzidas pela citada Resolução na estrutura administrativa do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, RESOLVE dispensar os servidores do Quadro de Pessoal do ProdaseN ou a ele cedidos a seguir relacionados, das funções comissionadas anteriormente ocupadas e designá-los para as novas funções, com efeitos a partir do dia 30 de janeiro de 1997, conforme segue:

ARMANDO ROBERTO CERCHI NASCIMENTO

De: Consultor

Para: Consultor Técnico

KARLA KALUME REIS

De: Consultor

Para: Consultor Técnico

OLGA AMÉRICA SOUSA ALMEIDA

De: Consultor

Para: Consultor Técnico

JOSÉ MENDONÇA DE ARAÚJO FILHO (SF)

De: Consultor

Para: Consultor Técnico

JOÃO BATISTA DE HOLANDA NETO (Cegraf)

De: Consultor

Para: Consultor Técnico

LOISIO JOSÉ DOS SANTOS

De: Consultor

Para: Consultor Técnico

PAULO FERNANDO DOS SANTOS MONIZ

De: Coordenador da Coordenação Financeira – CFI

Para: Chefe do Serviço de Finanças – SFI

AYRTON AFONSO DE ALMEIDA

De: Coordenador da Coordenação de Recursos Humanos – CRH

Para: Chefe do Serviço de Administração de Recursos Humanos – SRH

SILVIA REGINA MARQUES MAGALHÃES

De: Coordenador da Coordenação de Apoio Administrativo – CAA

Para: Chefe do Serviço de Apoio Administrativo – SAA

MARIA JOSÉ SOARES SANTOS

De: Chefe do Setor de Expediente e Arquivo – SEA

Para: Chefe do Serviço de Expediente e Arquivo de Documentos – SEA

CUSTODIO SALATIEL DOS SANTOS DIAS

De: Chefe do Setor de Serviços Gerais – SSG

Para: Chefe de Serviços Gerais – SGE

PEDRO ENÉAS GUIMARÃES COELHO MASCARENHAS

De: Coordenador da Coordenação de Suporte Técnico – CST

Para: Chefe do Serviço de Suporte ao Ambiente Computacional de Grande Porte – SSG

FRANCISCO JOSÉ FIÚZA LIMADe: Coordenador da Coordenação de Desenvolvimento de **Software** – CDS

Para: Chefe do Serviço de Suporte ao Ambiente Computacional da Rede Cliente Servidor – SSR

VERA LÚCIA MIRANDA BITTENCOURT

De: Coordenador da Coordenação da Rede de Teleprocessamento – CST

Para: Chefe do Serviço de Operação da Rede e Suporte a Problemas – SSP

PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO

De: Coordenador da Coordenação de Operações – COP

Para: Chefe do Serviço de Produção – SPD

MÁRIO SÉRGIO PEREIRA MARTINS

De: Chefe do Setor de Manutenção – SMT

Para: Chefe do Serviço de Manutenção da Infra-Estrutura Técnica – SMT

LUIZ CÉSAR PINTO DE ALMEIDA

De: Chefe do Serviço de Análise e Pré-Desenvolvimento – SAP

Para: Chefe do Serviço de Atendimento à Área de Assessoramento Legislativo – SAS

PAULO FERNANDES DE SOUZA JÚNIOR

De: Coordenador da Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas "B" – CDB

Para: Chefe do Serviço de Atendimento ao Orçamento, Fiscalização e Controle – SOF

ADALBERTO JOSÉ ROLIM TUBBS

De: Coordenador da Coordenação de Projetos Especiais – CPE

Para: Chefe do Serviço de Atendimento aos Gabinetes Parlamentares – SGP

VALDIR FERNANDES PEIXOTO

De: Chefe do Serviço de Avaliação e Manutenção – SAM

Para: Chefe do Serviço de Atendimento às Áreas de Documentação, Informação e Comunicação Social – SIC

PAULO HUMBERTO XAVIER CANALE

De: Coordenador da Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas "A" – CDA
Para: Chefe do Serviço de Atendimento à Área Administrativa e Financeira – SAF

ROSILMAR DE OLIVEIRA

De: Coordenador da Coordenação de Organização e Métodos – COM
Para: Chefe do Serviço de Atendimento aos Serviços de Apoio Administrativo – SAP

JOSÉ AURELIO PADILHA BATISTA

De: Chefe do Serviço de Atendimento a Usuários – SAU
Para: Chefe do Serviço de Atendimento a Usuários Externos – SUE

CARLOS EDUARDO BORATTO POSTIGA

De: Coordenador da Coordenação de Programação – CPR
Para: Chefe do Serviço de Atendimento à Área Legislativa – SAL

MARIA HELENA FERREIRA SOBRAL

De: Chefe do Setor de Multimídia e Programação Visual – SMPV
Para: Chefe do Serviço de Multimídia e Programação Visual – SMV

PATRÍCIA ARAÚJO DA CUNHA

De: Coordenador da Coordenação de Treinamento e Desenvolvimento – CTD
Para: Chefe do Serviço de Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos – STD

CLAÚDIA HELENA MIRANDA GUIMARÃES

De: Chefe do Setor de Biblioteca Técnica – BIB
Para: Chefe do Serviço de Biblioteca Técnica – SBT

PEDRO JORGE MORETI

De: Assistente do Diretor da Divisão Administrativa e Financeira
Para: Assistente do Diretor da Divisão de Administração e Finanças

CARLOS ALBERTO COSTA SAMPAIO

De: Assistente do Diretor da Coordenação de Informática
Para: Assistente do Diretor da Divisão de Atendimento e Desenvolvimento de Siste-

mas para a Área Legislativa, Parlamentar e de Orçamento

DIETER HERMANN MATUSCKE

De: Assistente do Diretor da Divisão de Desenvolvimento de Sistemas
Para: Assistente do Diretor da Divisão de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas para a Área Administrativa e Usuários Externos

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 255, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE dispensar o servidor LOISIO JOSÉ DOS SANTOS, matrícula 66, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, da função comissionada de Consultor, símbolo FC-7, a partir do dia 20 de fevereiro de 1997, por ter assumido nova função.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 256, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE dispensar, a pedido, o servidor CYRO DA COSTA BASTOS, matrícula nº 29, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, da função comissionada, símbolo FC-7, de Assistente do Diretor da Divisão de Suporte Técnico e Operações.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 257, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RE-

SOLVE dispensar o servidor do Cegraf, JOÃO BATISTA DE HOLANDA NETO, matrícula 1425, ocupante do cargo de Analista Legislativo de Indústrias Gráficas, da função comissionada de Consultor do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, símbolo FC-7, a partir do dia 20 de fevereiro de 1997, por ter assumido nova função.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 258, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE dispensar o servidor PETRONIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO, matrícula 50, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, da função comissionada, símbolo FC-7, de Chefe do Serviço de Produção.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 259, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE dispensar o servidor ADALBERTO JOSÉ ROLIM TUBBS, matrícula 126, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, da função comissionada, símbolo FC-7, de Chefe do Serviço de Atendimento aos Gabinetes Parlamentares.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 260, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE dispensar o servidor JOSÉ AURELIO PADILHA BATISTA, matrícula 400, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de

Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, da função comissionada, símbolo FC-7, de Chefe do Serviço de Atendimento a Usuários Externos.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 261, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE dispensar o servidor VALDIR FERNANDES PEIXOTO, matrícula 95, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, da função comissionada, símbolo FC-7, de Chefe do Serviço de Atendimento às Áreas de Documentação, Informação e Comunicação Social.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 262, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE dispensar a servidora MARIA HELENA FERREIRA SOBRAL, matrícula 095, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, da função comissionada, símbolo FC-7, de Chefe do Serviço de Multimídia e Programação Visual.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 263, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE dispensar o servidor LUIZ CÉSAR PINTO DE ALMEIDA, matrícula 41, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, da função comissionada, símbolo FC-7, de Chefe do Servi-

ço de Atendimento à Área de Assessoramento Legislativo.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. —
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 264, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE dispensar o servidor ROSILMAR DE OLIVEIRA, matrícula 120, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — PRODASEN, da função comissionada, símbolo FC-7, de Chefe do Serviço de Atendimento aos Serviços de Apoio Administrativo.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. —
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 265, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE designar o servidor SÉRGIO MARCOS DE SOUZA, matrícula 53, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — PRODASEN, para exercer a função comissionada, símbolo FC-7, de Chefe do Serviço de Produção.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. —
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 266, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE designar o Servidor EUZÉBIO DALVI, matrícula 486, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — PRODASEN, para exercer a função comissionada, símbolo FC-7, de Chefe do Serviço de Administração de Equipamentos e Instalações.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. —
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 267, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE designar a servidora CRISTINA MARIA DE LEMOS FERREIRA, matrícula 537, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — PRODASEN, para exercer a função comissionada, símbolo FC-7, de Chefe do Serviço de Atendimento à Área Administrativa e Financeira.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. —
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 268, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE designar o servidor ADALBERTO JOSÉ ROLIM TUBBS, matrícula 126, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — PRODASEN, para exercer a função comissionada, símbolo FC-7, de Chefe do Serviço de Atendimento aos Serviços de Apoio Administrativo.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. —
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 269, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE designar o servidor FERNANDO LUIZ BRITO DE MELO, matrícula 480, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — PRODASEN, para exercer a função comissionada, símbolo FC-7, de Chefe do Serviço de Atendimento à Administração Geral.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. —
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 270, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE designar o servidor JOSÉ OSWALDO FERMOZELLI CÂMARA, matrícula 476, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, para exercer a função comissionada, símbolo FC-7, de Chefe do Serviço de Atendimento a Usuários Externos.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 271, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE designar o servidor EDWARD CATTETE PINHEIRO FILHO, matrícula 63, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, para exercer a função comissionada, símbolo FC-7, de Chefe de Serviços e Produtos Especiais.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 272, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE designar o servidor MARCELO ANDRADE DE JESUS, matrícula 532, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, para exercer a função comissionada, símbolo FC-7, de Chefe do Serviço de Administração de Dados.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 273, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo

com o disposto no art. 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE designar o servidor ALEXANDRE ABDO ELMOOR, matrícula 454, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, para exercer a função comissionada, símbolo FC-7, de Chefe do Serviço de Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas e Apropriação de Tecnologias.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997 –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 274, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE designar o servidor VALDIR FERNANDES PEIXOTO, matrícula 95, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, para exercer a função comissionada, símbolo FC-7, de Chefe do Serviço de Multimídia e Programação Visual.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997 –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 275, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE designar o servidor PAULO FERNANDO MOHN E SOUZA, matrícula 505, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, para exercer a função comissionada, símbolo FC-7, de Consultor Técnico.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997 –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 276, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE designar a servidora DULCE MARIA RO-

DRIGUES DE MACHADO, matrícula 2166, ocupante do cargo de Analista Legislativo de Indústria Gráfica, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal, para exercer a função comissionada, símbolo FC-7, de Consultor Técnico do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997 –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 277, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE designar o servidor FLÁVIO ROBERTO ALMEIDA HERINGER, matrícula 120, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, para exercer a função comissionada, símbolo FC-7, de Chefe do Serviço de Atendimento à Área Legislativa.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997 –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 278, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE designar o servidor PETRONIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO, matrícula 120, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, para exercer a função comissionada, símbolo FC-7, de Chefe do Serviço de Atendimento à Área de Assessoramento Legislativo.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 279, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE designar o servidor do Senado Federal ELIAS DE OLIVEIRA, matrícula 1619, ocupante do

cargo de Analista Legislativo, para exercer a função comissionada, símbolo FC-7, de Chefe do Serviço de Atendimento aos Gabinetes Parlamentares do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 280, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE designar o servidor FRANCISCO JOSÉ BITTENCOURT ARAUJO, matrícula 247, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, para exercer a função comissionada, símbolo FC-7, de Chefe do Serviço de Atendimento às Áreas de Documentação, Informação e Comunicação Social.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 281, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE designar o servidor RICARDO VIANA DE CAMARGO, matrícula 206, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, para exercer a função comissionada, símbolo FC-7, de Assistente do Diretor da Divisão de Suporte Técnico e Operações.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1997. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 16, DE 1997

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 14, inciso XIV do Regulamento do Prodasen, aprovado pelo Ato nº 19, de 1976, da Comissão Diretora do Senado Federal, com suas alterações pos-

teriores, e tendo em vista o que consta do Processo PD-00364/96-7, RESOLVE:

I – Constituir Comissão Técnica Especial, conforme previsto no § 8º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93, com a finalidade de receber e realizar os testes de conformidade dos equipamentos entregues, com as especificações estabelecidas no edital e objeto dos contratos firmados com as empresas MICROTEC SISTEMAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A (Contrato nº 7/97), DISMAC INDÚSTRIA S/A (Contrato nº 8/97), e NOVADATA SISTEMAS E COMPUTADORES S/A (Contrato nº 9/97). Após a aprovação de cada lote nos testes de conformidade e a sua instalação, a Comissão Técnica Especial lavrará o Termo de Aceite do respectivo lote.

II – Designar para integrar a referida Comissão Técnica os servidores OTTO LUIZ VILELA DO NASCIMENTO, LEILA MENEZES XAVIER, FRANCISCO

JOSÉ FIUZA LIMA, MARCELO SILVA CUNHA, IVAR ALVES FERREIRA, RUBENS VASCONCELOS TERRA NETO, ocupantes do cargo de Analista de Informática Legislativa, e ERALDO PAIVA MUNIZ e JOSÉ CARLOS DE ABREU MURICY, ocupantes do cargo de Técnico de Informática Legislativa.

III – Designar o servidor OTTO LUIZ VILELA DO NASCIMENTO para Presidente da Comissão, e a servidora LEILA MENEZES XAVIER para substituí-lo em seus impedimentos.

IV – Fixar a data de 27-7-97 para que a Comissão Técnica Especial conclua seus trabalhos, ou apresente novo cronograma que justifique a sua prorrogação.

V – Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Quadro de Avisos do Prodasen.

Brasília, 7 de fevereiro de 1997. – **Marco Antônio Pals dos Reis**, Diretor-Executivo.

MESA**Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário

Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário

Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1ª – Emília Fernandes – PTB – RS

2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE

4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

**LIDERANÇA DO
BLOCO DE OPOSIÇÃO****Líder**

José Eduardo Dutra

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitacio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner – PMDB – SC

Vice-Presidente: José Alves – PFL – SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Alves
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (ex-PPR + ex-PP)

1. Eptácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

PTB

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. Darcy Ribeiro

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA FERREIRA CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSON ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70	4-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
(VAGO)		7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LUDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
(VAGO)		4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
BLOCO			
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	3-ROBERTO FREIRE	PE-2161/67
ANTÔNIO C. VALADARES	SE-2201/04	4-ABDIAS NASCIMENTO	RJ-4229/31
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LEVY DIAS	MS-1228/3015	2-ERNANDES AMORIM	TO-2071/72
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
(VAGO)		5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
(VAGO)		7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUIL HERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
(VAGO)		3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSE ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
BLOCO			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
MARINA SILVA	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	3-ABDIAS NASCIMENTO	RJ-4229/31
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE	PE-2161/67
PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2251/55	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINILHA	TO-2071/77	2-EPITACIO CAFETEIRA	SC-4206/07
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETARIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1- VAGO	
VAGO		2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BENI VERAS	CE-3242/43	4-VAGO	
BLOCO			
ANTÔNIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92	3-MARINA SILVA	AC-2181/82
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1- LEVY DIAS	MS-1228/3015
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1- LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/73
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA	PR-4059/60

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
 VICE-PRESIDENTE: (VAGO)
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
IADER BÂRBALHO	PA-2441/42	5-VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
(VAGO)		7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
(VAGO)		4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSE BIANCO	RO-2231/32	5-FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
BLOCO			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
MARINA SILVA	AC-2181/87	2-ANTÔNIO C. VALADARES	SE-2201/04
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46		
ABDIAS NASCIMENTO	RJ-4229/31		
PPB			
LEVY DIAS	MS-1228/3015	2-ESPERIDIAO AMIN	SC-4206/07
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/73	2 ERNANDES AMORIM	RO-2251/55
PTB			
(VAGO)		1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA (VAGO)	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40	3-VAGO	
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
BLOCO			
EDUARDO SUPLYCY	SP-3213/15	1-BENEDITA SILVA	RJ-2171/77
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2251/55
PTB			
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
VAGO		6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2132	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
(VAGO)		6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
VAGO		2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
VAGO		4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
BLOCO			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92	1-ANTÔNIO C. VALADARES	SE-2201/04
		2-EDUARDO SUPLICV	SP-3213/15
		3-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PPB			
LEVY DIAS	MS-1228/3015	1-ESPERIDIÃO AMIM	SC-4206/07
ERNANDES AMORIM	RO-2251/55	2-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: (VAGO)

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
VAGO		2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
VAGO		2-FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
VAGO		1-JOSÉ IGNAÇÃO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
VAGO		3-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BLOCO			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY	SP-3213/15
ABDIAS NASCIMENTO	RJ-4229/31	2-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	3-MARINA SILVA	AC-2181/87
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-3055/57
PTB			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	1-LEVY DIAS	MS-1228/3015

*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
 (Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça Casildo Maldaner		Marluce Pinto ¹ Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinübing Romero Jucá		Joel de Hollanda Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPB	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

Osmar Dias²

PP

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar PFL/PTB

Luciano Pizzatto
Paulo Bornhausen

Antônio Ueno
José Carlos Vieira

PMDB

Paulo Ritzel
Valdir Colatto

Elias Abrahão
Rivaldo Macari

PSDB

Franco Montoro

Yeda Crusius

PPB

Fetter Júnior³ ⁴

João Pizzolatti

PP

Dilceu Sperafico

Augustinho Freitas

PT

Miguel Rossetto

Luiz Mainardi

1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.

2 Filiado ao PSDB em 22-6-95.

3. Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

4. Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 126 · abril/junho – 1995

Leia neste número:

Uma visão crítica do Direito – André Franco Montoro

Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de solução – Osvaldo Maldonado Sanches

Expropriação dos bens utilizados para fins de tráfico ilícito de entorpecentes – Edilson Pereira Nobre Júnior

Ministério Público do Trabalho: prerrogativas do ofício são comunicáveis à sua atuação como parte? – José Pitas

Barreira legal nos sistemas eleitorais proporcionais – Ricardo Rodrigues

A imunidade dos fundos de pensão e o mercado de capitais – Arnold Wald

Pena sem prisão: prestação de serviços à comunidade – Fernando da Costa Tourinho Neto

O recurso especial e as decisões interlocutórias desafiadoras por agravo de instrumento – Demócrito Ramos Reinaldo

Consulta e parecer – René Ariel Dotti

A exoneração tributária dos aposentados e pensionistas – Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

Evolução do Direito Constitucional brasileiro e o controle de constitucionalidade da lei – Gilmar Ferreira Mendes

Considerações acerca da constitucionalidade na expedição de medidas provisórias versando matéria orçamentária pública (Nota técnica nº 1/95) – Robison Gonçalves de Castro

Requisitos par Ministro e Conselheiro de Tribunal de Contas – Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

Os princípios informadores do contrato de compra e venda internacional na Convenção de Viena de 1980 – Judith Martins-Costa

A defesa da concorrência no Mercosul – José Matias Pereira

Ônus sucumbenciais. Situações controvertidas. – Élio Wanderley de Siqueira Filho

Das Disposições Constitucionais Transitórias (uma redução teórica) – Ivo Dantas

Notas sobre a exegese do artigo 102, I, n, da Constituição Federal – Antônio Vital Ramos de Vasconcelos

O civilista Arnoldo Wald – Fernando Whitaker da Cunha

Derecho penal como tecnología social (Notas sobre las contradicciones del sistema penal) – Juan Marcos Rivero Sanchez

Da codificação à lei civil brasileira – Fernando Braga

O direito eleitoral português – Jorge Miranda

Licitação: pontos polêmicos – Toshio Mukai

A intervenção do Estado brasileiro e a política oligárquica na república velha – Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Biblioteca e constituição – Sueli Angelica do Amaral

O princípio da responsabilidade objetiva do Estado e a teoria do risco administrativo – Heleno Taveira Torres

A legitimação do Parlamento para função fiscal – Iris Eliete Teixeira Neves de Pinho Tavares

Liderança: uma nova visão – Tânia Mara Botelho

Agamemnon Magalhães. O estadista do social, o administrador, o pensamento político – Jarbas Maranhão

Da Jurisprudência como ciência compreensiva. A dialética do compreender mediante o interpretar – Miracy Barbosa de Sousa Gustin

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA
nº 127 · julho/setembro – 1995

Leia neste número:

Direitos e garantias fundamentais – Josaphat Marinho

A introdução da Lex Mercatoria no Brasil e a criação de uma nova dogmática – Arnaldo Wald

Justiça Militar: por que sim e por que não? Competência – Álvaro Lazzarini

A Constituição e a educação brasileira – Edivaldo M. Boaventura

A função judicante do Poder Legislativo no Brasil – Paulo Lopo Saraiva

Direito à moradia – Sérgio Sérulo da Cunha

Dos efeitos da falência decretada no estrangeiro – Edilson Pereira Nobre Júnior

Apropriação indébita em matéria tributária – Carlos Alberto da Costa Dias

A incidência da Cofins sobre o faturamento de empresas de incorporação de venda de imóveis – Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

A união estável e a Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994 – Otto Eduardo Vizeu Gil

Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos – Teori Albino Zavascki

Revisão do decênio da Reforma Penal (1985-1995). Considerações sobre a “Execução Provisória da Sentença Penal” – Maurício Kuehne

A contribuição da Justiça Eleitoral para o aperfeiçoamento da democracia – José Augusto Delgado

Uma leitura jurídica da prostituição infantil – Josiane Rose Petry Veronese

Contratação direta: dispensa de licitação com base no art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666/93 – Jorge Ulisses J. Fernandes

Empresa agrária e estabelecimento agrário – Fábio Maria de-Mattia

Neoliberalismo e desadministrativização – Gladston Mamede

Prestação de contas – instrumento de transparência da Administração – Flávio Sátiro Fernandes

Regimes de concorrência e políticas de concorrência na América Latina: o caso do Mercosul – José Matias Pereira

A evolução jurisprudencial dos sistemas regionais internacionais de proteção aos direitos humanos – Jete Jane Fiorati

Contribuições sociais: a certidão positiva de débito com efeito de negativa em face do § 3º do art. 195 da Constituição Federal – Fabiana de Menezes Soares

Invalidação “ex officio” dos atos administrativos pelo juiz – José Américo A. Costa

A discricionariedade administrativa e o controle judicial de seus limites – Amandino Teixeira Nunes Júnior

O contrato com cláusula de risco para exploração de petróleo no Brasil – Thadeu Andrade da Cunha

A Corte Internacional de Justiça e o caso Estados Unidos - Nicarágua – Fredys Orlando Sorto

Lei sobre o Tribunal Constitucional Federal Alemão. (Lei do Tribunal Constitucional Federal) – Luis Afonso Heck

IX Congresso Latino-Americano de Direito Romano (Jalapa-México). Romanismo e indigenismo dos juristas latino-americanos – Sílvio Meira

A Responsabilidade do Estado-Juiz – Rogério Marinho Leite Chaves

Da correção monetária dos débitos judiciais trabalhistas – José Pitas

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

Novas publicações

CANUDOS E OUTROS TEMAS (R\$ 10,00)

Euclides da Cunha.

Edição de 1994 comemorativa dos 90 anos de publicação de *Os Sertões*.

CONSTITUIÇÃO DE 1988 (R\$ 5,00)

Edição atualizada em 1995 contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL / CONSTITUTION OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL (R\$ 5,00)

Tradução para o francês de Jacques Villemain e Jean-François Cleaver (Tradutor do Senado Federal) da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

Tradução para o inglês de Istvan Vajda, Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres e Vanira Tavares de Souza, tradutores dos Senado Federal, da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Lei nº 8.069 e as alterações da Lei nº 8.242 e Legislação Correlata.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 1994 (R\$ 3,00)

Edição de 1994.

Comentários à Lei nº 8.713/93 e informações complementares.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA (R\$ 5,00)

Edição de 1993.

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

LICITAÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Leis 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, texto da Constituição federal sobre matéria e Legislação Complementar.

RELATORIA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL (R\$ 45,00 a coleção)

Edição de 1994.

Série com 03 volumes – Pareceres produzidos (histórico)

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e Legislação Complementar.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III. CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.

**CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL**



A N O S
1963 1996

**IMPRIMINDO A HISTÓRIA
DO CONGRESSO NACIONAL**

EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS